



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL - (P159052-AO)

SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA:
PRESTADORES DE SERVIÇOS TÉCNICOS (TSP) PARA APOIAR INTERVENÇÕES
DE PROJECTO PARA IMPLEMENTAR PLANOS DE NEGÓCIOS

Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)

Nº 63: FAZENDA GRUPO LIMBAMBA

Iniciativa:



Financiamento:



Largo António Jacinto, Edifício B do MINAGRIF, 2º Andar, Direito, Luanda, República de Angola

Índice

| | |
|---|-----------|
| Índice..... | 2 |
| Índice de tabelas..... | 4 |
| Índice de figuras | 5 |
| Sumário executivo | 6 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1.1 Objectivos e âmbito do PGAS | 11 |
| 1.2 Identificação da equipa Ambiental e Social..... | 12 |
| 1.3 Breve descrição de responsabilidades INCATEMA, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM) .. | 12 |
| 1.3.1 Níveis de Obrigações e Responsabilidades da INCATEMA..... | 12 |
| 1.3.2 Níveis de obrigações e responsabilidades do proponente | 13 |
| 1.3.3 Níveis de obrigações e responsabilidades da unidade de implementação do PDAC..... | 14 |
| 1.3.4 Níveis de obrigações e responsabilidades do Banco Mundial | 14 |
| 1.4 Componentes do PGAS e arranjos institucionais..... | 14 |
| 1.5 Estrutura e conteúdo do PGAS | 15 |
| 2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO..... | 16 |
| 2.1 Localização Da Fazenda | 16 |
| 2.2 Objectivos do projecto | 18 |
| 2.3 Plano de produção | 18 |
| 2.4 Descrição das actividades previstas..... | 18 |
| 2.5 Tecnologias previstas | 19 |
| 2.5.1 Tecnología de pré-sementeira:..... | 19 |
| 2.5.2 Tecnología de sementeira: | 19 |
| 2.5.3 Tecnología de gestão cultural integrada: | 19 |
| 2.5.4 Tecnología de colheita..... | 19 |
| 2.5.5 Tecnología de pós-colheita (armazenamento) | 20 |
| 2.6 Equipamentos e Máquinas..... | 20 |
| 2.7 Mão de obra | 20 |
| 2.9 Consumo previsto de Água..... | 21 |
| 2.10 Consumo de energia..... | 21 |
| 2.11 Resíduos gerados..... | 21 |
| 3.1 Caracterização biofísicas | 23 |
| 4.ENQUADRAMENTO LEGAL | 27 |

| | |
|---|-----------|
| 4.1 Introdução..... | 27 |
| 4.2 Legislação Nacional | 27 |
| 4.3 Políticas de salvaguarda do Banco Mundial..... | 34 |
| 4.3.1 OP 4.01 Avaliação ambiental | 34 |
| 4.3.2 OP 4.04 Habitats naturais | 34 |
| 4.3.3 O.P. 4.37 Segurança de barragens/represas..... | 34 |
| 4.3.4 OP 4.09 Gestão de Pragas | 34 |
| 4.3.5 OP 4.11 Recursos físicos e culturais..... | 34 |
| 4.3.6 OP 4.12 Reassentamento Involuntário | 34 |
| 4.3.7 OP 4.36 Recursos Florestais..... | 34 |
| 4.4 Principais lacunas ou conflitos da Legislação..... | 35 |
| 5. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS | 37 |
| 5.1 Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais do projecto | 40 |
| 6 MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PROPOSTAS | 50 |
| 6.1 Medidas de mitigação para os impactos ambientais identificados no projecto..... | 50 |
| 6.2 Medidas de mitigação para impactos de Mão de obra | 54 |
| 6.3 Medidas de mitigação para impactos sobre a saúde e segurança ocupacional | 55 |
| 6.4 Medidas de mitigação para os impactos sobre a saúde e segurança da comunidade | 56 |
| 7. PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL..... | 58 |
| 7.1 Programa de fertilização, gestão de pragas e doenças | 58 |
| 7.2 Programa de Gestão de Resíduos e Efluentes..... | 59 |
| 7.3 Programa de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional..... | 63 |
| 7.4 Plano de atendimento a emergências | 66 |
| 7.4.1 Procedimento de emergências..... | 68 |
| 8. Relatórios de Monitorização Ambiental | 71 |
| 9. Plano de formação ambiental e social | 74 |
| 10. Estimativa do custo para a Implementação das Medidas de Mitigação..... | 79 |
| 11. Consulta Pública | 80 |
| Anexos..... | 81 |
| Anexo I Consulta Pública | 81 |
| Anexo II. Formulário De Reclamação..... | 85 |
| Anexo III Listas de presenças dos participantes da consulta pública..... | 88 |
| Anexo IV. Croquis de localização do projecto..... | 93 |

| | |
|---|----|
| Anexo V. Titulo de concessão de terras..... | 94 |
| Anexo VI. Registo fotográfico da fazenda antes do financiamento | 95 |
| Anexo XI. Código de Conduta | 96 |

Índice de tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1. Principais riscos ambientais e sociais associados ao subprojecto | 10 |
| Tabela 2 Descrição da equipa técnica INCATEMA | 12 |
| Tabela 3. Rota institucional para a elaboração e implementação do PGAS | 14 |
| Tabela 4 Resíduos gerados | 21 |
| Tabela 5 Legislação Nacional Aplicável ao subprojecto | 28 |
| Tabela 6 Principais lacunas ou conflitos da legislação | 35 |
| Tabela 7 Critérios usados para determinar a consequência do impacte | 37 |
| Tabela 8 Método para determinar a pontuação da consequência..... | 38 |
| Tabela 9 Classificação de probabilidade | 38 |
| Tabela 10 Classificação da significância dos impactes..... | 38 |
| Tabela 11 Estado do impacte e classificação da confiança..... | 39 |
| Tabela 12 Definições da significância do impacte | 39 |
| Tabela 12 Impactos sobre a contratação da mão de obra | 41 |
| Tabela 13 Impactos sobre a construção de infraestruturas | 42 |
| Tabela 14 Impactos sobre a qualidade do solo e da água | 43 |
| Tabela 15 Impactos do uso de equipamentos e máquinas | 44 |
| Tabela 16 Impactos da geração de resíduos e efluentes..... | 46 |
| Tabela 17 Impactos sobre a ocupação do terreno | 46 |
| Tabela 18 Impactos sobre a saúde e segurança ocupacional e das comunidades | 47 |
| Tabela 19. Impacto Socioeconómico..... | 48 |
| Tabela 20 Medidas de mitigação para os impactos ambientais | 51 |
| Tabela 21 Impactos sociais identificados no projecto por contratação de mão de obra | 54 |
| Tabela 22 Medidas de mitigação dos impactos sobre a saúde e segurança ocupacional | 55 |
| Tabela 23 Medidas de mitigação dos impactos sobre a saúde e segurança da comunidade | 56 |
| Tabela 24 Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças..... | 58 |
| Tabela 25 Tipos de resíduos, locais de produção, danos e acções | 61 |
| Tabela 26 Acções, responsabilidades e implementação do PGR..... | 62 |

| | |
|--|----|
| Tabela 27 Acções, responsabilidades e implementação do PHSST | 65 |
| Tabela 28 Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do PAE | 66 |
| Tabela 29 Equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químico | 67 |
| Tabela 30 Potenciais cenários de emergência..... | 67 |
| Tabela 31 Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do plano de prevenção da COVID-19..... | 70 |
| Tabela 32 Acções de monitorização, tratamento de não conformidades e acções correctivas..... | 72 |
| Tabela 33 Área temática de ambiente, conteúdo programático e cronograma proposto | 75 |
| Tabela 34 Área temática social, conteúdo programático e cronograma proposto | 76 |
| Tabela 35 Área temática Segurança, conteúdo programático e cronograma proposto..... | 77 |
| Tabela 36 Estimativa do Custo | 79 |

Índice de figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 Mapa de localização da Fazenda | 17 |
| Figura 2 Registo fotográfico da fazenda | 95 |

Abreviaturas e siglas

| | |
|-------|--|
| ADA | Área directamente afectada pelo projecto |
| AFD | Agência Francesa de Desenvolvimento |
| AID | Área de influência directa |
| AS | Assédio sexual |
| BM | Banco Mundial |
| DST | Doenças sexualmente transmissíveis |
| EAE | Entidade Agrícola Empresarial |
| EAS | Exploração e Abuso sexual (|
| GA | Governo de Angola |
| IC&E | INCATEMA Consultoria e Engenharia |
| LBA | Lei de Bases do Ambiente |
| PAE | Plano de Atendimento a Emergências |
| PCI | Plano de Construção de Infraestruturas |
| PDAC | Projecto de Desenvolvimento de Agricultura Comercial |
| PGAS | Plano de Gestão Ambiental e Social |
| PGP | Plano de Gestão de Pragas |
| PGR | Plano de Gestão de Resíduos |
| PHSST | Plano de Higiene, Saúde e segurança no trabalho |
| PMEs | Pequenas e médias empresas |
| UIP | Unidade de implementação do projecto |
| VBG | Violência baseada no género |

Sumário executivo

O presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) foi elaborado para a **Fazenda Grupo Limbamba**, a fazenda encontra-se situada à 5,5 Km da Comuna Do Kinje, A 21 Km Da Estrada Nacional que Liga Malanje E Uíge E A 31 Km Do Município Sede De Calandula, próximo da Comunidade da Comuna Sede do Kinje, Município de Calandula, Província de Malanje. A mesma conta com 20 funcionários dos quais 4 mulheres e 16 homens.

O projecto tem como objectivo ampliar a produção de milho e feijão com adopção de técnicas modernas de cultivo e salvaguarda das questões ambientais e sociais.

A proponente do projecto é o **Sr. Receado Domingos Gouveia**, co-financiado pelo Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (PDAC) e sob orientação técnica da empresa de consultoria e engenharia Incatema C&E.

A categoria ambiental do projecto foi estabelecida por consultores ambientais e de políticas de salvaguarda das questões ambientais e sociais do PDAC, tendo como base a ficha de triagem social e ambiental apresentada. O projecto foi classificado como **categoria B**, sujeito a apresentação de um PGAS.

O PGAS deve incluir em anexo os seguintes planos: Plano de Gestão de Pragas (quando aplicável); Plano de Gestão de Resíduos; Plano de Saúde e Segurança, Plano de Atendimento a Emergências, Código de Conduta e o Resumo da Consulta Pública.

No âmbito da categorização ambiental e social foi também preenchida a ficha de pré-avaliação/triagem do Reassentamento Involuntário. Pelo preenchimento da ficha concluiu-se que o Plano de Negócio da **Fazenda Grupo Limbamba**, não irá desencadear a O.P 4.12, visto que o projecto será implementado num terreno privado, cujo proponente apresenta o título de propriedade, já em uso agrícola e sem ocupantes informais, quer para fins de exploração agrícola, quer para fins habitacionais.

O projecto não irá igualmente afectar o acesso das comunidades vizinhas às suas explorações agrícolas ou a qualquer outro meio de subsistência.

Os requisitos legais do projecto são do Governo de Angola (GA) para a elaboração e implementação de projectos de agricultura, bem como as políticas ambientais e sociais do Banco Mundial (BM) accionadas pelo projecto. Neste contexto, os impactos ambientais e sociais do projecto são apresentados com as respectivas medidas de mitigação, programas de monitorização e relatórios dos impactos que reduzam os impactos desde a fase de construção a implementação e operação do projecto.

Os impactos sociais do projecto estão relacionados a identificação dos riscos de segurança e saúde dos trabalhadores e a comunidade circunvizinha ao projecto, bem como nas estratégias de mitigação destes riscos. O PGAS tem em conta as normas de saúde e segurança ocupacional e da comunidade estabelecida pelo GA através da Lei n.º 7/15, de 15 de Junho de 2015 (Lei Geral do Trabalho) e Decreto nº 31/94, de 5 de Agosto, que estabelece os princípios para a promoção da Segurança, Higiene e Saúde no trabalho. De igual modo, o PGAS segue as orientações e directrizes de exigência do BM e Corporação Financeira Internacional (IFC) para saúde, ambiente e segurança que serão implementadas em todas as fases do projecto.

O PGAS apresenta programas de mitigação dos impactos ambientais e sociais identificados, propostas de medidas de mitigação destes impactos, as responsabilidades de execução e coordenação e os custos estimados para cada fase do projecto. Os programas de monitorização dos impactos identificam os parâmetros a monitorar, frequências de medição, as responsabilidades quanto a revisão e elaboração

de relatórios bem como os custos de equipamentos e indivíduos. O PGAS inclui também programas de fortalecimento institucional e capacitação para a implementação do plano bem como a programação para o ano horizonte do projecto (neste caso, 4 anos).

O PGAS está sujeito a consulta pública para as partes interessadas Comunidade vizinha (moradores do Localidade de Cazija), administrações municipais e comunais, Autoridade tradicional, ambientalistas, sociólogos, proponentes do subprojecto e seus colaboradores visando prestar informações básicas sobre o subprojecto tais como: início das actividades, medidas de preservação ambiental e responsabilidade social, etc. Tanto o PGAS como o MSGR serão divulgados nas Consultas Públicas (CP).

As responsabilidades e disposições institucionais do projecto são definidas bem como o calendário de implementação do projecto e relatórios. Dentre os benefícios do projecto destacam-se a melhoria da capacidade produtiva do proponente com uso de técnicas avançadas e modernas de cultivo e armazenamento de produtos, capacitação técnica do proponente e seus colaboradores, melhoria das condições de trabalho e habitabilidade dos colaboradores e salvaguarda do meio ambiente. Os impactos negativos do projecto são reduzidos e podem perfeitamente ser mitigados por medidas de acção estabelecidas neste PGAS.

1. INTRODUÇÃO

O presente PGAS diz respeito ao Plano de Negócios da Fazenda Grupo Limbamba, incluído na Componente 1 do Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (PDAC), cujo objectivo fundamental é de aumentar a produção e produtividade de micro, pequenos e médios agrícolas e facilitar o acesso ao mercado em cadeias de valor seleccionadas, nomeadamente milho, feijão, soja, café, ovos, e frangos, mandioca, batata doce e batata rena em seis províncias Cuanza Norte, Malanje (para o corredor A), Cuanza Sul, Huambo, Bié e Norte da Huila (para o corredor B).

Este projecto visa de igual modo garantir a salvaguarda das questões ambientais e sociais de cada subprojecto beneficiado, em concordância com as políticas ambientais e sociais estabelecidas pelo Banco Mundial e a legislação ambiental e social do Governo Angolano, neste contexto, o PGAS inclui procedimentos e especificações sobre a protecção do meio ambiente da actividade agrícola, a protecção das comunidades vizinhas ao subprojecto dos impactos, bem como promover condições de trabalho, segurança e habitabilidade dos trabalhadores.

Os beneficiários directos do projecto são as micro, pequenas e médias empresas (PME) no sector de agronegócio (com critérios ainda por definir), produtores organizados (cooperativas, associações, etc.), incluindo graduados de MOSAP I, mulheres e jovens nas zonas rurais que se enquadram dentro dos critérios acima mencionados, e instituições financeiras e de garantia de crédito para actividades directamente relacionadas com o projecto.

O PDAC abrange 4 componentes:

Componente 1: Fortalecimento da produção agrícola e comercialização. O objectivo deste componente é apoiar produtores comerciais agro-pecuários, grupos de produtores e PMEs - incluindo aqueles com mulheres e jovens - para superar as falhas de mercado limitando sua capacidade de adotar melhores tecnologias, ter acesso aos mercados financeiros e transformar /processar e comercializar seus produtos.

Componente 2: Desenvolvimento de infraestruturas de apoio. Este subcomponente visa colmatar as lacunas existentes na infraestrutura (estradas rurais, irrigação e energia). Irá apoiar investimentos em infraestrutura nas cadeias de valores seleccionadas e áreas geográficas abrangidas pelo projecto.

Componente 3: Fortalecimento institucional e melhoria do ambiente de negócios. Esta componente irá se concentrar em resolver os desafios relacionados com o apoio ao desenvolvimento de cadeias de valor, pesquisa e desenvolvimento, reforço da capacidade do MINAGRIP para planeamento, gestão, e implementação de programas.

Componente 4: Gestão, monitoramento e avaliação. Esta componente irá incluir os custos relacionados ao estabelecimento do projecto e financiar a Unidade de Implementação do Projecto (UIP), que será composta por uma equipe técnica, complementado por consultores externos, para gerir as seguintes actividades: gestão do projecto, gestão financeira, aquisições, salvaguarda ambiental e social, monitoria e avaliação, tecnologia e informação, dentre outros.

O subprojecto da **Fazenda Grupo Limbamba** enquadra-se na **componente 1**.

O projecto PDAC abrange dois corredores e nove (9) cadeias de valor (Mandioca, batata rena, batata-doce, milho, feijão, soja, café, ovos e frangos):

- Corredor A: cobertura das províncias (Cuanza Norte, Malanje);
- Corredor B: cobertura das províncias (Cuanza Sul, Huambo, Bié, Norte da Huila).

a) Breve descrição da Fazenda

A Fazenda Grupo Limbamba conta com 1.000 hectares (ha) de superfície total. O produtor vem desenvolvendo actividades produtivas desde 2015 ligadas a produção de grãos (milho, feijão e soja), mandioca, hortícolas (tomate, cebola, beringela) e batata doce em pequena escala, o que se traduz numa experiência produtiva de 7 anos.

Quanto à sua localização, a Fazenda encontra-se situada a 7 km da comuna do Kinje, a 21 km da estrada nacional que liga Malanje e Uíge e a 31 km do município sede de Calandula, próximo da Comunidade da comuna sede do Kinje, Município de Calandula, província de Malanje numa zona de fácil acesso possibilitando assim o fluxo de clientes à fazenda em busca de produtos na fase de pós-colheita. Ao mesmo tempo não tem dificuldade de mão de obra pela sua proximidade ao bairro “Kinje”.

A fazenda conta com aproximadamente 20 funcionários dos quais 4 mulheres e 16 homens. A idade é entre 18 à 25 anos. Existem 6 funcionarios fixos e contam com alojamento. Tendo sido constatado que os mesmos trabalham sem contrato e alguns recebem salários abaixo do estipulado pela legislação do Governo Angolano.

Durante o levantamento, o que concerne as condições do solo existentes na área estabelecida para a produção da fazenda, a textura do solo corresponde a areno - argiloso com boa drenagem e ligeiro declive, permitindo deste modo uma boa circulação de água e a germinação de sementes. Nas plantações de tomate verificou-se doenças nas folhas.

b) Descrição das actividades do projecto

- Construções novas: um armazém de produção de 135 m², um armazém de insumos agrícolas de 80 m², um alpendre para secagem e ensaque de grãos de 150 m²;
- Reabilitação da residência dos Trabalhadores, WC (WC em separação por género Masculino e Femenino) e cozinha;
- Aquisição de um tractor de 90 HP, uma semeadora-adubadora de 6 linhas, um pulverizador de barra mecanizado de 600 litros, uma grade de 24 discos, uma balança industrial e uma máquina de coser sacos.;
- Assistência técnica para a implementação de um sistema de cultura melhorado com mecanização agrícola, fertilização química e manejo integrado de pragas, doenças e ervas daninhas;
- Aluguer de uma colhedora combinada/debulhadora de milho e uma ceifeira-debulhadora para a colheita do feijão e da soja de modo que este processo decorra de forma eficiente e oportuna.
- Implementação de medidas de mitigação de impactos ambientais-socias previstos com a execução de Plano de Negócios, relacionado a gestão integrada de pragas e doenças, na rotação das culturas e manejo de resíduos de pesticidas;

- Estabelecimento de alianças comerciais com agentes de mercado identificados para a sustentabilidade da produção durante a execução do Plano de Negócios.

c) Riscos ambientais e sociais associados

Os principais riscos ambientais e sociais associados ao subprojecto são identificados na tabela a seguir:

Tabela 1. Principais riscos ambientais e sociais associados ao subprojecto

| Riscos ambientais e sociais | Descrição |
|---|---|
| Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem devido a resíduos e efluentes (resíduos sólidos, águas residuais, óleo, combustível, tintas, etc.) gerados em áreas de trabalho, oficinas, estaleiros e a utilização de fertilização química. | As obras de construção e reabilitação previstas têm potencial para a contaminação dos solos e do lençol freático por resíduos sólidos, óleos, combustíveis, tintas, etc. Possível contaminação do solo por óleos e combustíveis das maquinarias e uso de gerador. Contaminação do solo pelo uso de fertilizantes. |
| Supressão de vegetação, e risco de erosão e assoreamento de corpos d'água próximos ao site durante a limpeza e preparação do terreno para preparação de parcelas agrícolas, colocação de tubagem de irrigação | Supressão da vegetação durante a limpeza e preparação do terreno |
| Geração de poeira, ruído, vibração e gases devido à operação de equipamentos de construção, transporte de materiais de construção e operação de estaleiros de obra | O transporte de materiais e funcionamento de maquinarias resultantes da fase de construção têm potencial para alterar a qualidade do ar, gerar ruídos e vibrações dentro da fazenda e nas comunidades circunvizinhas a fazenda (1-5 km de distância) |
| Perigos de segurança e saúde ocupacional durante a execução das obras (construção e reabilitação de infraestruturas, parcelas agrícolas, transporte de materiais etc.) | Durante execução das obras de construção e reabilitação de infraestruturas e transporte de materiais. |
| Perigos de segurança e saúde comunitária durante a execução das obras (construção e reabilitação de infraestruturas, parcelas agrícolas, transporte de materiais etc.) | Perigo para as comunidades circunvizinhas a fazenda durante o transporte de materiais (1- 5 km do site) |
| Acidentes de trabalho (fase operacional do subprojecto) | Risco de acidentes de trabalho durante o manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas. |
| Acidentes nas comunidades próximas (transporte de mercadoria) | Circulação de veículos e máquinas afectos ao subprojecto da fazenda |
| Afectação da saúde dos trabalhadores e moradores | Ruído, qualidade do ar e vectores de doença |
| Violência baseada no género | - A ausência de espaços para repouso separados por género para abrigar os funcionários é algo que vai contra a os hábitos e costumes locais (esta limitação pode gerar situações de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no género). - A ausência de informação sobre os Direitos Humanos e laborais |
| Exploração laboral e trabalho infantil | - A ausência de informação sobre os Direitos Humanos e laborais. |

A construção e operação do subprojecto não estão associados os seguintes riscos:

- Desalojamento de casas ou estruturas de construção; perda, negação ou restrição do acesso à terra, colheitas e outros bens econômicos, ou perda de fontes de renda ou meios de subsistência relacionados com o subprojecto.
- Danos ou perda de edifícios, artefatos, monumentos ou locais de interesse histórico, arqueológico, paleontológico, religiosas, ritual ou valor cultural durante a execução dos trabalhos físicos
- Conflitos sociais entre a comunidade local e trabalhadores da construção civil proveniente de outras áreas
- Conflitos entre comunidade e subprojecto sobre o uso dos recursos naturais (por exemplo, água para usos de construção e para usos domésticos, terra para o subprojecto e terra para usos agrícolas etc.).

1.1 Objectivos e âmbito do PGAS

O PGAS serve de instrumento análise e fiscalização das actividades em cada fase do projecto em termos ambientais, saúde e segurança no trabalho, com actividades de monitorização e avaliação das acções propostas para a mitigação dos impactos.

Como objectivos específicos tem-se para este PGAS:

- Atender os requisitos legais do Governo Angolano (GA) e do Banco Mundial (BM) para a implementação e operação de projectos de agricultura;
- Minimizar os impactos ambientais e sociais associados as etapas de construção, implementação e operação dos subprojectos e os seus efeitos sobre a comunidade e o meio ambiente;
- Garantir a protecção humana, do património cultural e da biodiversidade principalmente de espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis;
- Reduzir e/ou eliminar os impactos negativos ao meio ambiente e riscos de saúde e segurança dos trabalhadores causados pela gestão inadequada de resíduos, efluentes e emissão de gases poluentes, com adopção de práticas adequadas para a gestão dos aspectos ambientais em todas fases do subprojecto;
- Promover planos de atendimentos a emergências ambientais e outras que representem risco a vida das comunidades e dos trabalhadores do projecto durante as actividades de construção, implementação e operação do projecto.

O PGAS inclui os termos de referências (TDR) estabelecidos pelo PDAC no Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) e abordar os seguintes aspectos:

- Resumo dos impactos
- Descrição das medidas de mitigação
- Descrição dos programas de monitoramento

O PGAS compreende os seguintes planos:

- Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças
- Plano de gestão de resíduos e efluentes
- Plano de Higiene, Saúde e segurança ocupacional
- Plano de atendimento a emergências
- Plano de prevenção da COVID-19

A área de abrangência do projecto é delimitada pela área directamente afectada pelo projecto (ADA) que corresponde a área delimitada pelo projecto (área de produção agrícola, área de construção de infraestruturas) e pela área de influência directa (AID) que corresponde a um raio de cinco 5 km de

actuação do projecto. Os impactos deverão ser identificados na área do projecto e nas comunidades circunvizinhas.

1.2 Identificação da equipa Ambiental e Social

A IC&E é responsável pela elaboração, supervisão e monitoria de implementação das acções do presente PGAS. Possui para isso uma unidade composta por seguintes especialistas:

Tabela 2 Descrição da equipa técnica INCATEMA

| Nome | Formação | Papel no PGAS |
|--------------------------|---|--|
| Jorge Elías | Team Leader, Especialista em acesso ao mercado | Responsável por fornecer liderança, gerenciamento e coordenação geral da equipe. |
| Oscar Torrez | Especialista em monitoramento e avaliação e desenvolvimento de rede | Responsável por monitorar e avaliar o PGAS |
| Eliane Amaral | Especialista ambiental | Especialista Ambiental: Impactes Ambientais, Medidas de mitigação, Revisão do Projecto |
| Edgar Faxe | Especialista social | Análise da caracterização social, Medidas de mitigação social |
| Mamengi Ntela | Especialista ambiental-social Cuanza Norte | Especialista Ambiental: Impactes Ambientais; Recomendações |
| Francisco Clove | Consultor da cadeia de valor de feijão, milho e soja | Responsável pelo treinamento e capacitação de técnicas agrícolas adequadas para o cultivo |
| Waldo Torrez | Especialista em desenvolvimento de agronegócios | Responsável pela capacitação em agronegócios |
| Eduardo Fernandes | Consultor Grãos-Café | Responsável pelo treinamento e capacitação de técnicas agrícolas adequadas para o cultivo |
| Kenneth Chimwaso | Consultor da ovos-frangos | Responsável pelo treinamento e capacitação de técnicas agrícolas adequadas para a produção |
| José Cardoso | Consultor em monitoramento a planos de negócios | Responsável de monitoramento a planos de negócios |

1.3 Breve descrição de responsabilidades INCATEMA, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)

As responsabilidades da INCATEMA, Proponente (**Sr. José da Graça Lima**), PDAC e BM para elaboração, aprovação e implementação do PGAS são descritas em forma própria:

- INCATEMA: Elaboração de Triagem Ambiental e social, Elaboração Plano de Gestão Ambiental e Social-PGAS, monitoramento a uso de registos de PGAS, colaborar na divulgação e disponibilização do MSGR junto dos trabalhadores e comunidades envolventes e assistência técnica.
- Proponente: Responsável pela implementação de medidas de mitigação social e ambiental
- PDAC: Categorização ambiental e social do subprojecto, implementação do MSGR do PDAC e supervisão da implementação de PGAS
- BM: revisão e aprovação dos PGAS

1.3.1 Níveis de Obrigações e Responsabilidades da INCATEMA

Entre outras obrigações, a INCATEMA deverá garantir que as fases de pré-construção, construção e operação do subprojecto sejam realizadas tendo em conta recomendações do presente PGAS.

A INCATEMA compromete-se a orientar os trabalhos da Fazenda de forma sustentável, respeitando a comunidade local, seus recursos e meios de sobrevivência, além de garantir a protecção do meio ambiente, a saúde e segurança dos seus trabalhadores e da comunidade em geral.

Para atingir este objectivo, a INCATEMA deverá:

- Garantir que o PGAS elaborado esteja em conformidade com os requisitos legais, ambientais e sociais estabelecidos pelo PDAC e pelo Banco Mundial no âmbito de financiamento dos projectos para o corredor A;
- Promover acções de segurança, saúde e protecção ambiental e social no PGAS;
- Monitorizar e avaliar a eficácia das acções previstas no PGAS no que concerne a saúde, segurança e protecção ambiental e social;
- Garantir condições de correcção de eventuais não conformidades com o PGAS com a implementação de medidas correctivas;
- Cumprir com as recomendações do PGAS, empregando técnicas ambientais e sociais que minimizem os impactos das actividades da Fazenda e reduzam a produção de resíduos, minimizem os efeitos da poluição ambiental e previnam efeitos sobre o meio ambiente e população circunvizinha;
- Prevenir ou minimizar a ocorrência de acidentes que possam causar danos no ambiente e prevenir ou minimizar, os seus efeitos, além de prevenir a propagação de Doenças sexualmente transmissíveis (DST), violência baseada no género (VBG), Trabalho infantil e propagação do vírus COVID-19.

1.3.2 Níveis de obrigações e responsabilidades do proponente

Para o cumprimento das medidas estabelecidas no presente PGAS, o proponente do projecto tem as seguintes responsabilidades:

- **Implementar as medidas previstas no PGAS**

O proponente tem a responsabilidade de implementar todas as acções previstas no PGAS para a mitigação dos potenciais impactos ambientais e sociais das actividades do projecto. Estas acções serão implementadas sob assistência técnica da equipa ambiental e social da INCATEMA.

- **Garantir as condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores**

O proponente é responsável por adoptar medidas que garantam segurança, saúde e protecção dos seus trabalhadores, como:

- a. Promover condições para o uso de equipamentos de protecção individual.
- b. Garantir condições de saúde dos trabalhadores com a criação de uma área de primeiros socorros.
- c. Garantir moradias condignas, com condições de habitabilidade e higiene de acordo aos critérios para acomodações dos trabalhadores estabelecidos pela IFC / EBRD: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_gpn_workersaccommodation
- d. Condições salariais adequadas conforme a legislação angolana sobre o direito do trabalhador.
- e. Levar a cabo acções com vista a prevenir a propagação da covid 19.
- f. Garantir a igualdade de género com a contratação de mulheres.

1.3.3 Níveis de obrigações e responsabilidades da unidade de implementação do PDAC

- a) Avaliar as fichas de triagem ambiental e social;
- b) Categorizar os subprojectos (definir estudos ambientais e sociais necessários);
- c) Revisão dos PGAS
- d) Monitorizar a implementação dos PGAS.

1.3.4 Níveis de obrigações e responsabilidades do Banco Mundial

- a) Revisar e aprovar os Planos de Gestão Ambiental e Social;
- b) Revisar e aprovar os relatórios de monitorização da implementação dos PGAS.

1.4 Componentes do PGAS e arranjos institucionais

O PGAS irá abranger 4 componentes fundamentais:

- **Componente 1. Medidas de mitigação e compensatórias**
 Este componente descreve as acções propostas para reduzir e/ou eliminar os impactos ambientais e sociais identificados nas fases do projecto.
- **Componente 2. Plano de monitorização e avaliação**
 O plano de monitorização dos impactos deverá ser aplicado nas fases de operação e implementação do projecto com objectivo de estabelecer os mecanismos que permitirão o controlo dos eventuais impactos ambientais e sociais adversos resultantes das actividades do projecto.
- **Componente 3. Plano de prevenção de riscos e atendimento a emergências**
 O plano de prevenção de riscos e atendimento a emergências inclui propostas de medidas de gestão de risco de higiene, saúde e segurança ocupacional, e as acções de capacitação dos trabalhadores para responder a eventuais situações de emergência que possam ocorrer nas mais variadas etapas do projecto.
- **Componente 4. Plano de capacitação e gestão**
 O plano de capacitação e gestão inclui os treinamentos e capacitação dos trabalhadores para a implementação das acções descritas no PGAS.

A elaboração e implementação do PGAS segue a seguinte rota institucional:

Tabela 3. Rota institucional para a elaboração e implementação do PGAS

| Nº | Fase | Descrição | Resultado |
|----|--|---|---|
| 1 | O PDAC através dos especialistas ambientais e social estabelece a categoria do subprojecto. | Nesta etapa, o PDAC estabelece a categoria do subprojecto tendo em conta a ficha de triagem ambiental e social apresentada pela INCATEMA | Categoria do subprojecto: B elaboração de um PGAS |
| 2 | Os especialistas (ambiental e social) da equipa técnica elaboram o PGAS, incluindo o plano de Gestão de pragas e Plano de gestão de resíduos | A especialista ambiental elabora o PGAS, os programas de mitigação e monitorização dos impactos A equipa técnica elabora o plano de fertilização, gestão de pragas e doenças que são incorporados no PGAS e este é apresentado ao PDAC | PGAS e registo de implementação do PGAS elaborado é enviado ao PDAC |
| 3 | A equipa de salvaguarda das questões ambientais e sociais do PDAC envia o PGAS E Registo ao Banco Mundial | Nesta etapa o PGAS e o Registo são avaliados pelo Banco Mundial: | PGAS e registo aprovados |

| | | | |
|---|--|---|--|
| | | <p>Em caso de aprovação, o subsubprojecto é considerado aprovado para o financiamento do PDAC</p> <p>Em caso de rejeição, o PDAC devolve o PGAS a INCATEMA C&E para as devidas correcções.</p> | |
| 4 | As acções previstas no PGAS são implementadas no subprojecto | As acções de mitigação dos impactos para cada fase do subsubprojecto são implementadas pela INCATEMA C&E. Esta actividade é realizada através de sessões de treinamento e capacitação para o uso do registo de implementação do PGAS. | Os trabalhadores da fazenda são capazes de identificar os impactos e aplicar as medidas de mitigação previstas no PGAS |
| 5 | A especialista (ambiental e social) da equipa técnica da INCATEMA C&E fiscalizam e monitoram a utilização do PGAS e do registo | Durante todas as fases do subsubprojecto, a equipa da INCATEMA C&E vai orientar, fiscalizar e monitorar o uso do PGAS e do registo por parte do proponente. | Realização de palestras de orientação e relatórios de monitorização do PGAS |

1.5 Estrutura e conteúdo do PGAS

O PGAS está organizado com os seguintes capítulos:

- Capítulo 1: Introdução
- Capítulo 2: Descrição do projecto
- Capítulo 3: Caracterização do Meio
- Capítulo 4: Enquadramento geral
- Capítulo 5: Avaliação dos impactos ambientais e sociais
- Capítulo 6: Medidas de mitigação propostas
- Capítulo 7: Programas de gestão ambiental e social
- Capítulo 8: Relatórios de Monitorização Ambiental
- Capítulo 9: Plano De Formação Ambiental E Social
- Capítulo 10: Estimativa do custo para a Implementação das Medidas de Mitigação
- Capítulo 11: Consulta Pública

2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

Este capítulo faz uma abordagem do subprojecto da fazenda Limbamba para a produção de milho, feijão e soja na Comuna Do Kinje, Província De Malanje, descrevendo as principais características e, abordando aspectos relacionados com o processo de implementação e operação do projecto, infra-estruturas essenciais de apoio e a expectativa da disponibilidade de novos postos de emprego.

2.1 Localização Da Fazenda

Quanto à sua localização, a fazenda encontra-se situada à 5,5 Km da Comuna Do Kinje, A 21 Km Da Estrada Nacional Que Liga Malanje E Uíge E A 31 Km Do Município Sede De Calandula, próximo da Comunidade da Comuna Sede do Kinje, Município de Calandula, Província de Malanje numa Zona de fácil acesso possibilitando assim o fluxo de clientes à fazenda em busca de produtos na fase de pós-colheita. ao mesmo tempo não tem dificuldade de mão de obra pela sua proximidade ao bairro “kinje”.

A figura abaixo demonstra o mapa de localização da **Fazenda Grupo Limbamba**.

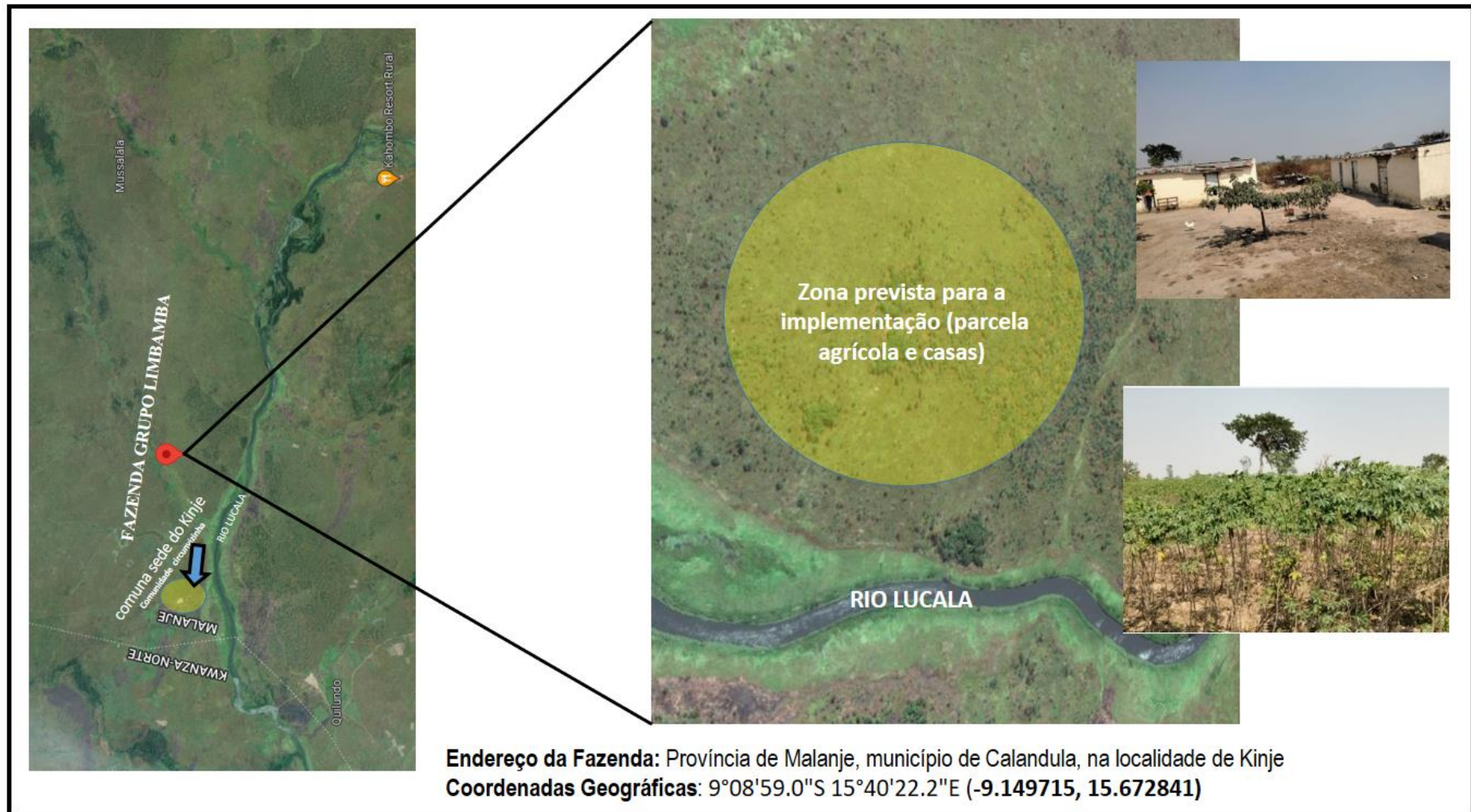


Figura 1 Mapa de localização da Fazenda

2.2 Objectivos do projecto

Produzir milho, feijão e soja de forma sustentável em escala comercial, considerando a existência de condições favoráveis de mercado e sob o enfoque de rentabilidade.

Objectivos específicos:

- Estabelecer uma área cultivada de 120 hectares (40 hectares de milho e 40 hectares de soja de 1º ciclo e 40 hectares de feijão de 2º ciclo) a partir da 3ª até a 10ª campanha de produção.
- Aumentar o rendimento de milho de 2 para 4.0 toneladas/ha, soja de 0.9 para 1.4 toneladas/ha e feijão de 0,9 para 1.4 toneladas/ha.
- Melhorar a logística operacional da fazenda a través da construção de infraestrutura de armazenamento da produção, casa de guardas e do técnico.
- Melhorar a eficiência nas tarefas agrícolas tais como preparação do solo, sementeira, controlo de ervas daninhas e aplicação de agroquímicos a través da respectiva mecanização.
- A nível da comercialização, assegurar que a produção agrícola seja vendida, na medida do possível após a colheita, a agentes compradores previamente contactados.
- Promover a igualdade de género por meio de acções que favoreçam o acesso à formação e oportunidades de trabalho para as mulheres.

2.3 Plano de produção

De acordo aos objetivos traçados, o Plano de produção elaborado para Fazenda Grupo Limbamba prevê a produção em uma área de 120 hectares (40 hectares de milho e 40 hectares de soja de 1ºCiclo e 40 hectares de feijão de 2ºCiclo) a partir da 3ª até a 10ª Campanha de produção.

2.4 Descrição das actividades previstas

Conforme referido, o projecto tem por objectivo ampliar a capacidade de produção da fazenda, contudo implica um conjunto de actividades e operações que são descritas a seguir:

- Construções novas: um armazém de produção de 135 m², um armazém de insumos agrícolas de 80 m², um alpendre para secagem e ensaque de grãos de 150 m²;
- Reabilitação da residência dos Trabalhadores, WC (WC em separação por género Masculino e Femenino) e cozinha;
- Aquisição de um tractor de 90 HP, uma semeadora-adubadora de 6 linhas, um pulverizador de barra mecanizado de 600 litros, uma grade de 24 discos, uma balança industrial e uma máquina de coser sacos;
- Assistência técnica para a implementação de um sistema de cultura melhorado com mecanização agrícola, fertilização química e manejo integrado de pragas, doenças e ervas daninhas;
- Aluguer de uma colhedora combinada/debulhadora de milho e uma ceifeira-debulhadora para a colheita do feijão e da soja de modo que este processo decorra de forma eficiente e oportuna;
- Implementação de medidas de mitigação de impactos ambientais-sociais previstos com a execução de Plano de Negócios, relacionado a gestão integrada de pragas e doenças, na rotação das culturas e manejo de resíduos de pesticidas;
- Estabelecimento de alianças comerciais com agentes de mercado identificados para a sustentabilidade da produção durante a execução do Plano de Negócios.

2.5 Tecnologias previstas

Em geral, na implementação das culturas de milho e feijão será utilizada a sequência tecnológica seguinte: pré-semeiteira, sementeira, gestão cultural integrada, colheita e pós-colheita:

2.5.1 Tecnología de pré-semeiteira:

Será realizada uma análise físico-química para determinar com precisão um plano de fertilização que leve a alcançar as metas de rendimento e produção preconizadas. O processo de amostragem será efectuado de forma aleatória e de acordo com os procedimentos técnicos estabelecidos, de modo a obter uma amostra homogénea e representativa, e enviar a um laboratório especializado do país. Se o solo for ácido será aplicado calcário para aumentar a 50% a saturação de bases. O calcário será distribuído uniformemente no solo e será incorporado de 0 a 20 cm com uma grade. Quanto à quantidade de calcário, estima-se uma dosagem de 3 ton/ha no primeiro ano e 2 ton/ha no segundo ano e, a mesma operação repetir-se-á a cada 5 anos depois de cada aplicação. Deve-se considerar a fertilização de fundo com fertilizante químico (NPK), 12-24-12 a uma dose de 250 kg/ha na cultura de feijão.

Para o caso do milho, a fertilização de fundo será efectuada a uma dose de 300 kg/ha. Para este último, deve considerar-se também uma fertilização de cobertura com ureia de 200kg/ha.

2.5.2 Tecnologia de sementeira:

Serão realizadas as ações para garantir o uso de semente de qualidade, tanto em milho como em feijão. Está prevista a utilização de sementes híbridas para o milho e no caso do feijão, variedades convencionais de ciclo curto para a produção de segunda época. A utilização de máquinas agrícolas adequadas para fertilizantes sintéticos e orgânicos (na medida em que existam) além de pesticidas-agroquímicos (na medida do possível de menor classe toxicológica disponível no mercado), serão considerados para garantir uma sementeira adequada no solo e depois gerar condições de proteção contra pragas e doenças que atacam a semente de forma a garantir uma adequada emergência. Em relação às densidades de plantio, tem-se as seguintes:

Milho: Variedades Híbridas: 100-120.000 pl/ha

Feijão: Variedades convencionais: 200-250.000 pl/ha

Soja: Variedades melhoradas: 300-320.000 pl/ha

2.5.3 Tecnologia de gestão cultural integrada:

Após a sementeira, o desenvolvimento das plantas será constantemente observado, a fim de garantir um bom desenvolvimento das culturas. Uma das ações a empreender nesta fase é o tratamento em tempo útil de possíveis pragas e doenças. A aplicação dos diferentes produtos fitossanitários, em função do seu estado fenológico, deve ser feita de forma mecanizada (pulverizador) de acordo com as instruções do agrônomo que fará o acompanhamento das culturas e seguirá critérios de manejo integrado de pragas e doenças. A importância da utilização de pesticidas com o menor grau toxicológico possível, na medida em que estejam disponíveis no mercado nacional, é uma vez mais sublinhada.

2.5.4 Tecnologia de colheita

No caso de colheita do milho será alugada uma colhedeira na empresa BRAFCOM (Sr. Paulo: 944 501 051) localizada a 6 Km da fazenda no município de Calandula, Comuna do Kinji; no caso do feijão e da soja, a procura encontra-se em curso a nível local até ao momento, caso contrário será feita a colheita de forma manual com um orçamento AKZ 40.000,00/ha.

2.5.5 Tecnologia de pós-colheita (armazenamento)

O milho e o feijão serão colhidos e colocados em sacos de 50 kg para comercialização oportuna e transferência para os mercados. Estes sacos podem ser armazenados por um período não superior a 20 dias no armazém, estivado até uma altura de 2,5 m, sendo as dimensões do armazém de 13,5x10 m (135 m²) tendo o cuidado de empilhar sacos deixando uma distância de 1,5 metros entre o tecto e o último saco, como entre as paredes laterais e a pilha de sacos e contemplando uma entrada ou corredor central de 2 m. Com estas dimensões, o armazém terá uma capacidade estimada de 225 toneladas (aproximadamente 4.500 sacos).

O armazém consistirá numa estrutura básica que promove a aeração na parte superior através de janelas cobertas com rede de insectos. As paredes laterais são feitas de blocos de cimento com uma altura de 2,5 m e um telhado com chapa metálica. É uma estrutura que apoia a questão logística (coleta) para armazenamento temporário e não especulativo-comercial.

A mão-de-obra necessária para estas actividades será fornecida pelos trabalhadores permanentes da empresa, embora possa ser considerada a contratação de trabalhadores eventuais nos picos máximos da produção.

2.6 Equipamentos e Máquinas

A Fazenda regista activos funcionais (equipamentos) para o projecto, tais como: um tractor MF de 75 HP, uma charrúa de 3 discos, uma grade de 18 discos, um atrelado de 2.5 ton, duas carrinhas Câter que apoiam nas actividades de preparação de solo e transporte dos produtos e insumos. E termos de infraestrutura, a Fazenda apresenta no momento duas residências para os trabalhadores.

Dado as dificuldades que a Fazenda regista no armazenamento da produção após a colheita, requer complementar a logística com infraestrutura como: um armazém de produção, um armazém de insumos e um alpendre de secagem. Requer ainda de máquinas para aumentar a eficiência operacional nas diferentes tarefas agrícola como: um tractor 90 HP, uma semeadora/adubadora de 6 linhas, uma grade de 24 discos, um pulverizador de 600 L, uma máquina de coser sacos e uma balança industrial.

2.7 Mão de obra

A fazenda conta com aproximadamente 20 funcionários dos quais 4 mulheres e 16 homens. Existem 6 funcionários fixos e contam com alojamento e o restante vive na comunidade vizinha.

A estrutura operacional para a execução do plano de negócios é definida com os seguintes cargos, nomes actuais citados a seguir: A estrutura operacional para a execução do plano de negócios é definida como segue:

- 1 Gerente: Receado Domingos Gouveia
- 1 Técnico agrícola (part-time): por contratar
- 1 Contabilista (part-time): por contratar
- 2 Guardas: já existem
- 2 Operadores de máquina: por contratar.
- 10 operários agrícola: já existem

Quanto às funções a desenvolver são as seguintes:

- **Gerente:** Responsável pela execução do PN; Planificação, Organização, Controle e Direção da Fazenda; Monitorização de actividades técnicas; Encarregado da comercialização.

- **Agrônomo:** Assessoria técnica de manuseamento da Fazenda; Encarregado do cumprimento de actividades Agronômicas em função do calendário agrícola; Coordenação e conciliação técnica com equipe INCATEMA para Gestão técnica das culturas em todos os seus processos.
- **Contabilista:** Encarregado do descarregamento da aquisição de bens; Encarregado do relatório de contas e outros documentos contábeis; Encarregado da declaração impositiva e outras actividades financeiras.
- **Operador de máquinas:** Operação e manutenção de máquinas e equipamentos O modelo da PN do rural invest para cada equipamento mecânico e infraestrutura define-se 10% do valor de mercado do bem, como quota de manutenção. Este mecanismo considera consequentemente custos de reparo e manutenção. Mas, também será exigido às empresas fornecedoras de equipamentos mecânicos, um compromisso de manutenção e capacitação por um tempo prudente a este pessoal para que adquiram conhecimentos mínimos que lhes permita efectuar uma manutenção periódica.
- **Guardas:** Vigilância geral da fazenda, máquinas e produção.
- **Operários agrícolas:** Pessoal auxiliar para logística e actividades agrícolas. Anexo a este Plano de Negócios está o Curriculum Vitae do senhor Receado Domingos Gouveia, Representante Legal, Gerente e Responsável pela execução do Plano de Negócios na Fazenda Grupo Limbamba.

Dos novos previstos pretende-se contratar apenas 4 trabalhadores. É de realçar que não haverá conflitos entre os funcionários uma vez que na fazenda existem outras actividades e culturas na qual cada funcionário está designado a trabalhar, de algum modo todos se beneficiaram do projecto.

Para a fase construção e reabilitação o proponente irá contratar uma empresa de construção local.

2.9 Consumo previsto de Água

Todas as culturas referidas neste subprojecto serão feitas em sistema de sequeiro, não estando previsto qualquer tipo de irrigação. Todas as culturas serão feitas em sequeiro, isto é, a única fonte de água são as chuvas.

Na cultura do milho a demanda hídrica fica em torno de 500 a 800 mm de água durante todo o ciclo. A soja depende da demanda hídrica entre 450 a 850 mm. O feijão requer cerca de 100 mm mensais. O consumo máximo de água pela planta geralmente ocorre em torno de duas semanas após a máxima cobertura do solo.

A água para consumo dos funcionários é retirada do Rio Lucala, recomenda-se que seja tratada e armazenada em recipientes adequados e higienizados.

2.10 Consumo de energia

O consumo energético será assegurado por fonte alternativa, para situações de restrição da electricidade da rede pública, serão instalados geradores de apoio.

2.11 Resíduos gerados

Tabela 4 Resíduos gerados

| Resíduos | Estimativa de produção por mês (kg) |
|--|-------------------------------------|
| Papel e cartão | 9 |
| Plásticos | 10,5 |
| Latas | 2,5 |
| Resíduos alimentares | 15,0 |
| Biodegradáveis | 300 |
| Resíduos de equipamentos eléctrico e electrónicos | 1,5 |
| Plásticos de Produtos químicos compostos por substâncias perigosas | 5,5 |
| Lâmpadas | 1,5 |
| Vidro | 2 |

3 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO

Esta secção do PGAS, descreve as características biofísicas e socioeconómicas do local de implementação do projecto, bem como as características do município e localidades circunvizinhas.

3.1 Caracterização biofísicas

Conforme referido, a fazenda localiza-se na província de Malanje, esta limita-se ao norte pela província do Uíge, ao leste pelo Congo-Quinxassa, Lunda Norte e Lunda Sul, ao sul e sudoeste pela província do Bié e, ao oeste pelas províncias do Cuanza Sul e Cuanza Norte.

a. Clima

A província é caracterizada por um clima tropical húmido mesotérmico. A temperatura ronda entre 22º C (mês de cacimbo, 15 de maio a 15 de agosto) e 34ºC (meses chuvosos, setembro-abril), com uma precipitação entre 800 a 1.100 mm/ano.

b. Vegetação

A província caracteriza-se por uma vegetação composta de florestas tropicais, savanas e o misto de floresta-savana com florestas húmidas, sendo que suas áreas de cobertura vegetal intocada se encontram no Parque Nacional da Cangandala, na Reserva Especial do Milando e na Reserva Natural Integral do Luando. No local do projecto, a vegetação é maioritariamente de savana (capim e arbustos) e está numa alturade, superfície a utilizar nao requer desmatção pois corresponde a savana.

c. Áreas de conservação e protegidas

Na província de Malanje encontram-se o parque nacional da kangandala que ocupa uma área de 600 km², a reserva florestal do caminho-de-ferro de Malanje que possui uma área de 200 km², as reservas natural integral do Luando e especial do Milando situadas nos municípios do Lukembo e kunda dia baze/Marimba caombo, e a reserva natural do Samba Lucala com 400 km² de extensão. Verificou-se a área de abrangência do local do projecto em relação as áreas de conservação e protegidas da província, a cooperativa dista consideravelmente do Parque Nacional da Cangandala e a 109 km da Reserva Especial do Milando, neste caso, conclui-se que a probabilidade das actividades do projecto impactar de forma significativa estas áreas é relativamente mínima.

d. Solos

Em todo o território da Província encontra-se uma variedade de solos próprios de zonas tropicais, hidromórficos, oxialíticos, ferralíticos, psamo-ferralíticos, paraferalíticos, litossoles, Calsialíticos, fersialíticos e fracamente ferrálicos sobre uma vegetação de florestas abertas com matas de panda, savanas, arbustivas e de prado palustre com bosquedo. Os solos do planalto caracterizam-se pela diversidade, com predominância de solos arenosos como os ferralíticos, que corresponde as regiões de norte a sul da província e os fersialíticos em menor extensão nas zonas de menor latitude, que corresponde a região de Cacusó com solos mais férteis que os ferralíticos. A sudoeste da província aparecem solos mais leves e arenosos, a norte e nordeste solos com baixo nível de fertilidade.

No local do projecto a textura de solo corresponde a argila-arenoso com boa drenagem e leve inclinação em direção aos riachos.

e. Hidrografia

As duas maiores bacias hidrográficas que irrigam a província são a bacia do Cuanza, assentada no rio Cuanza, e a bacia do Cuango, assentada no rio Cuango, uma sub-bacia da bacia do Congo. A parte leste e nordeste é atravessada por um dos caudais que desaguam no rio Cuango, considerado um dos mais importantes afluentes do Zaire. A parte planáltica é atravessada por vários rios subsidiários ao Kwanza, como Lutete, Lombe, Malange, Cuije, Cuque e em menor número, do Lucala, como Cole, Mafumbué.

A Fazenda conta com um rio permanente (Rio Lucala) com disponibilidade durante todo o ano, dista aproximadamente 1 km da fazenda, o plano de negócio prevê o regime de produção sequeiro. Durante o levantamento na fazenda, aparentemente à água do rio apresentava boa qualidade (a cor da água), mas para boa administração de acordo com os princípios da Gestão Integrada da Água é necessário realizar à análise da mesma de forma a saber a sua qualidade (Turbidez, PH, entre outros parâmetros).

3.2 Caracterização socioeconómica

Esta secção apresenta a caracterização socioeconómica da Província de Malanje. Como descrito na localização do subprojecto deste PGAS, a fazenda está localizada Município de Calandula, próximo da Comunidade da Comuna Sede do Kinje, Província de Malanje

- **Divisão Administrativa**

Malanje é uma província de Angola que se localiza a Nordeste, ocupando uma superfície territorial de 97.600 Km², sendo a terceira maior do país, numa altitude que varia de 500 a 1.500 metros acima do nível do mar. Limita-se com outras seis (6) províncias, nomeadamente: a Norte e Noroeste com as províncias do Uíge e Cuanza Norte, a Oeste com a província do Cuanza Sul, a Sul com a província do Bié, a Leste com a província da Lunda Norte e a Nordeste com a República Democrática do Congo (RDC).

De acordo com a divisão Administrativa, a província de Malanje está constituída por 14 municípios, nomeadamente: Cacuso, Caombo, Kalandula, Cambundi-Catempo, Cangandala, Cuabo Nzago, Cunda-Dia-Baze, Lukembo, Malanje, Marimba, Massango, Mucari, Quela e Quirima. O município de Cacuso (área de inserção do subprojecto) está localizado a 13 Km da cidade de Cacuso. Ocupa uma área de superfície de 6.859 Km².

Kalandula tem uma superfície de 7.037 km². Administrativamente, o município está dividido em cinco comunas: Kalandula Sede, Kuale, Kateco-Kangola, Kinji e Kota, 18 regedorias dirigidas por um soba grande e um total de 458 aldeias tendo cada uma o seu próprio soba – que é um líder tradicional, mas nomeado e pago pelo Estado.

- **População**

De acordo ao senso populacional, em 2014 a província contava com uma população de cerca de 986.363 mil habitantes, sendo 48% homens e 52% mulheres, ocupa uma área territorial de 2. 422 km², e uma densidade populacional estimada em cerca de 11,2 habitantes por km².

O município de Kalandula possui uma demografia de e 80.450 de habitantes em 2016 (segundo Instituto Nacional de Estatística-INE). A grande maioria dos agregados familiares em Kalandula (89%) é originária do município, e 24% tem pelo menos um familiar que trabalha/vive numa grande cidade (Luanda ou cidade de Malanje). A população é extremamente jovem, tendo 50% entre 0 e 14 anos de idade e apenas 3% tendo 65 anos ou mais.

Em termos etnolinguísticos destaca-se a predominância das etnias Quimbundo, Nângalas, Bondos e Songos parte Centro-Sul da província e os gingas que ocupam a parte Norte. A base de alimentação da população é essencialmente o funge de bombo, mandioca, batata-doce e rena, milho e feita, completada com pequenas variações entre regiões, com acréscimo de vegetais, carne e peixe. Na localidade existe chafarizes onde habitualmente a comunidade tira água potável para consumo.

Existem caminhos que alguns agricultores (fazendas vizinhas) usam para acederem a serviços de campo e o rio e passam pela fazenda (nunca houve conflito).

Em caso de violações baseados em género, abusos sexuais e outras condutas reprováveis, existe na comunidade um tribunal tradicional (Sobados), que fazem cumprir justiça dentro dos grupos vulneráveis, também contam com a polícia do município para nestes casos.

- **Economia**

A actividade económica dominante no município de Kalandula é predominantemente a agricultura familiar, com destaque para a produção de mandioca e batata-doce que constituem a base de alimentação da população. O principal constrangimento do sector agrário na região prende-se com as dificuldades de escoamento da produção, pois alguns acessos sem pavimentação dificultam a chegada de veículos motorizados.

As principais fontes de emprego e rendimento são como operários de construção informais (pedreiros, carpinteiros, canalizadores, etc.) e trabalhadores agrícolas, mas estes são sazonais/intermitentes, muito mal pagos e actualmente estão negativamente afectados pela crise económica. Para as mulheres, as principais fontes alternativas de emprego/rendimento são a agricultura, como comerciantes de pequena escala, como pescadoras, como criadas domésticas.

As únicas fontes de emprego formal são o governo/instituições públicas (administração municipal, construção, escolas, unidades de saúde, etc.). Isto deixa a agricultura como a principal fonte de emprego e rendimento da grande maioria da população do município de Kalandula.

A comercialização dos produtos agrícolas é realizada nos mercados informações (mercado do quije) e/ou por troca de excedentes para a compra de outros bens de que os produtores necessitam.

- **Aspectos socioculturais**

De acordo ao censo, na província de Malanje, as línguas mais faladas em casa são:

- Português (75,5%),
- kimbundo (37,4%),
- umbundo (5%) e,
- Kikongo (4,4%)

Quanto a religião, os habitantes da província são maioritariamente católicos (36,6%), os protestantes representam 28,4% da população, e cerca de 23,7% são sem religião e as restantes percentagens pertencem a outras religiões.

- **Educação**

No que se refere ao nível de escolaridade, 48% da população com 15 ou mais anos de idade sabe ler e escrever, sendo esta percentagem maior para os homens (representam 67,1%). No entanto, 19.7% da população com 18 ou mais anos não possui nenhum nível de escolaridade concluído.

- **Actividades e emprego**

A taxa de actividade de 2014 foi de 60,3 % na província de Malanje, sendo a taxa de actividade dos homens superiores a das mulheres em 65%. O máximo da taxa de actividade é atingido na faixa etária entre 45-49 anos para homens e mulheres. A taxa de emprego foi de 50,4% no total, sendo 53,2% para homens e 47,8% para mulheres. Cerca de 66,2% da população da província está empregada no sector primário (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), 3,9% no sector secundário (Indústria, construção, energia e água), 15,4 no sector terciário (Transportes, Comunicações, Comércio, Finanças e Serviços Administrativos), os restantes 14,3% têm actividades não declaradas. A taxa de desemprego na província de Malanje foi de 16,5%, sendo 18% para homens e 15% para mulheres. 59% dos agregados familiares pratica uma actividade agropecuária (dos quais 62,8% pratica a Cerealicultura) e 15% dos agregados familiares pratica uma actividade piscatória.

- **Habitações familiares**

Na província de Malanje existem cerca de 984.100 agregados familiares, constituídos em média por 5 pessoas, dos quais, 61% é chefiado por homens e 39% são chefiados por mulheres. Quanto a habitação, verificou-se que 80,4% da população de Malanje reside em casa própria, 14,9% em casa arrendada e 4,5% residem em casas cedidas ou ocupadas. No que concerne as características habitacionais da região, o censo apurou que 65,7% da população da província de Malanje habita em habitações do tipo vivendas/casas convencionais e 0,5% habitam em apartamentos.

As casas convencionais são maioritariamente de construção própria sendo cimento/bloco (8,1%), adobe (81,3%), cobertura de telha (0,9%), zinco (73,9%), chão de terra batida (68,7%), e cimento (27,8%). Relativamente ao acesso a água, energia e saneamento básico:

- 51% dos agregados familiares têm acesso a fontes apropriadas de água (torneira ligada a rede pública, chafariz público, furo com bomba, cacimba ou nascente protegida);
- 16,1% de agregados familiares que tem as infraestruturas de saneamento dentro de casa tem acesso ao sanitário apropriado (Sanita ligada a rede pública, instalações ligadas a fossas sépticas);
- As fontes de energia mais utilizadas são a lenha (60,9%), seguido pelo carvão (38,8%), e o gás (36,9%), apenas 0,9% da população utiliza a electricidade como fonte de energia, esta pertencente a área urbana;
- Cerca de 8 em cada 10 agregados familiares, nas áreas urbanas, deposita o lixo ao ar livre e cerca 9 em cada 10, nas áreas rurais, tem o mesmo procedimento.

4. ENQUADRAMENTO LEGAL

4.1 Introdução

O capítulo 4 do presente PGAS estabelece o enquadramento legal do projecto no que concerne a legislação do governo angolano para os impactos ambientais e sociais. É realizado de igual modo o enquadramento legal do projecto com as políticas de salvaguarda das questões ambientais e sociais estabelecidas pelo Banco Mundial, bem como as normas e políticas internacionais para a protecção do ambiente, saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores e comunidade local.

4.2 Legislação Nacional

O Artigo 39º/1 da Constituição da República assinala que a necessidade da preservação, protecção e conservação ambiental e os requisitos para alcançar um desenvolvimento sustentável tem como fundamento o direito de todos os cidadãos de viverem num ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. O mesmo artigo nota que o Estado deve adoptar as medidas necessárias à protecção do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional, à manutenção do equilíbrio ecológico, à correcta localização das actividades económicas e à exploração e utilização racional de todos os recursos naturais, no quadro de um desenvolvimento sustentável, do respeito pelos direitos das gerações futuras e da preservação das diferentes espécies.

Neste contexto e tendo em conta a natureza e dimensão do projecto em estudo, são descritos abaixo as questões legais directamente relacionadas.

Tabela 5 Legislação Nacional Aplicável ao subprojecto

| DOMÍNIO | LEGISLAÇÃO | DESIGNAÇÃO E ÂMBITO |
|---|--|---|
| Legislação Ambiental | | |
| Lei de Bases do Ambiente | Lei n.º 5/98, de 19 de Junho | <p>Estabelece o dever genérico de defesa do ambiente e uso sustentável dos recursos naturais, bem como de contribuição para a qualidade de vida (Artigos 3º/1 e 25º, este referindo-se expressamente a cidadãos e empresas dos sectores público e privado).</p> <p>Ao abrigo da LBA o ministério do Ambiente, pescas e turismo desenvolveu várias políticas e regulamentos para assegurar o desenvolvimento sustentável:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigo 3º – Define a Avaliação do Impacto Ambiental (AIA), Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e a consulta pública; • Artigo 10º – Estabelece que todos os projectos que afectam comunidades, equilíbrio ecológico e utilização de recursos naturais devem ser sujeitos a avaliação do impacto ambiental. • Artigo 11º – Estabelece a responsabilidade do Governo pelo desenvolvimento dos regulamentos necessários para aplicar o Programa Nacional de Gestão Ambiental • Artigo 17º- Estabelece a obrigatoriedade do licenciamento de actividades que sejam susceptíveis de provocar impactos ambientais significativos, conforme determinado pela AIA. |
| Regulamento sobre Avaliação de Impacte Ambiental | Decreto Presidencial 117/20 De 22 De Abril | <p>Estabelece um conjunto de procedimentos que devem ser seguidos na feitura dos Estudos de Impacte Ambiental procedendo à aprovação, pelo órgão competente do Estado, do projecto sujeito à Avaliação de Impacte Ambiental, bem como as normas para realização desta avaliação.</p> <p>Anexo ao Decreto, apresenta a categorização de actividades (A, B, C,D,E) e lista de identificação das que requerem estudos ambientais. O artigo 4º deste diploma legal se refere ao licenciamento de projectos agrícolas, florestais que pela sua dimensão ou localização tenham implicações com o equilíbrio e harmonia ambiental e social, para que estejam sujeitos a um processo de avaliação dos impactos ambientais.</p> <p>O presente diploma estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental das actividades que pela sua natureza, localização ou dimensão sejam susceptíveis de provocar impacte ambiental e social significativo.</p> <p>As disposições contidas no presente diploma aplicam-se a todas as actividades públicas e privadas que directamente ou indirectamente possam influenciar nas componentes ambientais.</p> <p>O artigo 4º do referido decreto, estabelece que que o licenciamento dos projectos agrícolas, florestais, industriais, comerciais, habitacionais e turísticos ou de infraestruturas, que pela sua natureza, dimensão e localização tenham implicações como o equilíbrio e harmonia ambiental, ficam sujeitos a um processo prévio</p> |

| | | |
|--|---|--|
| | | <p>de AIA que implica a elaboração do EIA a ser submetido e aprovado pelas entidades competentes responsáveis pela área do ambiente.</p> <p>O artigo 6º estabelece que no início do procedimento de AIA o dono de obra ou projecto deverá efectuar um registo das actividades propostas, nos termos da legislação em vigor no Sistema Integrado do Ambiente (SIA).</p> <p>Após registo, o dono do projecto deverá apresentar o estudo de impacte ambiental no inicio do procedimento administrativo de autorização ou de licenciamento do projecto ao Departamento Ministerial que superintende a actividade proposta.</p> <p>No âmbito deste subprojecto, a realização de um EIA é dispensada tendo em conta a área de produção, e a abrangência dos impactos ambientais e sociais das actividades do subprojecto são mínimos e podem ser eliminados ou reduzidos com a aplicação de medidas de mitigação dos impactos.</p> <p>Porém, ressalta-se que no processo de identificação e avaliação dos impactos ambientais/sociais e adopção de medidas de mitigação, os padrões de qualidade ambiental e social adoptados em Angola forma levados em consideração.</p> |
| Regulamento sobre a Responsabilidade por Danos Ambientais | Decreto Presidencial n.º 194/11, de 7 de Julho | <p>O presente diploma tem por objecto estabelece a responsabilidade pelo risco e degradação do ambiente baseado no princípio do «poluidor-pagador», para prevenir e reparar danos ambientais.</p> <p>O Decreto tem como objectivo estabelecer a responsabilidade pelo risco de degradação do meio ambiente.</p> <p>Qualquer cidadão que provoque danos ambientais deverá reparar esses danos e/ou pagar às pessoas afectadas em resultado dos danos causado.</p> |
| Regulamento sobre as Consultas Públicas | Decreto Executivo n.º 87/12, de 24 de Fevereiro | <p>Este define “consulta pública” como o “procedimento compreendido no âmbito da participação pública que visa a recolha de opiniões e sugestões das partes interessadas sobre projectos sujeitos a Avaliação do Impacte Ambiental”.</p> <p>A consulta Pública é um procedimento que visa envolver as partes interessadas por uma das actividades no processo de tomada de decisões. As consultas públicas são obrigatorias para projectos que exigem estudo de impacto ambiental e social. um procedimento exigido pela legislação Angolana, banco mundial. O Decreto Executivo n.º 87/12, de 24 de Fevereiro, aprova o regulamento e estabelece normas de realização de Consultas Públicas dos Projectos (públicos ou privados) sujeitos à Avaliação de Impactos Ambientais.</p> <p>O presente regulamento tem a seguinte finalidade:</p> <p>a) Recolha de opiniões, sugestões e outros subsídios do público interessado nos projectos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental;</p> <p>b) Garantir a participação e auscultação dos titulares de direitos subjectivos ou de interesses legalmente protegidos, no âmbito das decisões tomadas no procedimento administrativo de Avaliação de Impacte Ambiental;</p> |

| | | |
|---|--|---|
| | | <p>c) Identificar, de forma mais ampla possível, todos os aspectos relevantes sobre o projecto objecto de Consulta Pública;</p> <p>d) Considerar e apreciar as exposições e reclamações que forem apresentadas e se relacionem com o projecto;</p> <p>e) Assegurar que a informação sobre os projectos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental seja divulgada e disponibilizada ao público;</p> <p>No que se refere ao presente subprojecto, foi realizada uma sessão de consulta pública e seguiu as seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do resumo não técnico do Plano de Gestão Ambiental e Social as partes interessadas e afectadas; • Sessão de comentários, duvidas relacionadas com o projecto proposto; • Elaboração de uma acta de consulta pública com o resumo do exposto, registro dos participantes e as conclusões extraídas. |
| Regulamento sobre Gestão de Resíduos | Decreto Presidencial n.º 190/12, de 24 de Agosto | Estabelece que, todas as entidades públicas ou privadas que produzem resíduos ou que desenvolvam actividades relacionadas com a gestão de resíduos, devem elaborar um Plano de Gestão de Resíduos (PGR), antes do início da sua actividade, contendo no mínimo, toda informação precisa constante do Anexo I e II, consoante esteja em causa, respectivamente, um aterro ou outra operação de gestão de resíduos. |
| Decreto Executivo sobre a Gestão de Resíduos de Construção e Demolição | Decreto Executivo n.º 17/13, de 22 de Janeiro | Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas, abreviadamente designados de resíduos de construção e demolição ou RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação. |
| Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem | Lei n.º 6/17, de 25 de Janeiro | Estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem existentes no território nacional e, ainda, as bases gerais do exercício de actividades com elas relacionadas. Prevenir e minimizar os impactos ambientais negativos, directos ou indirectos, das actividades económicas nas florestas e na fauna selvagem, nos ecossistemas e na sua diversidade biológica. |
| Legislação social | | |
| Regulamento sobre Higiene, saúde e segurança ocupacional | Decreto n.º 31/94 de 5 de Agosto | Estabelece os princípios que visam a promoção de segurança, higiene e saúde no trabalho, nos termos do preceituado n.º 2 do artigo 46º da Lei nº23/92-Lei Constitucional. O proponente tem a responsabilidade de promover um ambiente de trabalho sadio com condições de saúde, higiene e segurança ocupacional, além de acções de capacitação e sensibilização para o cumprimento das medidas estipuladas. |

| | | |
|---|---|---|
| <p>Lei Geral do Trabalho</p> | <p>Lei n.º 7/15, de 15 de Junho</p> | <p>Afecta aos empregadores a responsabilidade de assegurar a qualidade do ambiente de trabalho, incluindo pela adopção de «medidas adequadas de segurança e higiene no trabalho».</p> <p>Aplica-se a todos trabalhadores prestando serviços remunerados por conta de um empregador no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste. Estabelece os direitos e deveres do trabalhador. Afecta aos empregadores a responsabilidade de assegurar a qualidade do ambiente de trabalho, incluindo pela adopção de «medidas adequadas de segurança e higiene no trabalho».</p> |
| <p>Regulamento sobre VIH/ SIDA, Emprego e Formação Profissional</p> | <p>Decreto n.º 43/03 de 4 de Julho</p> | <p>Aprova o regulamento sobre VIH/ SIDA, Emprego e Formação Profissional. Mas, assinalou, "temos também a Lei 8/04 sobre o VIH/Sida, que tem algumas proteções para as pessoas vivendo com o vírus", mas que também contém "cláusulas que podem ser criminalizantes ou discriminatórias para as pessoas vivendo com o VIH".</p> |
| <p>Regulamento sobre Acidentes de trabalho e doenças profissionais</p> | <p>Decreto n.º 53/05 de 15 de Agosto</p> | <p>Estabelece o Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. O presente artigo tem como objectivo apresentar um resumo dos princípios básicos e regras da Segurança Saúde e Higiene no Trabalho.</p> <p>Noções gerais sobre acidente de trabalho: Entende-se por acidente de trabalho o acontecimento súbito que ocorre no exercício da actividade laboral ao serviço da empresa ou instituição que provoque ao trabalhador lesão ou danos corporais de que resulte incapacidade parcial ou total, temporária ou permanente para o trabalho, ou ainda a morte. São ainda considerados acidentes de trabalho os que ocorrem nas circunstâncias seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Durante o trajeto normal ou habitual de ida ou regresso do local de trabalho, qualquer que seja o meio de transporte utilizado no percurso; • Durante os intervalos para descanso, ocorridos no local de trabalho; • Considera-se trajeto normal o percurso que o trabalhador tenha de utilizar necessariamente entre a sua residência e o local de trabalho e vice-versa, dentro dos horários declarados. <p>Doenças Profissionais: (Caracterização da eventualidade) São: consideradas doenças profissionais para efeitos do presente diploma a alteração da saúde patologicamente definida, gerada por razões da actividade laboral nos trabalhadores que de forma habitual se expõem a fatores que produzem doenças e que estão presentes no meio ambiente de trabalho ou em determinadas profissões ou ocupações.</p> |
| <p>Lei Violência baseada no género</p> | <p>Lei n.º 25/11 de 14 de Julho de 2011</p> | <p>Estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas.</p> <p>O Decreto Presidencial nº 124/13 de 28 de Agosto estabelece o regulamento da Lei Contra a Violência Doméstica.</p> <p>Considerando que a família é o núcleo fundamental da sociedade, exigindo protecção redobrada e especial, de acordo com os princípios consagrados na Constituição da República de Angola;</p> |

| | | |
|---|--|---|
| | | <p>Reconhecendo que a violência doméstica é um flagelo social que contribui para a desestruturação e instabilidade emocional das famílias e, consequentemente, da sociedade;</p> <p>Atendendo ao facto de que os direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e outros instrumentos de direito internacional, regularmente aprovados e formalmente integrados no direito angolano;</p> <p>Havendo a necessidade de se prevenir e punir os actos de violência doméstica contra indefesos e debilitados física, psicológica e emocionalmente, exigindo maior cuidado dos sujeitos obrigados a protegê-los;</p> <p>Urgindo a necessidade de se proteger a sociedade de actos de violência contra a mulher, homem, criança, idoso e adolescente, enquanto sujeitos vulneráveis à agressão;</p> |
| Regulamento sobre Igualdade e equidade de género | Decreto Presidencial nº 222/13 | <p>aprova a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género e a Estratégia de advocacia e mobilização de Recursos para implementação e monitorização da política. Considerando que a igualdade é um dos princípios consagrados na Constituição da República de Angola e reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, sem discriminação;</p> <p>Considerando que entre as diretrizes desde princípio está o reconhecimento da responsabilidade do Estado na implementação de políticas que incidam na promoção de oportunidades iguais, direitos e responsabilidades em todos os domínios da vida económica, social e política das mulheres e dos homens; e a necessidade de se melhorar a condição de vida das famílias e das mulheres através de políticas e programas que privilegiem a moralização da família e da sociedade em geral;</p> |
| Lei de expropriação | Lei n.º 1/21, de 7 de Janeiro | <p>Estabelece o procedimento específico que rege a expropriação, destacando-se como alguns dos principais aspetos do novo regime legal os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para além do Estado, podem ainda ser beneficiários da expropriação as Autarquias Locais, bem como qualquer pessoa coletiva pública ou privada; |
| Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança | Lei n.º 25/12 de 22 de Agosto | tem como finalidade estender e promover os direitos da criança, tal como se encontram definidos na Constituição da República de Angola, na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança e em demais legislação aplicável. |
| Legislação do Sector das Águas | | |
| Lei de Águas | Lei n.º 6/02, de 21 de Junho | Estabelece os princípios gerais do regime jurídico inerente ao uso dos recursos hídricos. A construção da ETA observará esta lei. |
| Regulamento sobre a Qualidade da Água | Decreto Presidencial n.º 261/11, de 6 de Outubro | Estabelece as normas e critérios de qualidade da água com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. Aplicam-se às águas interiores, quer superficiais, subterrâneas, como também às águas para a aquicultura, pecuária, irrigação agrícola e balneária. |

| | | |
|--|--|--|
| Regulamento de Utilização Geral dos Recursos Hídricos | Decreto Presidencial n.º 82/14, de 21 de Abril | Define o regime de utilização geral dos recursos hídricos, incluindo os mecanismos de planeamento, gestão e de retribuição económica e financeira. |
| Legislação do Sector do Ordenamento do Território | | |
| Regulamento Geral de Concessão de Terrenos | Decreto n.º 58/07, de 13 de Julho | Aprovação do Regulamento Geral de Concessão de Terrenos, o qual concretiza as bases gerais do regime jurídico definido na Lei de Terras, aprovada pela Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro, e define a disciplina jurídica das concessões de terrenos livres, mas os terrenos que constituem propriedade particular estão sob disciplina da lei civil. |
| Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo | Lei n.º 3/04, de 25 de Junho | A LOTU tem por objecto o espaço biofísico, constituído pelo conjunto dos solos urbanos e rurais, do subsolo, da plataforma continental e das águas interiores, com vista a acautelar as acções que se traduzem na ocupação, uso e na utilização dos espaços supramencionados, através da implementação dos instrumentos de ordenamento do território do urbanismo. |
| Lei de Terras | Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro | <p>Estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair e o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos.</p> <p>A presente lei aplica-se aos terrenos rurais e urbanos sobre os quais o Estado constitua algum dos direitos fundiários nela previstos em benefício de pessoas singulares ou de pessoas colectivas de direito público ou de direito privado, designadamente com vista à prossecução de fins de exploração agrícola, pecuária, silvícola, mineira, industrial, comercial, habitacional, de edificação urbana ou rural, de ordenamento do território, protecção do ambiente e de combate à erosão dos solos.</p> <p>Este diploma considera que a terra é propriedade do Estado e determina os seguintes usos aceitáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suporte de abrigo ou habitação dos residentes em Angola, o que implica a existência de um sistema adequado de regime urbanístico; • Uma fonte de recursos naturais que pode ser usada para mineração, agricultura, silvicultura e ordenamento do território; e apoio às actividades económicas, agrícolas e industriais. • Os objectivos da Lei de Terras incluem protecção ambiental e garantia de uma utilização do solo sustentável e economicamente eficiente. |

4.3 Políticas de salvaguarda do Banco Mundial

4.3.1 OP 4.01 Avaliação ambiental

A OP 4.01 assegura que todos os projectos do BM sejam sólidos de sustentáveis ambientalmente, informando à partida sobre os riscos ambientais aos dirigentes através de uma análise apropriada das acções e dos seus prováveis impactos.

4.3.2 OP 4.04 Habitats naturais

A OP 4.04 assenta na protecção, manutenção e reabilitação de habitats naturais nas áreas de influência dos projectos, por ele financiado ou co-financiados. Não foram identificados no projecto algum potencial de conversão ou degradação crítica significativa de habitats naturais.

4.3.3 O.P. 4.37 Segurança de barragens/represas

A politica de segurança de barragens/represas é accionada em projectos que envolvam barragens existentes e Represas em Construção, bem como a responsabilidade da segurança da obra pelo proponente.

4.3.4 OP 4.09 Gestão de Pragas

A politica operacional de controlo de pragas é accionada para auxiliar a mitigar os potenciais riscos a saúde humana e ao meio ambiente com a preparação de um Plano de Gestão de Pragas de caracter obrigatório.

4.3.5 OP 4.11 Recursos físicos e culturais

Esta política é accionada em projectos que envolvam projectos de infraestruturas que exijam grandes movimentos de terra em áreas susceptíveis e considerados recursos culturais físicos pelas comunidades que habitam no local do projecto. As infraestruturas previstas no subprojecto são de pequena dimensão com potenciais impactos sobre recursos físicos e culturais considerados baixos.

4.3.6 OP 4.12 Reassentamento Involuntário

A politica de reassentamento involuntário do BM auxilia os beneficiários do projecto a lidar com problemas de aquisição de terra resultante em compensação e/ou o deslocamento físico de pessoas aplica-se a aquisição de terras e todas as alterações no acesso a recursos (económicos, rodoviários, culturais e étnicos) resultante da implementação de um projecto e subprojecto. Esta salvaguarda visa garantir que, quando as pessoas precisam de ser deslocadas, sejam tratadas de forma equitativa e compartilhem os benefícios do projecto que envolvem o seu reassentamento.

A politica de reassentamento involuntário é accionada para todos projectos de financiamento do PDAC.

4.3.7 OP 4.36 Recursos Florestais

Os projectos financiados pelo Banco Mundial não poderão ter impactos negativos directos e indirectos para a saúde e qualidade das florestas, neste âmbito, o BM visa reduzir a desmatagem e aumentar a contribuição ambiental de áreas florestais, promover reflorestamento, reduzir a pobreza e incentivar o desenvolvimento económico.

4.4 Principais lacunas ou conflitos da Legislação

A tabela a seguir compara as políticas ambientais e sociais do Banco Mundial accionadas pelo projecto com a legislação angolana aplicável a gestão dos aspectos ambientais e sociais das actividades do projecto no âmbito do PDAC.

Ressalta-se portanto, a exigência do Banco Mundial para que todos os projectos cumpram a legislação Angolana e onde houver lacunas e/ou conflitos as políticas do Banco Mundial têm precedência, salvo nos casos em que as normas nacionais são mais rigorosas ou equivalentes.

Tabela 6 Principais lacunas ou conflitos da legislação

| Aspecto | Legislação angolana aplicável | Exigência do Banco Mundial | Lacuna/conflito |
|---|--|--|--|
| Estudo de impacto Ambiental (EIA) | O Decreto 117/20 classifica a actividade agrícola como categoria B e estão sujeitas a realização de um Estudo de Impacto Ambiental simplificado (EIAS) | A OP 4.01 exige um EIA completo para os projectos classificados como categoria A. Para os projectos de categoria B é exigido um EIA menos rigorosos que o de categoria A e muitas vezes tomando a forma de um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) | Não existem lacunas assinaláveis, visto que o projecto da Fazenda Grupo Limbamba foi classificado pelo PDAC como categoria B e <i>sujeito a realização de um PGAS</i> , este tem estrutura semelhante a um EIAS exigido pela Legislação angolana |
| Gestão de pragas | O regulamento angolano para a produção, importação, comercio e utilização de pesticidas data de 1965 ainda na era colonial e ainda não foi actualizado. | A OP 4.09 promove o uso de técnicas de gestão integrada de pragas que visam minimizar o uso de pesticidas sintéticos, além de promover o uso seguro, manuseamento, armazenagem e eliminação de pesticidas químicos aprovados. | É evidente que a política do BM para a gestão integrada de pragas é mais robusta e atende as necessidades da agricultura comercial em vigor. Portanto, para a Gestão integrada de pragas no âmbito do projecto da Fazenda Grupo Limbamba , os padrões do BM foram aplicados. |
| Consultas Públicas | No âmbito do processo de AIA, está prevista a realização de consulta pública, através de reunião conduzida pelo MINAMB (Decreto Executivo n.º 87/12, de 24 de Fevereiro). O relatório de consulta pública é realizado com base em audiência pública. | A Salvaguarda Operacional estabelece a necessidade da realização de consultas públicas desde o início de ciclo do projecto. | A legislação angolana define a consulta pública de uma forma mais limitada, sem especificar a necessidade de consultas públicas ao longo do ciclo do projecto e não limitada à reunião de apresentação pública para discussão do EIA. |
| Avaliação de Impacte Ambiental e Social | O Anexo do Decreto Presidencial n.º. 117/20, de 22 de Abril, apresenta a categorização de actividades (A, B, C, D, E) e lista de identificação das que requerem estudos ambientais. O artigo 4º deste diploma legal refere “licenciamento de projectos agrícolas, florestais, industriais, comerciais, habitacionais, turísticos ou de infraestruturas que pela sua natureza, dimensão ou | A OP 4.01 do Banco sobre avaliação ambiental classifica o projecto proposto em uma das quatro categorias A, B, C e D, dependendo do tipo, localização, sensibilidade e escala do projecto e da natureza e magnitude dos impactos ambientais previstos. | A legislação angolana estabelece categorias de actividades e define os requisitos AIA de projectos com impactes ambientais e sociais menos significativos e reversíveis. |

| | | | |
|----------------|---|--|---|
| | <p>localização tenham implicações com o equilíbrio e harmonia ambiental e social ficam sujeitos a um processo prévio de Avaliação de Impacte Ambiental que implica a elaboração de um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) a ser submetido à aprovação da entidade do competente responsável pela área do ambiente”.</p> | | |
| Reassentamento | <p>Existem normas, regulamentos procedimentos e critérios para as operações de realojamento de grupos de pessoas (Decreto nº1/01, de 5 de Janeiro Normas sobre o reassentamento de populações deslocadas e Decreto Presidencial nº117/16, de 30 de Maio Operações de Realojamento).</p> | <p>PO 4.12 requer o desenvolvimento de Plano de Reassentamento para abordar os impactos económicos e sociais resultantes de investimentos assistidos pelo Banco e que resultam da tomada involuntária de terras, resultando em (i) mudança ou perda de abrigo; (ii) perda de bens ou acesso a bens; ou (iii) perda de fontes de renda ou meios de subsistência, independentemente se as pessoas afectadas devem ou não mudar para outro local; ou (B) a restrição involuntária de acesso a parques e áreas designadas legalmente protegidos, resultando em impactos adversos sobre meios de subsistência das pessoas deslocadas.</p> | <p>Não existem conflitos.</p> |
| Triagem | <p>A lei de Bases do Ambiente estabelece os princípios abrangentes para os tipos de projectos submetidos a uma Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), sendo a sua execução obrigatória para as acções “que tenham implicações para o equilíbrio e harmonia ambiental e social”. Um critério mais pormenorizado fica consagrado no decreto presidencial nº 117/20 de 22 de abril o qual estipula AIAs para todos os públicos e privados mencionados no Anexo do Diploma, com a excepção de projectos considerados pelo Governo como de interesse a defesa e segurança nacional . O Anexo do Decreto Presidencial nº. 117/20, de 22 de Abril, apresenta a categorização de</p> | <p>O Banco realiza triagem ambiental de cada projecto proposto para determinar a extensão apropriada e tipo de avaliação ambiental exigido. A OP 4.01 do Banco sobre avaliação ambiental classifica o projecto proposto em uma das quatro categorias A, B, C e D, dependendo do tipo, localização, sensibilidade e escala do projecto e da natureza e magnitude dos impactos ambientais previstos.</p> | <p>Não existem lacunas assinaláveis, visto que o projecto requer uma Avaliação ambiental e social ou Avaliação de Impacte Ambiental e social.Foi classificado pelo PDAC como categoria B e sujeito a realização de um PGAS, este tem estrutura semelhante a um EIAS exigido pela Legislação angolana.</p> |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | actividades (A, B, C, D, E) e lista de identificação das que requerem estudos ambientais. | | |
|--|---|--|--|

5. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

a) Metodologia de avaliação dos impactos

O Decreto 117/20 de 22 de Abril, define impacto ambiental como “qualquer mudança do ambiente para melhor ou para o pior, especialmente com efeitos no ar, na água, no solo e no subsolo, na biodiversidade, na saúde das pessoas e no património cultural resultante directa ou indirectamente das actividades humanas”.

A avaliação dos impactos seguiu a seguinte abordagem metodológica:

1. **Identificação dos impactos** que corresponde a interacção entre o projecto e o envolvente ambiental e social, do qual resulta numa matriz de interacção onde se cruzam as acções do projecto com os factores do meio;
2. **Descrição e avaliação dos impactos identificados** incidindo-se para aqueles considerados potencialmente significativos. Ressalta-se que para descrição dos impactos teve-se em conta o parecer do avaliador utilizando-se para o efeito, quando justificável, uma escala qualitativa mas tão objectiva quanto possível.

A avaliação obedeceu os seguintes critérios:

Natureza do impacto: os impactos foram classificados como **positivos**, quando resultar em melhoria da qualidade ambiental e **negativo**, quando resultar em danos ou perturbação em algum componente ambiental;

A **significância** de determinado impacte é definida como uma combinação entre a **consequência** do impacte que está a ocorrer e a **probabilidade** que o impacte venha a ocorrer. Os critérios usados para determinar a consequência do impacte encontram-se apresentados na que se segue:

Tabela 7 Critérios usados para determinar a consequência do impacte

| Classificação | Definição de Classificação | Pontuação |
|--|--|-----------|
| A. Âmbito – a área onde se vai sentir o impacte | | |
| Local | Confinado à área do projecto | 1 |
| Regional | Os efeitos do impacto podem atingir áreas num raio de 1- 5km do local do projecto | 2 |
| (Inter)regional | Os efeitos do impacto podem atingir áreas num raio entre 5km- 10km do local do projecto. | 3 |
| B. Intensidade – a magnitude do impacte em relação à sensibilidade do meio receptor | | |
| Baixa | As funções e processos naturais e/ou sociais são alterados de forma ínfima. | 1 |
| Média | As funções e processos naturais e/ou sociais continuam, embora de forma alterada. | 2 |
| Elevada | As funções e processos naturais e/ou sociais são gravemente alterados. | 3 |

| C. Duração – o período durante o qual se sentirá o impacte | | |
|--|-------------------|---|
| Curto prazo | Até 6 meses. | 1 |
| Médio prazo | 6 meses a 2 anos. | 2 |
| Longo prazo | Mais de 2 anos. | 3 |

A consequência do impacto resulta na combinação destes três critérios (âmbito, intensidade e duração), conforme definida na tabela abaixo:

Tabela 8 Método para determinar a pontuação da consequência

| | | | | | | |
|-------------------------------|----------------|-------------|-------|-------|---------|---------------|
| Pontuação Combinada (A+B+C) | 1 –3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8-9 |
| Classificação da Consequência | Insignificante | Muito baixa | Baixa | Média | Elevada | Muito elevada |

Depois de se ter calculado a consequência, considerar-se-á a probabilidade de ocorrência do impacte, usando as classificações de probabilidade apresentadas na Tabela que se segue.

Tabela 9 Classificação de probabilidade

| Probabilidade do impacte – a probabilidade de ocorrência do impacte | |
|---|---|
| Improvável | < 40% de probabilidade de ocorrer |
| Provável | 40% - 70% de probabilidade de ocorrer |
| Muito Provável | > 70% - 90% de probabilidade de ocorrer |
| Altamente provável | > 90% de probabilidade de ocorrer |

A significância global dos impactes será determinada levando-se em linha de conta consequência e probabilidade, usando o sistema de classificação estabelecido na Tabela.

O aumento da significância é associado ao aumento da conjugação entre a consequência e a probabilidade de acontecer.

Tabela 10 Classificação da significância dos impactes

| | | Probabilidade | | | |
|--------------|---------|----------------|----------------|----------------|--------------------|
| | | Improvável | Provável | Muito Provável | Altamente provável |
| consequência | Muito | Insignificante | Insignificante | Muito baixa | Muito baixa |
| | Baixa | Insignificante | Insignificante | Muito baixa | Muito baixa |
| | Baixa | Muito baixa | Muito baixa | Baixa | Baixa |
| | Média | Baixa | Baixa | Média | Média |
| | Elevada | Média | Média | Elevada | elevada |

| | | | | |
|---------------|---------|---------|---------------|---------------|
| Muito Elevada | Elevada | elevada | Muito elevada | Muito elevada |
|---------------|---------|---------|---------------|---------------|

Finalmente, os impactes também foram considerados em termos do seu estado (impacte positivo ou negativo) e da confiança na classificação da significância dos impactes que foi atribuída. O sistema fixado para considerar o estado dos impactes e a confiança (na avaliação) encontra-se definido na Tabela abaixo.

Tabela 11 Estado do impacte e classificação da confiança

| | |
|---|----------------------------------|
| Estado do impacte | |
| Indicação se o impacte é adverso (negativo) ou benefício (positivo) | + vo (positivo – um ‘benefício’) |
| | – vo (negativo – um ‘custo’) |
| | Neutro |
| Confiança da avaliação | |
| O grau de confiança nas previsões com base na informação disponível, ou em experiência em projectos similares. | Baixa |
| | Média |
| | Elevada |

A significância dos impactos é fundamental para o processo de tomada de decisão e são definidas com base nas classificações descritas na tabela abaixo:

Tabela 12 Definições da significância do impacte

| | |
|----------------|---|
| Insignificante | Insignificante: o impacte potencial não deve ser considerado. |
| Muito baixa | Muito baixa: o impacte potencial não deve ter qualquer influência significativa na decisão sobre o proposto projecto. |
| Baixa | Baixa: o impacte potencial pode não ter qualquer influência significativa na decisão sobre o proposto projecto. |
| Média | Média: o impacte potencial deve influenciar a decisão sobre o proposto projecto |
| Elevada | Elevada: o impacte potencial irá afectar a decisão sobre o proposto projecto. |
| Muito elevada | Muito elevada: a proposta actividade deverá apenas ser aprovada em condições especiais. |

b) Medidas de mitigação dos impactos

Para cada impacto identificado e avaliado no projecto, foram estabelecidas medidas de mitigação e/ou eliminação dos impactos sobre o ambiente e as populações directa ou indirectamente afectadas. Estas medidas têm por objectivo evitar, minimizar e/ou reduzir os potenciais impactos negativos e estabelecer medidas de optimização que possam produzir, maximizar e/ou aumentar os potenciais impactos positivos do projecto.

5.1 Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais do projecto

- **Contratação de mão de obra**

O projecto prevê a contratação de mão de obra local, e estimular desta forma a economia e o desenvolvimento socioeconómico local. Há potencial para impactos adversos se as expectativas não forem cumpridas, e nos casos em que este afluxo de trabalhadores no local do projecto for susceptível de aumentar os índices de DTS, doenças tropicais e aumento de casos de violência baseada no género ou qualquer outra forma de desigualdade do género. Os potenciais impactos da contratação de mão de obra durante a fase de construção do projecto são apresentadas na tabela a seguir:

- **Risco de violência baseada no género**

existe o risco de que o projecto gere exploração sexual, devido ao afluxo de mão-de-obra directa e indirecta que causarão impacte e mudanças na comunidade envolvente, afectando eventualmente a dinâmica de poder entre os membros da comunidade e no seio das famílias, podendo levar ao aumento dos casos de violência baseada no género. este é um impacte negativo de âmbito local de magnitude moderada.

- **Risco de assédio sexual**

A presença de mão-de-obra (não local e Local), com um poder de compra relativamente elevado, pode de certa forma aumentar o nível de assédio sexual, tendo em conta que o projecto decorrerá em zonas rurais, com níveis de pobreza substanciais, o que coloca as mulheres numa situação de vulnerabilidade, podendo os trabalhadores se aproveitarem desta condição para assediar sexualmente e eventual envolvimento. Este é um impacte negativo de âmbito local de magnitude moderada.

Tabela 13 Impactos sobre a contratação da mão de obra

| Actividade Projecto & | Descrição do Impacto | Extensão | Natureza | Intensidade | Duração | Consequência | Probabilidade | Significância |
|-------------------------------|---|------------|----------|---------------|------------------|------------------|----------------|---------------|
| Fase de Construção e operação | | | | | | | | |
| Contratação de mão-de-obra | Contribuição para a redução do índice de desemprego da comuna e oportunidade de desenvolvimento socioeconómico de 16 famílias da região. | Local 1 | Positivo | Elevada 3 | Médio prazo 2 | Média 6 | Provável | Baixa |
| | O afluxo de trabalhadores pode levar Aumento na incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), incluindo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), bem como de doenças transmissíveis | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Médio prazo 2 | Baixa 5 | Muito provável | Baixa |
| | A contratação de mão-de-obra e outras actividades do subprojecto podem levar ao aumento de vectores de doenças na população Paludismo, Malária Intestinal e Urinária e outros | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Médio prazo 2 | Baixa 5 | provável | Baixa |
| | O subprojeto tem o potencial de aumentar os casos de violência baseada no gênero (VBG) ou outra forma de desigualdade de gênero. | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Médio prazo 2 | Baixa 5 | Provável | Baixa |
| | Assédio sexual (AS), Exploração e Abuso sexual (EAS) e risco de EAS/AS sobre as comunidades envolvidas | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Curto prazo 1 | Muito Baixa 4 | Provável | Baixa |
| | Impacto trabalho infantil e/ou forçado; exploração trabalho infantil | Local 1 | Negativo | Baixa 1 | Curto prazo 1 | Baixa 5 | Provável | Baixa |

- **Construção de infraestruturas de apoio ao projecto**

O projecto prevê a construção de infraestruturas de apoio para melhoria da logística da fazenda, os potenciais impactos adversos são identificados para o meio ambiente (geração de resíduos e efluentes, intrusão visual e poluição sonora) e para os trabalhadores (perigos de saúde e segurança ocupacionais).

Representam potenciais impactos negativos mínimos e que podem ser mitigados com adopção de medidas adequadas. A tabela a seguir apresenta os potenciais impactos identificados na actividade de construção de infraestruturas:

Tabela 14 Impactos sobre a construção de infraestruturas

| Actividade Projecto & | Descrição do Impacto | Extensão | Natureza | Intensidade | Duração | Consequência | Probabilidade | Significância |
|-------------------------------|---|------------|----------|---------------|------------------|------------------|----------------|---------------|
| Fase de Construção e operação | | | | | | | | |
| Construção de Infraestruturas | Intrusão visual resultante do acúmulo de resíduos de construção civil | Local 1 | Negativo | moderada 2 | Curto prazo 1 | Muito baixa 4 | Provável | Muito Baixa |
| | Geração de resíduos e efluentes | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Médio prazo 2 | Muito Baixa 5 | provável | Baixa |
| | Perigos de saúde e segurança ocupacionais | Local 1 | Negativo | Elevada 3 | Curto prazo 1 | Muito Baixa 5 | Muito provável | Muito Baixa |

▪ **Impactos sobre a qualidade do solo e da água**

O projecto prevê a retirada da cobertura vegetal existente na área de produção deixando o solo a descoberto, em eventos de tempestade, poderá ocorrer a degradação do solo por fenómenos de erosão e assoreamento. Estudos apontam que o solo da região de implementação do projecto apresenta solos propensos a erosão.

O uso inadequado de fertilizantes químicos: poderá advir fundamentalmente através da falta de recomendações técnicas específicas, as doses inadequadas e baixas respostas agronómicas. Este poderão ocorrer nas áreas de cultivo, durante a correcção da deficiência que o solo apresenta e a preparação para aplicação. Pode causar: redução de fertilidade, aumento de erodibilidade, perda de nutrientes, desequilíbrio ecológico, liberação de gases poluentes, desertificação, contaminação de alimentos e principalmente a intoxicação de humanos e animais por meio da ingestão dessas substâncias.

Poderá ocorrer também fenómenos de eutrofização dos corpos hídricos pela aplicação inadequada de fertilizantes químicos, e geração de resíduos sólidos perigosos pela gestão de pragas e doenças. Os impactos ambientais e sociais são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 15 Impactos sobre a qualidade do solo e da água

| Actividade | Descrição dos impactos | Extensão | Natureza | Intensidade | Duração | Consequência | Probabilidade | Significância |
|---|--|------------|----------|---------------|------------------|------------------|----------------|----------------|
| Limpeza do solo | A área prevista para a produção agrícola caracteriza-se por ser uma área nova para cultivo, porém, haverá actividade retira a cobertura vegetal do solo deixando-o propenso a fenómenos de erosão e assoreamento | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Longo prazo 3 | Baixa 5 | Provável | Muito Baixa |
| Preparo do solo | Compactação do solo gerada pela acção das rodas dos tractores e máquinas agrícolas, este impacto altera as características químicas e físicas do solo | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Médio prazo 2 | Baixa 5 | Provável | Muito baixa |
| Sementeira | A sementeira será feita em blocos separados por uma distância de 10 metros, esta técnica facilita a passagem e manejo de equipamento agrícola. | Local 1 | Positivo | Baixa 1 | Médio prazo 2 | Muito baixa 4 | Provável | Insignificante |
| Uso da água | - Deposição de resíduos sólidos sobre o rio - Derrames acidentais de óleos, lubrificantes e produtos afins | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Médio prazo 2 | Muito Baixa 4 | Muito Provável | Muito Baixa |
| Aplicação de fertilizantes químicos | Eutrofização de recursos hídricos e Degradação do solo | Local 1 | Negativo | Elevada 3 | Longo prazo 3 | Elevada 7 | Muito provável | Elevada |
| | Contaminação dos Recursos Hídricos pelo escoamento de fertilizantes químicos | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Médio prazo 3 | Baixa 5 | Provável | Muito baixa |
| | Contaminação de solos decorrente do uso inadequado de fertilizantes químicos | Local 1 | Negativo | Elevada 3 | Longo prazo 3 | Elevada 7 | Muito provável | Elevada |
| Controlo de infestantes, pragas e doenças | Contaminação dos Recursos Hídricos pelo escoamento de pesticidas | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Médio prazo 3 | Baixa 5 | Provável | Muito baixa |
| | Emissão de gases tóxicos do manuseio inadequado das embalagens de agro-químicos | Local 1 | Negativo | Moderado 2 | Curto prazo 1 | Muito baixa 4 | Muito Provável | Muito baixa |
| | Geração de resíduos perigosos (embalagens de pesticidas e outras substâncias) | Local 1 | Negativo | Elevada 3 | Longo prazo 3 | Elevada 7 | Muito provável | Elevada |

| | | | | | | | | |
|--|---|------------|----------|---------------|------------------|------------------|----------------|-------------|
| | Perigos de contaminação dos trabalhadores durante o manuseio de agro-químicos | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Curto prazo 1 | Muito baixa 4 | Muito Provável | Muito baixa |
| | Perigos de incêndios pelo armazenamento inadequado | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Médio prazo 2 | Baixa 5 | Provável | Muito baixa |

- **Uso de equipamentos e máquinas**

Os impactos da manutenção de máquinas e equipamento poderá advir fundamentalmente através de derrames pontuais de hidrocarbonetos e a deposição de resíduos sólidos sobre a capa edáfica (óleos lubrificantes, combustíveis, tintas, diluentes e demais efluentes contendo misturas químicas). Estes derrames pontuais poderão ocorrer na fazenda principalmente durante a manutenção dos veículos motorizados e geradores, por meio de falhas técnicas nas máquinas agrícolas, enchimento ou armazenamento do reservatório de combustível. Estas ações poderão causar efeitos negativos sobre a qualidade do solo, tais como: alteração das características e contaminação do solo. As propriedades do solo que mais influenciam o comportamento dos combustíveis é: a porosidade é a proporção entre o volume de espaços vazios no solo e o volume total da matriz do solo e é expressa em percentagem; a permeabilidade a quantidade de água presente no solo e as características e concentrações dos constituintes nos hidrocarbonetos podem influenciar significativamente o comportamento dos combustíveis líquidos no solo, e características químicas do solo.

Durante o uso de equipamentos e máquinas, poderá ocorrer a emissão de gases poluentes pela queima de combustíveis fósseis, poluição sonora e contaminação do solo durante a manutenção das máquinas. Os impactos ambientais e sociais são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 16 Impactos do uso de equipamentos e máquinas

| Actividade | Descrição dos impactos | Extensão | Natureza | Intensidade | Duração | Consequência | Probabilidade | Significância |
|--|---|------------|----------|---------------|------------------|---------------------|----------------|----------------|
| Uso de equipamentos (máquinas e gerador) | Queima de combustíveis fósseis e emissão de gases | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Curto prazo 1 | Muito baixa 4 | Muito provável | Muito baixa |
| | Poluição sonora | Local 1 | Negativo | Baixa 1 | Curto prazo 1 | Insignificante 3 | Provável | Insignificante |
| | Contaminação do solo por óleos e combustíveis dos equipamentos e do gerador | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Médio prazo 2 | Baixa 5 | Muito provável | Baixa |

| | | | | | | | | |
|---------------------------------------|---|------------|----------|---------------|------------------|------------|----------------|-------|
| Manutenção de máquinas e equipamentos | Trocas inadequadas de combustíveis podem causar explosão e a exposição causar doenças respiratórias, doenças de pele. | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Médio prazo 2 | Baixa 5 | Muito provável | Baixa |
|---------------------------------------|---|------------|----------|---------------|------------------|------------|----------------|-------|

- **Geração de resíduos e efluentes**

Durante as actividades agrícolas e domésticas serão gerados resíduos perigosos e não perigosos, estes podem contaminar os solos, a água, o ar, e ser um vector transmissor de doenças. Os impactos ambientais e sociais do descarte inadequado de resíduos e efluentes são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 17 Impactos da geração de resíduos e efluentes

| Actividade | Descrição dos impactos | Extensão | Natureza | Intensidade | Duração | Consequência | Probabilidade | Significância |
|---|---|------------|----------|---------------|------------------|--------------|----------------|---------------|
| Geração de resíduos perigosos e não perigosos | Contaminação do solo pelo descarte inadequado e/ou queima de resíduos | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Longo prazo 3 | Média 6 | Muito provável | Média |
| | Contaminação do corpo de água pelo descarte de águas residuais não tratadas | local 1 | Negativo | Moderada 2 | Curto prazo 1 | Baixa 5 | Provável | Muito baixa |

- **Aquisição de Terra**

O **Sr. Receado Domingos Gouveia** adquiriu a terra através de um agricultor, fez a sua legalização como consta nos documentos apresentados: o título de concessão do direito de superfície (ver anexo V) e o croquis de localização do (anexo IV) deste PGAS. No acto da aquisição do terreno não houve deslocalização ou perda de abrigo e perda de fontes de renda. Segundo angolana, a concessão de terra é gerido através de processos formais e informais. O processo formal, geralmente é aplicável a propriedade privada ou direito da terra (de acordo com a Lei n.º 9/04 – Lei de Terras e o Decreto n.º 58/07 – Regulamento de Concessão de Terra). Já o processo Informal é aplicável quando a aquisição envolve direito de uso de terra não documentada. Geralmente administrada por Sobas ou Coordenadores.

Para este projecto não haverá reassentamento involuntário, uma vez que o projecto será executado dentro de uma fazenda que apresenta limites de terra bem definidos.

Tabela 18 Impactos sobre a ocupação do terreno

| Actividade | Descrição dos impactos | Extensão | Natureza | Intensidade | Duração | Consequência | Probabilidade | Significância |
|---------------------|------------------------|----------|----------|-------------|------------------|----------------|---------------|----------------|
| Ocupação do terreno | Conflitos sociais | Local | Negativo | Baixa 2 | Curto Prazo 1 | Insignificante | Improvável | Insignificante |

✓ Saúde e segurança ocupacional e das comunidades

Risco de propagação da COVID19

Os trabalhos previstos para este projecto envolverão uma força de trabalho (trabalhadores directos, fornecedores terceirizados e serviços de apoio), o que será comum. Alguns desses trabalhadores estarão a viver na fazenda, outros moram nas comunidades próximas a fazenda, significando que retornam às suas residências no fim de cada dia de trabalho. Esta complexidade do trabalho previsto, cria um potencial elevado de disseminação da COVID-19. Portanto, o potencial impacte da COVID-19 pode atingir proporções elevadas, quer na comunidade, quer entre os trabalhadores, pelo que se classifica como tendo uma magnitude elevada e uma probabilidade de ocorrência muito elevada, sendo por isso considerado um impacte significativo.

Durante a execução dos trabalhos, poderá ocorrer situações que coloquem em perigo a saúde e segurança dos trabalhadores e das comunidades circunvizinhas ao local de implementação do projecto. Os impactos sociais são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 19 Impactos sobre a saúde e segurança ocupacional e das comunidades

| Actividade | Descrição dos impactos | Extensão | Natureza | Intensidade | Duração | Consequência | Probabilidade | Significância |
|---|---|---------------|----------|---------------|------------------|------------------|----------------|---------------|
| Saúde e segurança ocupacional e das comunidades | Perigos de segurança e saúde ocupacional durante a execução das obras e transporte de materiais e manuseio de substâncias perigosas | Local 1 | Negativo | Moderada 2 | Curto prazo 1 | Muito baixa 4 | Muito provável | Muito baixa |
| | Perigos de segurança e saúde comunitária durante a execução das obras transporte de materiais e manuseio de substâncias perigosas | Regional 2 | Negativo | Moderada 2 | Curto prazo 1 | Baixa 5 | Provável | Muito baixa |
| | Aumento da propagação do vírus SARS COV 2 | Regional 2 | Negativo | Alta 3 | Longo prazo 3 | Baixa 5 | provável | Muito baixa |

- Impacto Socioeconómico

Importa frisar que o projecto terá um impacte positivo sobre as políticas de desenvolvimento nacional, pois vem de encontro com os objectivos da província de Malanje. Os impactes negativos estão relacionados a sobrecarga das infra-estruturas viárias devido à circulação de veículos motorizados ligeiros e pesados para o subprojecto.

Relativamente aos impactes positivos, estes poderão ser resultantes das oportunidades de emprego com criação de novos postos de trabalho quer de forma directa como indirecta durante a execução da obra e a dinamização económica com à procura de matéria-prima, bens e serviços diversificados, equipamentos entre outros.

Tabela 20. Impacto Socioeconómico

| Actividade | Descrição dos impactos | Extensão | Natureza | Intensidade | Duração | Consequência | Probabilidade | Significância |
|--|--|----------|----------|---------------|------------------|--------------|----------------|---------------|
| Criação de novos postos de trabalho | Oportunidades de emprego e melhoria do rendimento familiar | Local | Positiva | Moderada 2 | Longo prazo 3 | Média 6 | Muito Provável | Média |
| Procura de bens e serviços, equipamentos, materiais de construção e pagamento de impostos e outros emolumentos fiscais | Dinamização da economia da província do Cuanza Norte | Regional | Positiva | Moderada 2 | Longo prazo 3 | Média 6 | Muito Provável | Média |
| Produção de resíduos sólidos agrícola, domésticos e efluentes líquidos | Sobrecarga das infra-estruturas de saneamento | Local | Negativo | Moderada 2 | Curto Prazo 1 | Baixa 5 | Provável | Baixa |
| Consumo de água | Pressão sobre os recursos hídricos | Local | Negativo | Moderada 2 | Longo prazo 3 | Baixa 5 | Provável | Baixa |
| Aspectos | Afectação da saúde dos | Local | Negativo | Moderada | Longo prazo | Média | Muito | Média |

| | | | | | | | | |
|--|----------------------|--|--|----------|----------|----------|-----------------|--|
| <p>Socioeconómicos</p> <p>Actividades de construção em geral (produção de ruído, vibrações, riscos de acidentes de trabalho) e manutenção dos equipamentos</p> | <p>trabalhadores</p> | | | <p>2</p> | <p>3</p> | <p>6</p> | <p>Provável</p> | |
|--|----------------------|--|--|----------|----------|----------|-----------------|--|

6 MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PROPOSTAS

Neste capítulo são apresentadas as medidas de mitigação propostas para os impactos ambientais e sociais identificados no projecto.

6.1 Medidas de mitigação para os impactos ambientais identificados no projecto

A tabela a seguir descreve as medidas de mitigação e responsabilidades de implementação para os impactos ambientais identificados no projecto.

As medidas de mitigação serão consideradas tendo em conta as directrizes estabelecidas pelo IFC, sempre que aplicável e não existam limitações de orçamento previsto no Plano de Negócios . É importante mencionar que todas medidas de mitigação propostas tomam como foco central a sustentabilidade do sistema produtivo onde o produtor é um motor importante e portanto nenhuma das actividades vai contra este enfoque de sustentabilidade. Recomenda-se a atribuição de responsabilidades pelo desempenho e supervisão ambiental e social.

Tabela 21 Medidas de mitigação para os impactos ambientais

| Aspectos ambientais | IMPACTO | CAUSA | Mitigação | RESPONSABILIDADES |
|--|---|---|--|----------------------------|
| Conservação e Manejo do Solo | Compactação do solo | Uso inadequado de máquinas para preparação do solo | Realizar sempre a preparação do solo na época certa de cultivo. Realizar sempre a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. Os resíduos e efluentes residuais resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para um destino final ambientalmente adequado. | Proponente / Engº agrônomo |
| | Erosão | Supressão da vegetação | Evitar técnicas de plantio em contorno e faixa, terraceamento, descontínuo abertura de valas, consórcio com árvores e barreiras de grama em áreas inclinadas. | Engº agrônomo |
| | Salinização | Uso inadequado de fertilizantes | Desenvolver programas de acompanhamento para uso de fertilizantes aos trabalhadores da fazenda, relativamente às más práticas de uso de fertilizantes. | Engº agrônomo |
| Manutenção regular dos equipamentos e máquinas, pavimentação da oficina, bacias de contenção | Contaminação do solo | -Descarte inadequado de resíduos - Uso inadequado de máquinas -Derrames acidentais de óleos, lubrificantes e produtos afins | - Realizar sempre a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. - Realizar a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. Os resíduos resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para local apropriado de deposição final para a proteção do solo. -Identificar os locais adequados para o depósito de entulho e materiais sobrantes resultantes do processo de construção (pavimentação). | Proponente |
| Gestão de Nutrientes | Contaminação dos recursos hídricos subterrâneos e eutrofização dos recursos hídricos superficiais | Escoamento superficial e lixiviação de nutrientes | Promover a adoção da técnica de rotação de culturas com leguminosas. | Proponente / Engº agrônomo |
| | | | Elaborar e implementar de um programa de fertilizantes balanceados para cada unidade de manejo do solo | |
| | | | Realizar análise periódica do solo (pelo menos 2x/ano) de forma a saber o estado das propriedades do solo. | |
| | | | Realizar actividade de assessoria aos trabalhadores agrícolas para a gestão adequada de nutrientes. | |
| Gestão de Resíduos de Culturas e Resíduos Sólidos | Contaminação do solo e da água | Descarte inadequado de resíduos | Elaborar e implementar um plano de Gestão de resíduos. Reduzir, reutilizar e reciclar resíduos sempre que possível. | Proponente |
| | | | Os resíduos de palha podem ser reciclados e incorporados no solo para reposição de nutrientes . | |
| | | | Criar um sistema de recolha de resíduos de pesticidas e herbicidas após o uso e de forma adequada armazenado até a Deposição final (acções de fiscalização no campo). Fornecer treinamento e orientação aos trabalhadores sobre gestão de resíduos. | |
| | | | Evitar que os resíduos sejam queimados. Os resíduos orgânicos (restos de alimentos) serão reciclados para a alimentação dos animais da fazenda. | |
| Controle de Pragas | Contaminação dos Recursos Hídricos | Aplicação de controladores de pragas | Elaborar e implementar um plano integrado de pragas. | Proponente/Engº agrônomo |
| | Emissão de gases tóxicos do manuseio inadequado das embalagens de agro-químicos | | Manter um registo do controle de pragas, incluindo a metodologia usada, tecnologias e produtos químicos de controle. | Proponente/Engº agrônomo |

| Aspectos ambientais | IMPACTO | CAUSA | Mitigação | RESPONSABILIDADES |
|----------------------------|--|---------------------------------|--|--|
| Uso e gestão de pesticidas | Contaminação dos solos vida selvagem, águas subterrâneas ou recursos hídricos superficiais | Aplicação de pesticidas | <p>Elaboração e implementação de um plano de gestão de pesticidas segundo as recomendações da FAO (http://www.fao.org/fileadmin/templates/agphome/documents/Pests_Pesticides/Code/CODE_2014Sep_ENG.pdf.)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Armazenamento <ul style="list-style-type: none"> • Todos pesticidas devem ser armazenados em suas embalagens originais e devidamente rotuladas; as instruções de armazenamento devem ser rigorosamente seguidas (Assessoria a proponente). • Kits de emergência para o controlo de derrames ✓ Manuseio <ul style="list-style-type: none"> • Assessoria aos trabalhadores para o manuseio adequado de pesticidas seguindo as orientações do produto. • Uso obrigatório de EPI durante a aplicação, manuseio e armazenamento de pesticidas. • As actividades de mistura de pesticidas só poderão ser realizadas em zonas previamente designadas. ✓ Aplicação <ul style="list-style-type: none"> • Os pesticidas serão aplicados de forma mecanizada • Antes de qualquer aplicação, verificar o estado do equipamento e se está devidamente calibrado. • Verificar sempre as condições meteorológicas antes da aplicação, deve-se evitar aplicações em tempo húmido e ventos fortes. ✓ Deposição <ul style="list-style-type: none"> • Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - junto com água de enxágue e pesticidas desactualizados ou não mais aprovados - deve ser descartado como resíduo perigoso, de acordo com Directrizes da IFC . • Recipientes de pesticidas vazios, lacres de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes, e as lavagens usadas no tanque de pesticidas deve ser pulverizado de volta para o campo ou descartado como resíduo perigoso em uma maneira consistente com as recomendações da IFC. | Proponente com assessoria técnica da equipa INCATEMA |
| Fertilizantes | Contaminação do solo | Uso de fertilizantes | <p>Os fertilizantes devem ser armazenados na sua embalagem original e em local devidamente identificado com placas de sinalização.</p> <p>O seu uso deverá ser de acordo com as orientações internacionais e responder às medidas de protecção do ambiente.</p> <p>Os depósitos de fertilizantes devem estar separados dos de pesticidas e máquinas.</p> | Proponente / Eng ^o agrónomo |
| Gestão Integrada de água | Contaminação de água | Descarte inadequado de resíduos | <ul style="list-style-type: none"> • Não realizar limpeza (retirada da vegetação) a volta do rio de forma a proteger a qualidade da água, pois ajuda a proteger o solo e evita a evaporação excessiva das águas. • Não descartar de lixo próximo a essas áreas, já que os resíduos podem contaminar a água; | Proponente |

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Desenvolver programas relativamente às boas práticas de uso da água, tendo em consideração as boas práticas EHS• Uso racional da água.• Evitar desperdício de água. | |
|--|--|--|---|--|

6.2 Medidas de mitigação para impactos de Mão de obra

A tabela a seguir apresenta os impactos sociais identificados para a actividade de contratação de mão de obra.

Tabela 22 Impactos sociais identificados no projecto por contratação de mão de obra

| RISCOS | IMPACTOS | Medidas de mitigação | RESPONSABILIDADES |
|---|--|---|-------------------|
| Falta de contratos, uso de contratos não compreendidos pelos funcionários ou uso de contratos com termos diferentes das reais condições de trabalho | Trabalho forçado | - As condições de emprego incluem salários e benefícios, descontos em folha, jornadas de trabalho, intervalos, dias de descanso, entendimentos sobre horas extras e sua remuneração, seguro-saúde, aposentadoria e licenças por motivo de saúde, férias, maternidade ou feriado. | Proponente |
| Cargas horárias excessivas | Fadiga do trabalhador, provocando maior número de lesões e doenças | - Sempre que possível, tendo em conta às necessidades e a qualificação da mão-de-obra, dar preferência à população local e da envolvente em termos de emprego, com vista à redução dos níveis de desemprego local. | |
| Salários baixos ou insuficientes | Cargas horárias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil) | | |
| Exploração de trabalhadores jovens ou trabalhadores estudantes | Trabalho infantil | O Proponente não empregará crianças de nenhuma forma que seja economicamente exploratória, que possa ser perigosa ou interferir na educação da criança, ou ainda, ser prejudicial à sua saúde ou ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. | Proponente |
| | | Cumprir com a legislação angolana para a contratação de jovens e/ou trabalhadores estudantes e as orientações da IFC. | Proponente |
| Falta de liberdade de associação ou mecanismos de reclamação | Maus-tratos e trabalhadores sem possibilidade de expressar preocupações ou apresentar reclamações | - Proporcionar aos trabalhadores um mecanismo de reclamação por meio do qual possam expressar suas preocupações sobre o local de trabalho. O proponente informará os trabalhadores sobre o mecanismo de reclamação no momento do recrutamento e o tornará facilmente acessível a eles. | Proponente |
| | | - Accionar o Mecanismo de Sugestão e Gestão de Reclamações (MSGR) do PDAC em caso de incidente ou acidente. | |
| | | Registrar todas as reclamações e monitorar qualquer acção correctiva. O proponente nomeará um comité para lidar com reclamações, o qual incluirá representantes da gerência, dos supervisores e dos trabalhadores. | Proponente |
| Práticas de contratação e promoção discriminatórias | Ambiente de trabalho negativo e acesso desigual a oportunidades e benefícios | Promover oportunidades iguais para mulheres e homens com ênfase especial em critérios iguais de selecção, remuneração e promoção e a aplicação igual destes critérios. | Proponente |
| Assédio verbal e físico (sexual) | Insatisfação | -Tomar medidas para impedir e não aceitar qualquer tipo de assédio, inclusive assédio sexual ou maus tratos psicológicos dentro do local de trabalho (sensibilização dos trabalhadores) - Disponibilidade de um Mecanismo de Sugestão e Gestão de Reclamações (MSGR) MSGR em casos de EAS/AS. | Proponente |
| Violência Baseada no género (Potencial de aumento de casos de violencia baseada no género ou outra forma de desigualdade de género) | Trauma do trabalhador | | |
| Assédio sexual (AS), Exploração e Abuso sexual (EAS) e risco de EAS/AS sobre as comunidades envolventes | Conflito com a comunidade envolvente | | |

| | | | |
|---|-----------------------------------|--|------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> - Accionar o Mecanismo de Sugestão e Gestão de Reclamações (MSGR) do PDAC em caso de incidente ou acidente relacionado com o Projeto que tenha ou seja suscetível de ter um efeito adverso significativo nas comunidades afectadas, no público ou nos trabalhadores, incluindo os relacionados com acidentes de trabalho que possam resultar em morte ou ferimentos graves, violência baseada no género (VBG), particularmente exploração sexual, abuso e assédio sexual (EAS/AS). - Garantir que pessoas em risco de violência tenham acesso a apoio abrangente incluindo serviços de saúde de qualidade, apoio psicossocial, abrigos e espaços seguros e assistência económica. - Garantir que os processos integrem os princípios de igualdade de género. - Tomar medidas para impedir e não aceitar Violência Baseada no género. - Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos; - Igualdade de oportunidade no acesso ao trabalho; - Assegurar que todos os trabalhadores conheçam e assinem individualmente o Código de Conduta da fazenda; - Aplicar o Código de Conduta às empresas sub-contratadas e a todos os trabalhadores do projecto que contêm obrigações para evitar violência baseada no género (VBG), entre outras condutas exigidas para assegurar a segurança e boas relações no trabalho, bem como com a comunidade envolvente. - Garantir pequenos espaços separados (homens e mulheres) com mínima comodidade, para albergar os trabalhadores durante os períodos de descanso - A comunicação deve ser sempre efectuada entre o proponente, Especialista Social, ou outro responsável superior do Adjudicatário e os líderes das comunidades locais. - Divulgar informações e ministrar palestras sobre assédio sexual. | |
| Alojamentos inseguros e anti-higiénicos para os trabalhadores | Saúde enfraquecida do trabalhador | Garantir instalações apropriadas aos seus trabalhadores que incluem o ambiente físico, a saúde e as precauções de segurança, além do acesso a instalações sanitárias de acordo as recomendações da IFC | Proponente |

6.3 Medidas de mitigação para impactos sobre a saúde e segurança ocupacional

A tabela a seguir descreve as medidas de mitigação para os impactos sobre a saúde e segurança ocupacional identificados com a implementação do projecto.

Tabela 23 Medidas de mitigação dos impactos sobre a saúde e segurança ocupacional

| RISCOS | DESCRIÇÃO | IMPACTOS | Medidas de mitigação | RESPONSABILIDADES |
|--------|-----------|----------|----------------------|-------------------|
|--------|-----------|----------|----------------------|-------------------|

| | | | | |
|--------------------|--|--|--|--------------------------------|
| Riscos físicos | Riscos operacionais e no local de trabalho | Entorses e fracturas | Realizar capacitação aos trabalhadores sobre o uso eficiente de equipamentos. Certificar que todas as máquinas e equipamentos de construção estão em boas condições de trabalho e de acordo com as especificações do fabricante para evitar riscos ocupacionais. | Proponente |
| | Operação de máquinas e veículos | Acidentes/morte | | |
| | Riscos de incêndios ou explosões devido a ignição de materiais inflamáveis | Lesão ou morte do trabalhador por asfixia, queimadura | Garantir que todos os trabalhadores utilizem equipamentos de protecção individual (EPI) e de protecção colectiva (EPC) e colocar sinalização de uso obrigatório conforme a legislação e boas práticas internacionais sobre saúde e segurança no trabalho. | Proponente |
| Riscos químicos | Inalação, contacto da pele ou ingestão de produtos químicos (p. ex. pesticidas, solventes) | Lesão ou morte do trabalhador (irritação, danos aos órgãos internos, intoxicação) | Capacitar os trabalhadores para o manuseio adequado de produtos químicos. | Proponente |
| | Inalação de poeira | Doença do trabalhador (redução da capacidade dos pulmões) | Uso de máscaras em caso de poeiras. Fornecer aos trabalhadores equipamentos de protecção individual (EPI) adequados. | Proponente/Todos colaboradores |
| Riscos Biológicos | Falta de instalações de bem-estar apropriadas (p. ex. água potável, privadas, chuveiros) | Saúde enfraquecida do trabalhador | O proponente deve garantir instalações apropriadas aos seus trabalhadores que incluem o ambiente físico, a saúde e as precauções de segurança, além do acesso a instalações sanitárias de acordo as recomendações da IFC | Proponente |
| Riscos Ergonómicos | Movimentos Repetitivos | Lesões do trabalhador (tensões e torceduras nos músculos e tecidos conectivos causando dor, inflamação, dormência ou perda da função muscular) | | |
| | Técnicas inadequadas para levantar objectos pesados | | | |

6.4 Medidas de mitigação para os impactos sobre a saúde e segurança da comunidade

A tabela a seguir descreve as medidas de mitigação para os impactos sociais sobre a saúde e segurança da comunidade identificados com a implementação do projecto.

Tabela 24 Medidas de mitigação dos impactos sobre a saúde e segurança da comunidade

| RISCOS | IMPACTOS | Medidas de mitigação | RESPONSABILIDADES |
|---|----------|---|-------------------|
| Contaminação de água de superfície ou potável | | Monitorar o uso de fertilizantes e pesticidas | Engº agrónomo |

| | | | |
|---|--|--|---|
| | Impactos negativos sobre a saúde da comunidade | Não aplicar pesticidas, produtos químicos se as condições meteorológicas são susceptíveis de resultar em impactos negativos em comunidades vizinhas. | Engº agrónomo |
| Aumento dos vectores de doenças (p. ex. mosquitos, moscas, roedores) devido à falta de gestão de resíduos líquidos e sólidos | Impactos negativos sobre a saúde da comunidade | Promover ordem e limpeza nas diferentes infraestruturas existentes na fazenda onde moram os trabalhadores e o dono da fazenda, de modo a eliminar qualquer vector de transmissão de doenças. | Proponente/ Eng.º agrónomo |
| Perigos de segurança e saúde ocupacional durante a execução das obras e transporte de materiais e manuseio de substâncias perigosas | Impactos negativos sobre a saúde da comunidade | Registrar e comunicar as autoridades ambientais e locais (PDAC entre eles) a ocorrência de um problema ambiental. | Proponente |
| | | Sempre que possível, substituir os materiais perigosos por outros menos perigosos. | |
| | | Promover orientações ao colaboradores(trabalhadores) para o transporte e manuseio adequado de substâncias perigosas. | Empresa de venda de pesticidas e fertilizantes/ assessoria INCATEMA |
| Aumento da propagação do vírus SARS COV 2 | Impactos negativos sobre a saúde da comunidade | Adoptar de medidas de biossegurança, uso de máscaras, lavagem das mãos com água e sabão, e distanciamento social durante a actividades de capacitação e assessoramento. | Proponente |

7. PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Neste capítulo são apresentados os programas para a gestão ambiental e social do projecto:

7.1 Programa de fertilização, gestão de pragas e doenças

O programa de fertilização, gestão de pragas e doenças deverá ser realizado obedecendo os procedimentos de gestão apresentados no registo de implementação do PGAS.

Este plano serve de guia para as actividades agronómicas realizadas, que reflecte o nível de intensidade da tecnologia aplicada pelo produtor e que lhe permite melhorar o processo de tomada de decisão para controlo de pragas e doenças e acompanhamento do uso de fertilizantes no solo.

Foi preparado um PGP (plano de Gestão de pragas) para o projecto PDAC e que este se aplica e será orientador das actividades agrícolas dos subprojectos. Na fase de operação será verificada a implementação das orientações. Este serve para identificar/monitorar (determinar o agente causal e sua abundância); avaliar (os resultados do monitoramento vão responder); prevenir (algumas pragas podem ser prevenidas pelo uso de resistência genética, rotação de culturas, dentre outras medidas); agir (utilizar múltiplas ferramentas para manter as pragas abaixo do nível de dano económico) e monitorar (continuar a monitorar a população de praga, se ela continua decrescente, alguns tratamentos podem não ser necessários).

Tabela 25 Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

| Acção de controlo | Acção de acompanhamento e verificação | Responsável | Cronograma de implementação |
|---|---|--|--|
| <p>-Identificar as pragas e doenças e nível de fertilização que afectam a cultura e orientar como identificá-los, quando agir e como intervir</p> <p>-Manter um registo com informações sobre todos os tratamentos realizados com produtos sintéticos e operações agronómicas que permitem o controlo de pragas, doenças e a fertilização de uma cultura para efeito de resultados.</p> | Registo periódico do uso de fertilizantes e gestão de pragas e doenças. | <p>A responsabilidade de implementação do plano de fertilização, gestão de pragas e doenças é do técnico Engenheiro Agrónomo.</p> <p>A equipa técnica da IC&E, tem a responsabilidade de orientar o uso do Registo de implementação do PGAS com acções de acompanhamento e verificação da eficácia do mesmo</p> | O registo de fertilização, pragas e doenças deve ser actualizado semanalmente. |

✓ Procedimentos para o armazenamento

- Todos pesticidas devem ser armazenados em suas embalagens originais e devidamente rotuladas; as instruções de armazenamento devem ser rigorosamente seguidas (Assessoria a proponente).
- Kits de emergência para o controlo de derrames

✓ Procedimentos para o manuseio

- Assessoria aos trabalhadores para o manuseio adequado de pesticidas seguindo as orientações do produto.
- Uso obrigatório de EPI durante a aplicação, manuseio e armazenamento de pesticidas.

- As actividades de mistura de pesticidas só poderão ser realizadas em zonas previamente designadas.
- ✓ **Procedimentos para a aplicação**
- Os pesticidas serão aplicados de forma mecanizada utilizando um pulverizador a jacto.
- Antes de qualquer aplicação, verificar o estado do equipamento e se está devidamente calibrado.
- Verificar sempre as condições meteorológicas antes da aplicação, deve-se evitar aplicações em tempo húmido e ventos fortes.

- ✓ **Procedimentos para a deposição**
- Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - junto com água de enxágue e pesticidas desactualizados ou não mais aprovados - deve ser descartado como resíduo perigoso, de acordo com Directrizes da FAO.
- Recipientes de pesticidas vazios, lacres de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes, e as lavagens usadas no tanque de pesticidas deve ser pulverizado de volta para o campo ou descartado como resíduo perigoso em uma maneira consistente com a FAO.

7.2 Programa de Gestão de Resíduos e Efluentes

As actividades agrícolas e domésticas geram resíduos que por sua natureza devem ser tratados e encaminhados ao destino final, uma vez que, as gestões inadequadas destes resíduos podem causar danos ao meio ambiente e as comunidades circunvizinhas, bem como afectar a qualidade ambiental da região do projecto e causar impactos ambientais negativos.

Deste modo, a implementação de um Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes garantirá que os resíduos e efluentes gerados não serão descartados de forma inadequada no solo e/ou no corpo de água local, sem os devidos controlos ambientais provocando neste âmbito contaminação do solo e da água, comprometer a disponibilidade hídrica do recurso para a comunidade, causar intrusão visual e poluição atmosférica, além de ser um veículo transmissor de doenças na comunidade.

Tem como principais objectivos:

- Minimizar a geração de resíduos com adopção de práticas que incentivem a redução e reutilização dos resíduos;
- Evitar a poluição da água e do solo;
- Evitar a poluição visual e a libertação poeiras e odores;
- Assegurar o cumprimento dos requisitos legais;
- Minimizar a violação de contentores e consequentes perigos de saúde pública;
- Proibir a deposição de resíduos alimentares a céu aberto, evitando a proliferação de insectos, ratos, baratas, etc;
- Evitar queixas por parte das populações vizinhas;
- Evitar penalizações por parte das entidades fiscalizadoras;
- Reduzir custos associados à gestão dos resíduos;
- Potenciar a reciclagem e reutilização de materiais, evitando a deposição em aterro e custos associados;
- Adoptar procedimentos que minimizem os riscos de poluição ambiental;
- Monitorizar e acompanhar a implementação das acções previstas neste Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;

- Sensibilizar os trabalhadores, as empresas contratadas e as comunidades circunvizinhas ao projecto sobre a importância da gestão adequada dos resíduos e efluentes em relação aos locais adequados para deposição e tratamento.

Nota : Não existem empresas de recolha e tratamento de resíduos no Cuanza-Norte, deste modo, recomenda-se que o proponente encaminhe os resíduos ao aterro sanitário ou solicite a Administração Comunal um local adequado para a deposição dos resíduos.

Os resíduos sólidos poderão ser gerados em todas etapas do projecto, pré-construção, construção e implementação das actividades, os mais frequentes são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 26 Tipos de resíduos, locais de produção, danos e acções

| Resíduos | Local de produção | Danos | Acções |
|---|--|---|--|
| Resíduos de construção de infraestruturas (materiais de construção, pedras, madeira, etc) | Área de construção do armazém e casa dos trabalhadores | Intrusão visual, poluição ambiental, proliferação de vectores patogénicos (moscas, baratas, ratos, vermes, bactérias e fungos | Os Resíduos de construção e demolição devem ser armazenados em local apropriado e separados de outros resíduos. Devem ser reciclados para a cobertura de estradas e caminhos dentro da fazenda |
| Resíduos de culturas (palhas, sabugos) | Área de produção agrícola | Fragmentação da vegetação e alteração da qualidade do solo | Os Resíduos de culturas devem ser reciclados no solo para reposição de nutrientes |
| filtros de óleo, , óleo lubrificante usado ou contaminado | Área de manutenção dos equipamentos | Contaminação do solo, contaminação da água | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Tratamento • Os resíduos de filtros de óleo devem ser colocados em um local para escorrer o máximo de óleo automotor possível. • Separar o óleo usado ou contaminado num recipiente com tampa e devidamente vedado. ✓ Destino final <p>Não existem empresas de recolha e tratamento destes resíduos em Cuanza Norte, deste modo, recomenda-se que o proponente entre em contacto com oficinas de reparação e manutenção de veículos próximas para a recolha destes materiais.</p> |
| Vidro, plásticos, papel e cartão | Área de escritórios, armazém e casa dos trabalhadores | Intrusão visual Poluição ambiental | Sempre que aplicável, as embalagens de vidro e plástico usadas devem ser reutilizadas para outros fins, desde que não estejam contaminadas por substâncias perigosas. Os resíduos de papel e cartão devem ser separados e encaminhados ao aterro sanitário pela empresa de recolha de resíduos local. Conforme referido, não existem empresas de reciclagem deste material em Malanje, pelo que se recomenda o uso consciente dos mesmos para a redução na fonte. |
| Óleos de cozinha usados, | Actividades domésticas | Contaminação do solo | Os óleos de cozinha devem ser separados em vasilhas com tampa e bem vedados. Recomenda-se que sejam encaminhados aos produtores locais de sabão. |
| Embalagens de pesticidas e fertilizantes, | Oficina e/ou estaleiro de manutenção dos equipamentos | Intrusão visual Contaminação do solo | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Armazenamento • Todos pesticidas devem ser armazenados em suas embalagens originais e devidamente rotuladas; as instruções de armazenamento devem ser rigorosamente seguidas (Assessoria a proponente). • Kits de emergência para o controlo de derrames. ✓ Manuseio • Assessoria aos trabalhadores para o manuseio adequado de pesticidas seguindo as orientações do produto. • Uso obrigatório de EPI durante a aplicação, manuseio e armazenamento de pesticidas. • As actividades de mistura de pesticidas só poderão ser realizadas em zonas previamente designadas. ✓ Aplicação • Os pesticidas serão aplicados de forma mecanizada • Antes de qualquer aplicação, verificar o estado do equipamento e se está devidamente calibrado. • Verificar sempre as condições meteorológicas antes da aplicação, deve-se evitar aplicações em tempo húmido e ventos fortes. ✓ Deposição • Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - junto com água de enxágue e pesticidas desactualizados ou não mais aprovados - deve ser descartado como resíduo perigoso, de acordo com Directrizes da IFC . • Recipientes de pesticidas vazios, lacres de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes, e as lavagens usadas no tanque de pesticidas deve ser pulverizado de volta para o campo ou descartado como resíduo perigoso em uma maneira consistente com as recomendações da IFC. |

Tabela 27 Acções, responsabilidades e implementação do PGR

| Acções de Minimização | Acções de Controlo | Acções de Acompanhamento e Verificação | Responsabilidades | Cronograma de implementação |
|---|---|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> •Identificar e implementar continuamente alternativas de minimização de geração de resíduos. Sempre que uma acção de minimização for implementada, o inventário e o banco de dados deverão ser actualizados por meio de relatório anual específico; •Após a minimização, proceder à identificação de alternativas de reutilização interna dos resíduos, considerando-se o transporte e a viabilidade técnica e económica desse resíduo; •Garantir que as áreas de armazenamento e manuseamento de resíduos, após a sua separação, principalmente dos resíduos perigosos, estarão protegidas e devidamente sinalizadas, para evitar acidentes. | <ol style="list-style-type: none"> 1.Realizar um inventário de resíduos e produtos perigosos a serem gerados nas diversas fases do projecto. O inventário deverá apontar os tipos de resíduos, as quantidades, a sua classificação e a forma de tratamento a ser adoptada para evitar danos no meio ambiente; 2.Capacitar uma equipa de funcionários ou terceiros para realizar a classificação, separação, manuseamento e transporte dos resíduos; | <ol style="list-style-type: none"> 1.Fiscalizar a recolha e o armazenamento temporário dos resíduos de forma a prevenir ou minimizar os aspectos ambientais que poderão causar impactos ambientais negativos; 2.Inspeccionar visual e periodicamente os pontos de deposição de resíduos perigosos e não perigosos para a verificação da manutenção da qualidade do solo e das águas, anterior a estas actividades; 3.Registo do volume de resíduos e das suas condições de transporte e deposição. | <p>-O plano de Gestão de Resíduos e efluentes deverá ser implementado pela equipa técnica ambiental de responsabilidade da INCATEMA, com papel de implementar as medidas de mitigação dos impactos, monitoria e verificação da eficácia das medidas, apresentar relatórios periódicos a equipa de salvaguardas ambientais do PDAC e capacitar os trabalhadores para a separação e tratamento dos resíduos.</p> <p>-A equipa de salvaguardas ambientais do PDAC, tem a responsabilidade de monitorar e avaliar a eficácia do referido Plano de Gestão de resíduos.</p> | <p>As acções de fiscalização, inspecção do PGR devem ser realizadas diariamente.</p> <p>Deve-se manter o registo mensal do volume de resíduos produzidos na fazenda</p> |

- ✓ **Procedimentos operacionais para a gestão de resíduos:**
 - Os resíduos não perigosos, inertes como os resíduos de construção e/ou demolição não poderão ser descartados no reservatório de resíduos urbanos, devem ser dispostos em aterros de inertes; caso não seja possível, devem ser reaproveitados na construção;
 - Os resíduos de embalagens de pesticidas e fertilizantes provenientes da actividade agrícola devem ser armazenados em recipientes adequados (reservatórios de resíduos) em local seguro e sinalizado e encaminhados ao aterro sanitário. Em caso de inexistência de aterros, estes resíduos não poderão ser reutilizados e/ou armazenados com os resíduos urbanos domésticos, por conterem substâncias perigosas, deste modo, devem-se criar medidas para o tratamento e destino final destes;
 - Garantir a identificação dos recipientes/locais de armazenagem de resíduos;
 - Assegurar e elaborar o registo das quantidades e local de disposição final dos resíduos.

- ✓ **Procedimentos operacionais para a gestão de efluentes:**
 - As águas residuais da construção e das instalações sanitárias não poderão ser escoadas para os cursos de água locais;
 - Em caso de água contaminada com óleos e/ou combustíveis ou outros poluentes não poderão ser descarregadas para o sistema de drenagem local (caso exista), ou no meio hídrico próximo, e muito menos derramado no solo;
 - Durante a fase de construção de infraestruturas, deve-se criar sistemas de escoamento de águas residuais com tratamento adequado.

7.3 Programa de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional

O plano de Higiene, saúde e segurança ocupacional (PHSST), fornece directrizes para a protecção dos trabalhadores e da comunidade em geral. Serve para dotar os proponentes e os trabalhadores do projecto das medidas adequadas de segurança pessoal, dos riscos e danos que possam ocorrer durante as actividades da fazenda.

Tem como principais objectivos:

- Identificação dos riscos e perigos das actividades;
- Identificar as causas e os danos;
- Estabelecer e monitorar as medidas de prevenção dos riscos;
- Capacitar os trabalhadores para o manuseio adequado de substâncias químicas perigosas.

Estas devem reger-se pelas seguintes orientações:

- Devem ser realizadas palestras periódicas de sensibilização dos trabalhadores para a importância do uso de EPI's;
- Capacitação dos trabalhadores para identificação dos perigos e pronto atendimento a emergências;
- Promover um ambiente sadio e são com condições de trabalho e habitabilidade adequadas;
- Promover um ambiente sadio e são com condições de trabalho e habitabilidade adequadas para as mulheres;
- Capacitação dos trabalhadores para o manuseio de substancias perigosas.

As medidas de protecção da fonte de água de modo a evitar a ocorrência de incidentes¹ são:

- Construção de fossas nas residências, evitando o lançamento de esgotos nas águas da propriedade.
- Em caso de criação de animais construir de fossas para os rejeitos animais, principalmente porco e construir cochos para abastecimento de água ao longo da propriedade, evitando o trânsito de animais junto ao rio.
- Construir cercas e sinalizar fechando a área do rio, a partir do olho d'água de forma a evitar a entrada dos animais e por conseguinte o pisoteio e compactação do solo.
- Limpeza em volta da cerca para evitar que o fogo, em caso de incêndio, atinja a área do rio.
- Deve-se construir locais apropriados para o descarte das embalagens, que jamais devem ser jogadas no rio.
- Evitar queimas de forma a evitar danos a vegetação deixando o solo descoberto e matando os microrganismos e a vida do solo. O solo sem protecção da cobertura vegetal pode ficar endurecido pela ação das gotas da chuva, o que irá reduzir a velocidade e quantidade de infiltração da água.
- Manter uma distância de margem do rio de pelo 30 m ou 50 m já zona de cultivo de for ma evitar contaminação da água por fertilizantes.

As medidas relacionadas à protecção dos trabalhadores em ambientes externos, deve-se:

- Monitorar as previsões do tempo para trabalho ao ar livre para fornecer um aviso prévio de condições meteorológicas extremas e agendar o trabalho em conformidade;
- Fornecimento de abrigos temporários para protecção contra os elementos durante as atividades de trabalho ou para uso como áreas de descanso;
- Uso de roupas de protecção;
- Fornecer acesso fácil à hidratação adequada, como água potável ou bebidas eletrolíticas e evita o consumo de bebidas alcoólicas;
- Incluir a monitorização das condições de habitabilidade dos trabalhadores e de saneamento.

Atenção as questões de género e necessidades específicas das mulheres deve-se monitorar e ser disponibilizadas.

¹ [Medidas que preservam nascentes e mananciais \(unesp.br\)](http://Medidas que preservam nascentes e mananciais (unesp.br))

Tabela 28 Acções, responsabilidades e implementação do PHSST

| Acções de Acompanhamento e Verificação | Responsabilidades | Emissão de relatórios e Avaliação de resultados | Cronograma de implementação |
|--|---|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> •Estabelecer medidas de prevenção de riscos e acidentes; •Capacitação e sensibilização dos trabalhadores para o uso de EPI'S, manuseio de substâncias perigosas; •Garantir que as condições de trabalho e habitabilidade dos trabalhadores sejam salvaguardadas; •Garantir que as condições de trabalho e habitabilidade das mulheres trabalhadoras sejam salvaguardadas (WC/vestiário feminino diferente do WC/vestiário masculino); •Identificar e implementar continuamente alternativas de minimização de riscos e ocorrência de acidentes de trabalho; •Inspeccionar e documentar o uso de EPI'S e os acidentes registados; •Registo periódico do nº de acidentes e outras situações de perigo da vida humana | <p>A responsabilidade de execução das directrizes de Higiene, saúde e segurança ocupacional estabelecidas no presente PGAS é do proponente que deverá estabelecer trabalhadores para fiscalização e monitorização das acções de acompanhamento e verificação.</p> <p>A INCATEMA tem a responsabilidade de capacitar os trabalhadores da Fazenda para fiscalizar, registrar e monitorar as acções de acompanhamento e monitorização, supervisionar o cumprimento das directrizes e elaborar relatórios de monitorização e avaliação das medidas estabelecidas.</p> | <p>Como instrumentos de acompanhamento e avaliação serão elaborados registos mensais de HSST com o nº de acidentes e outros perigos, um relatório de implementação e avaliação das directrizes estabelecidas. Este relatório será submetido ao PDAC no âmbito de acompanhamento do PGAS.</p> | <p>As acções de saúde e segurança ocupacional devem ser realizadas semestralmente com palestras de sensibilização e capacitação</p> <p>Deve-se inspeccionar diariamente o uso de EPI's</p> <p>Manter um registo de acidentes ocupacionais na fazenda. E solicitar análise da causa raiz desses acidentes para identificar acções correctivas destinadas a evitar a recorrência. incluindo a causa raiz dos acidentes e as acções de correcção e correctivas aplicadas para evitar a recorrência dos acidentes.</p> |

7.4 Plano de atendimento a emergências

O Plano de atendimento a emergências (PAE), estabelece as estratégias e os procedimentos que devem ser adoptados para o controle de situações emergenciais susceptíveis de ocorrer durante as actividades na Fazenda, com intuito de garantir a preservação da vida, redução dos danos, protecção das pessoas envolvidas no projecto e minimizar os impactos adversos.

Tem como principais objectivos:

- Preparação e organização dos meios e equipamentos adequados que garantam a protecção da vida em caso de acidentes e/ou outros perigos;
- Orientar e dirigir o atendimento a reais e eventuais emergências que possam ocorrer na Fazenda.

Tabela 29 Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do PAE

| Acções de Acompanhamento e Verificação | Responsabilidades | Emissão de relatórios e Avaliação de resultados | Cronograma de implementação |
|--|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> •Aquisição de equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos: kit de contenção de produtos químicos, rede de hidrantes e extintores; •Identificação de potenciais cenários e hipóteses acidentais; •Organização de uma equipa de emergência; •Comunicação e registo de emergência; •Treinamentos e simulados; •Sinalização de emergência. | <p>-A responsabilidade de execução das acções de acompanhamento e verificação para atendimento de emergências estabelecidas no presente PGAS é do proponente que deverá estabelecer trabalhadores para fiscalização e monitorização das acções de acompanhamento e verificação.</p> <p>-A INCATEMA tem a responsabilidade de capacitar os trabalhadores da Fazenda para fiscalizar, registrar e monitorar, supervisionar o cumprimento das directrizes e elaborar relatórios de monitorização e avaliação das medidas estabelecidas.</p> | <p>Como instrumentos de acompanhamento e avaliação serão elaborados registos mensais de acidentes e situações de emergência, um relatório de implementação e avaliação das directrizes estabelecidas. Este relatório será submetido ao PDAC no âmbito de acompanhamento do PGAS.</p> | <p>As acções de atendimento a emergências devem ser realizadas semanalmente.</p> <p>Registo diário de emergências</p> <p>Registo mensal de acções de simulação de emergência</p> <p>Os Treinamentos de emergência devem ser semestralmente e registados.</p> |

- **Equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos**

A Fazenda deverá adquirir equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químicos. Estes são descritos na tabela a seguir:

Tabela 30 Equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químico

| Equipamentos | Descrição |
|---------------------------------------|---|
| Kit de contenção de produtos químicos | Tambores para armazenamento |
| | toalhas, barreiras de contenção, esponjas, luvas de vaqueta, luvas de látex e óculos de segurança |
| Rede de hidrantes | Bomba de Incêndio |
| Extintores | Tipo CO2, Pó, Água |
| Kit de primeiros socorros | Caixa de primeiros socorros |

- **Identificação de potenciais cenários e hipóteses acidentais**

São identificados como potenciais cenários e hipóteses acidentais os itens constantes na tabela abaixo:

Tabela 31 Potenciais cenários de emergência

| Cenários de Emergência | Produto | Local |
|------------------------|---|-------------------------------------|
| Incêndio | Óleo lubrificante | Área de manutenção dos equipamentos |
| | Combustível gasolina | |
| | Combustível gasóleo | |
| | Queima de resíduos | Área de produção agrícola |
| | Queima de vegetação nativa | |
| Derrames | Combustível gasóleo | Área de manutenção dos equipamentos |
| | Combustível gasolina | |
| | Óleo lubrificante | |
| Explosão | Reservatórios de gasóleo , gasolina, álcool e óleo lubrificante | Área de armazenamento de produtos |
| | Latas de tintas, vernizes e solventes. | |

- **Treinamentos e simulados**

Deve-se prever semestralmente, pelo menos um treinamento com simulação de abandono de área local com horário e dia definido pela equipe de emergência e elaborar relatórios de treinamentos e simulados.

- **Sinalização de emergência**

Todos os equipamentos de combate a emergência, saída de emergência e outros pontos devem ser devidamente sinalizados, de forma visível e desobstruídos.

7.4.1 Procedimento de emergências

Em caso de acidente / incidente (leve ou grave), a comunicação deve ser feita de acordo com a seguinte:

1º: Emergência (detecção):

- ✓ Os trabalhadores detectam a emergência;
- ✓ Comunicam ao chefe de equipa;

2º Alerta

- ✓ O chefe de equipe dá o alerta;
- ✓ Assegura que toda a comunicação é efectuada;

3º Acção

- ✓ Confirma e assegura assistência avançada;
- ✓ Serviços de evacuação;

4º Apoio

- ✓ Técnico de Higiene e segurança (investiga as causas do acidente e reporta);
- ✓ Encarregado (garante condições favoráveis para a evacuação);
- ✓ Serviços administrativos (fornece todo o suporte com documentação e monitoriza).

- **Procedimento em caso de acidente no campo**

Os Primeiros socorros são intervenções que devem ser feitas de maneira rápida, logo após o acidente ou mal súbito, que visam a evitar o agravamento do problema até que um serviço especializado de atendimento chegue até o local.

- ✓ **Primeiros socorros em caso de picada de serpente:** lavar a área da picada com água e sabão, colocar o acidentado em posição confortável, de preferência deixando a vítima deitada com a área afectada em um nível abaixo do coração e levar a vítima ao atendimento médico mais rápido;
- ✓ **Primeiros socorros em caso de fracturas:** o socorrista deve imobilizar a região acometida para evitar a movimentação dos fragmentos dos ossos lesionados;
- ✓ **Primeiros socorros em caso de desmaio:** ao presenciar um desmaio, algumas medidas podem ser tomadas, como deitar a vítima, afrouxar suas roupas, garantir que o ambiente fique arejado e elevar os membros inferiores. Caso a pessoa sinta a sensação de que irá desmaiar, essa pode ser orientada a se sentar e colocar a cabeça entre os joelhos ou então se deitar;
 - Antes de qualquer procedimento de primeiro socorro, é importante que o socorrista tenha em mente a necessidade de: manter a calma; garantir que serviço de emergência seja chamado;
 - Quando se dirigir ao local da ocorrência, os trabalhadores deverão levar: kit de materiais de emergência, EPI, s e outros equipamentos caso necessário;
 - Ao receber a comunicação de ocorrência, será necessário obter informações: horário e local da ocorrência, tipo de ocorrência (colisão) e dimensão da ocorrência (vazamento, vítimas, etc.).

Nota: é muito importante salientar que algumas pessoas não estão preparadas para realizar os primeiros socorros e, portanto, o ideal é que deixe outra pessoa realizar os procedimentos adequados e auxiliar de outra maneira, como, buscando socorro.

- **Procedimento com comunidade circunvizinha a fazenda**

- Em caso de acidente se necessário, solicitar que os moradores evacuem das suas casas, para um local mais seguro (área externa), até normalizar a situação;
- Prestar as vítimas (intoxicação, queimadura, etc.) acções de primeiro socorro;
- Se necessário, encaminhar as vítimas ao pronto socorro, hospital, através da ambulância ou outro meio de transporte disponível;

- **Procedimento para prevenção em feridas**

Em caso de ferimento, é fundamental seguir as seguintes acções:

- A limpeza da ferida com soro fisiológico ou, na falta deste, lavar com água potável, pois arrastará partículas de sujidade e a maioria dos agentes patogénicos.
- Sempre que possível, desinfectar com soluções antissépticas iodadas (por exemplo, Betadine) e cobrir com compressa ou outro tecido limpo.
- Deve evitar-se a utilização de algodão, pois este liberta pequenas fibras difíceis de remover quando a ferida inicia o seu processo de secagem e cicatrização.
- Quando a ferida provoca uma hemorragia e não ceda espontaneamente, é imperativo fazer pressão sobre a mesma utilizando uma compressa que não deve ser removida. Na maioria das situações, este procedimento é suficiente para o controlo da hemorragia.
- Em casos de feridas mais graves, a observação médica é aconselhável.

- **Procedimento para a prevenção e controlo de incêndio**

Se um trabalhador detectar um incêndio deverá proceder da seguinte forma:

- ✓ Manter a calma;
- ✓ Avisar o mais rapidamente possível qualquer colega de trabalho e, se possível, o seu superior hierárquico;
- ✓ Avaliar a situação e, se achar que pode dominar o incêndio, combatê-lo utilizando o extintor apropriado, tendo em conta que os extintores portáteis são eficientes apenas para extinguir princípios de incêndio.
- ✓ No caso de não conseguir controlar, accionar o alarme ou despertar os trabalhadores com um equipamento (apito);
- ✓ Até à chegada de ajuda, colocar-se em lugar seguro.
- ✓ Antes de utilizar um extintor deve-se verificar que é o adequado ao tipo de fogo pretende extinguir.
- ✓ Se o incêndio ocorrer numa instalação eléctrica, deve-se desligar a corrente antes de iniciar a extinção sempre que possível e, em caso negativo, proceder a combater o incêndio após verificar o completo isolamento eléctrico das pessoas envolvidas.
- ✓ No caso de utilizar extintores de CO₂, usar luvas e nunca colocar a mão sobre o bico difusor. Segurar este bico ou lança pelo cabo concebido para tal fim, de forma a evitar queimaduras por congelamento.
- ✓ No combate de incêndios por gases, deve-se procurar sempre cortar o seu fornecimento, pelo que será necessário conhecer a localização das válvulas de fecho.

- ✓ Após controlar o incêndio, deve-se verificar a completa extinção do mesmo e eliminar os focos de temperatura elevada antes de abandonar o local. Se houver fumos da combustão, ventilar convenientemente toda a área.
- ✓ O incêndio deve ser combatido aproximando-se progressivamente a favor do vento ou a favor das correntes de ar no interior dos edifícios.
- ✓ Após a utilização do extintor, mesmo que o seu uso tenha sido mínimo, não deve ser colocado novamente no respectivo suporte. Será entregue para a sua recarga e substituído imediatamente por outro completamente carregado.
- ✓ Os extintores devem ser colocados em suportes verticais, a uma altura não superior a 1,70 metros contados do nível do chão até ao topo do equipamento.
- ✓ Nunca devem ser colocados objectos de qualquer tipo sobre os extintores, ou nas suas imediações, que dificultem a sua localização ou acessibilidade.
- ✓ As vítimas retiradas do local da ocorrência, deverão ser assistidas pela equipe de apoio, providenciando os primeiros socorros e, se necessário, encaminha-las ao hospital.

7.5 Plano de prevenção da COVID-19

Tabela 32 Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do plano de prevenção da COVID-19

| Acções | Responsabilidades | Cronograma de implementação |
|---|------------------------------|-----------------------------|
| Capacitar os trabalhadores sobre os sinais e sintomas da COVID-19, como ela se espalha, como se proteger (incluindo a lavagem frequente das mãos e o distanciamento social) e o que fazer se eles ou outras pessoas apresentarem sintomas. | Responsável da fazenda | Diariamente |
| Garantir a existência de locais para lavar as mãos com sabão, toalhas de papel descartáveis e caixas de lixo fechadas, em locais estratégicos da fazenda. Também pode ser usado desinfectante à base de álcool (se disponível, álcool 60-95%) | Responsável da fazenda | Permanentemente |
| Se um trabalhador apresentar sintomas de COVID-19 (por exemplo, febre, tosse seca, fadiga), ele deve ser retirado imediatamente das actividades e transportado para as unidades locais de saúde para fazer o teste. | Responsável da fazenda | Sempre que necessário |
| Se o teste der positivo para COVID-19, o trabalhador deverá permanecer isolado. O isolamento pode ser no local de trabalho (na fazenda, no caso em que ele mora lá) ou em casa própria. | Responsável da fazenda | Sempre que necessário |
| Uma limpeza rigorosa, com desinfectantes com alto teor de álcool, deve ser feita na área em que o trabalhador infectado esteve presente antes de qualquer outro trabalho ser realizado nesse local. As ferramentas utilizadas pelo trabalhador devem ser limpas com desinfectante e seus EPIs devem ser descartado. | Equipa de limpeza | Sempre que necessário |
| Os colegas do trabalhador infectado (ou seja, trabalhadores que estiveram em contacto próximo com o trabalhador infectado) devem interromper o trabalho e se submeter a 14 dias de quarentena, mesmo que não apresentem sintomas. | Técnico de saúde e segurança | Sempre que necessário |
| A família e outros contactos próximos do trabalhador infectado também devem ficar em quarentena por 14 dias, mesmo que não apresentem sintomas. | | Sempre que necessário |

| | | |
|---|------------------------|-----------------------|
| Se for confirmado algum caso de COVID-19 entre os trabalhadores no local, visitantes devem ser impedidos de entrar no local e os grupos de trabalhadores devem ser isolados uns dos outros o máximo possível. | | Sempre que necessário |
| Os trabalhadores devem continuar a ser remunerados durante os períodos de doença, isolamento ou quarentena, ou se forem obrigados a interromper o trabalho, de acordo com a legislação nacional. | Responsável da fazenda | Permanentemente |

As acções e medidas de prevenção contra o COVID-19 serão actualizadas periodicamente ou sempre tendo em conta a situação pandémica do país para garantir o cumprimento das recomendações das autoridades de saúde locais e nacionais e agências de saúde internacionalmente reconhecidas (p.ex., OMS).

8. Relatórios de Monitorização Ambiental

Durante o processo de implementação do projecto, serão realizados relatórios de monitorização ambiental, que serão reportados de forma abrangente a todas partes envolvidas. Os principais relatórios serão os seguintes:

- Relatório de implementação do PGAS do plano de negócios (trimestrais).
- Relatório de monitorização trimestral das actividades do subprojecto e eficiência das medidas de mitigação implementadas.
- Relatório sobre reclamações e não conformidades recebidas, responsabilidades em caso de não conformidades incluindo acções correctivas e consequências (trimestral).
- Relatórios sobre reclamações recebidas, pendentes e reparações das reclamações acordadas e propostas sobre a implementação do projecto, actividades previstas, reclamações sobre assédio físico ou sexual, emprego infantil ou forçado, entre outras reclamações(trimestrais).
- Relatório de monitorização trimestral das condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores.

De forma a dar cumprimento à legislação ambiental em vigor, nomeadamente o Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril, o relatório de monitorização ambiental visa fornecer os elementos essenciais para mitigar os potenciais impactes negativos decorrentes das fases do subprojecto (construção e operação) e tem como suporte as informações dos capítulos referentes aos aspectos da descrição do subprojecto, institucionais e legais bem como os potenciais impactes identificados.

Com as recomendações e visitas que serão feitas pelos técnicos ambientais a fazenda de forma a ajudar a cumprir com as recomendações sugeridas (de forma a evitar não conformidades), o projecto prevê-se acções de formação e informações relevantes (como desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente e possam devem adoptar nas suas actividades diárias) para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do ambiente no local e na envolvente.

Tabela 33 Acções de monitorização, tratamento de não conformidades e acções correctivas

| Acções de monitorização | Responsabilidades | Indicadores | Não conformidades | Acções correctivas | Frequência de verificação |
|--|------------------------------------|---|---|--|---|
| Preparação e implementação de um plano integrado de gestão de pragas e doenças | PROPONENTE/Engº agrónomo | Perdas não superiores a 10% por de incidência de pragas e doenças. Volume de produção/ha com perdas (inferiores ou iguais a 10%) | Volume de produção inferior a 4 toneladas/ha | Identificar estratégias de controlo preventivo e curativo manejava de forma inadequada (química, mecânica e cultural) | 2x/campanha (a meio e ao final da campanha). No caso de controlo químico realiza-se sempre uma visita para monitorização dos resultados (entre 10 a 15 dias apos aplicação). |
| Preparação e implementação de um plano de Gestão de Resíduos | PROPONENTE | Cumprimento das actividades programadas no Plano de gestão de Resíduos (pelo menos 70%) | Que sejam realizadas menos de 70% das acções programadas no Plano de gestão de Resíduos | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PGR. Implementar acções correctivas para a próxima campanha. | Por campanha |
| Preparação e implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional | PROPONENTE | Cumprimento das actividades programadas no Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional (100%) | Que sejam realizadas 100% das acções programadas no Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PHSS | Bimensal |
| Preparação e Implementação de um Plano de Atendimento a emergência | PROPONENTE | Incidentes de resposta de emergência; Cumprimento das actividades programadas no Plano de Atendimento a emergência (100%) | Incapacidade de atendimento a emergência Que sejam realizadas 100% das acções programadas no Plano de Atendimento a emergência | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PAE | Bimensal |
| Preparação de um plano de monitorização das condições habitacionais e acomodações dos trabalhadores. | PROPONENTE/ Técnico Responsável | Cumprimentos a 90% das diretrizes de acomodação para trabalhadores definidos pela IFC/EBRD | Não cumprimento dos 90% das diretrizes de acomodação para trabalhadores definidos pela IFC/EBRD | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas do IFC/EBRD | Trimestral |
| Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S | PROPONENTE/ INCATEMA | Cumprimento as Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do | Que sejam realizadas 100% as Monitorização da implementação das medidas de | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PAE | Trimestral |

| | | | | | |
|---|---------------------------------------|---|--|---|---|
| constantes do PGAS (incluindo informação sobre as não conformidades, responsabilidades e acções correctivas) | | PGAS no Plano de Atendimento a emergência (100%) | salvaguardas A&S constantes do PGAS | | |
| Monitorização das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo | PROPONENTE/ Técnico Responsável | Cumprimentos a 100% das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo definidas pela IFC/EBRD | Não cumprimento dos 100% das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo definidas pela IFC/EBRD | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas do IFC/EBRD | Realiza-se sempre uma visita para monitorização |

9. Plano de formação ambiental e social

O objectivo deste plano é apresentar os principais temas e conteúdos programáticos, planeamento, para formação dos trabalhadores sobre Ambiente e Social, de forma a assegurar a sustentabilidade das acções de construção e operação, bem como salvaguardar a saúde e integridade física dos trabalhadores e colaboradores e outras áreas do projecto a serem de intervencionadas.

A formação é uma ferramenta indispensável para mudança de atitude e consciência. Geralmente as pessoas praticam o que sabem ou já viram, seja por via de formação ou experiência prática do dia-a-dia. É neste contexto que um plano de formação se justifica para atender as necessidades específicas de cada actividade, de forma a assegurar a gestão ambiental, e adopção de medidas e cuidados específicos de segurança dentro dos processos normais da operação, com o fim maior de proteger os trabalhadores.

Os tópicos principais são os seguintes:

- Regras gerais de segurança;
- Uso de equipamentos de protecção colectiva e individual;
- Primeiros socorros;
- Planos de emergência;
- Combate a incêndios;
- Técnicas de investigação de incidentes;
- Legislação sobre Higiene e Segurança no Trabalho;
- Sinalização de Segurança;
- Segurança rodoviária;
- Plano de emergência;
- Prevenção de violência baseada no género;
- Conduta dos trabalhadores;
- Sensibilização dos trabalhadores para não praticarem condutas relacionadas com EAS/AS.;
- Mecanismo de Sugestão e Gestão de Reclamações (MSGR) do PDAC

Tabela 34 Área temática de ambiente, conteúdo programático e cronograma proposto

| ITEM | Tópico de Formação | Conteúdo Programático | Grupo Alvo | Responsável | Cronograma |
|------|---|--|-------------------------|--|---|
| 1 | Acolhimento /sensibilização sobre as regras de preservação e conservação do ambiente. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras gerais básicas de preservação e conservação do ambiente (em obra e áreas circundantes); | Todos os trabalhadores | Especialista ambiental (INCATEMA) | <ul style="list-style-type: none"> - Trimestralmente - Repetição sempre que haja novos trabalhadores. |
| 2 | Prevenção e controle da poluição. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Importância da limpeza do ambiente de trabalho; ✓ Prevenção e controle da erosão dos solos; ✓ Actividades/acções com risco de poluição da água e dos solos ✓ Gestão de resíduos sólidos: geração, acondicionamento, transporte e deposição final. | Todos os trabalhadores | Especialista ambiental e de saúde e segurança (INCATEMA) | <ul style="list-style-type: none"> - Trimestralmente |
| 3 | Prevenção e controlo do risco de substâncias perigosas, e acidentes ambientais. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras de manuseamento e armazenamento de combustíveis, óleos e outras substâncias perigosas; ✓ Procedimentos de prevenção e actuação em caso de derrame de substâncias perigosas; ✓ Procedimentos em caso de ocorrência de acidente ambiental. | Todos os trabalhadores. | Especialista ambiental e de saúde e segurança (INCATEMA) | <ul style="list-style-type: none"> - Trimestralmente (refrescamento). |

Tabela 35 Área temática social, conteúdo programático e cronograma proposto

| ITEM | Ópico de Formação | Conteúdo Programático | Grupo Alvo | Responsável | Cronograma |
|------|---|--|---|--|-----------------------------------|
| 1 | Prevenção da violência baseada no género. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Sensibilização dos trabalhadores para não praticarem condutas relacionadas com EAS/AS.I; ✓ Funções e responsabilidades das partes interessadas; ✓ Mecanismo de reclamação de incidentes de violência com base no género; ✓ Procedimentos de reclamações para membros da comunidade; | <p>Pontos focais e população da área do projecto.</p> <p>Todos os trabalhadores da fazenda.</p> | Especialista ambiental e social (INCATEMA) | Trimestralmente (refrescamento) |
| 2 | MSGR | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Objectivos e benefícios dos mecanismos de reclamação; ✓ Tipo e fluxo de apresentação e resolução de reclamações; ✓ Principais responsabilidades do pessoal-chave; ✓ Requisitos para ser ponto focal de recebimento de reclamações. | <p>Pontos focais e população da área do projecto.</p> <p>Trabalhadores.</p> | Especialista ambiental e social (INCATEMA) | - Trimestralmente (refrescamento) |
| 3 | Prevenção da Violência Contra Criança | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Sensibilização para a importância da denúncia, assistência e prevenção da violência contra crianças e adolescentes; ✓ Sinais de alerta para o abuso sexual / agressão sexual. | Trabalhadores | Especialista Social | - Trimestralmente (refrescamento) |
| 4 | Exploração e abuso sexual | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceito; ✓ Implicações e punição criminal; ✓ Práticas não toleradas. | Todos os trabalhadores | Especialista Social | Trimestralmente (refrescamento) |
| 5 | Código de Conduta | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Princípios reguladores do código de conduta; ✓ Consequência de transgressão. | Todos os trabalhadores | Especialista Social | Trimestralmente (refrescamento) |

Tabela 36 Área temática Segurança, conteúdo programático e cronograma proposto

| ITEM | Tópico de Formação | Conteúdo Programático | Grupo Alvo | Responsável | Cronograma |
|------|---|--|---|-------------------------|---|
| 1 | Acolhimento /sensibilização sobre as regras de segurança e higiene. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras de segurança e potenciais riscos por actividade; ✓ Equipamentos de protecção colectiva (EPC) e individual (EPI); ✓ Procedimento em casos de emergência. | Todos os trabalhadores | Especialista (INCATEMA) | - Sempre que haja novos trabalhadores. - Trimestralmente (refrescamento) |
| 2 | Álcool: efeitos e consequências. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Risco e consequências do uso de álcool durante o trabalho; ✓ Norma interna de despistagem do consumo de álcool e respectivas sanções. | Todos os trabalhadores | Especialista (INCATEMA) | - Sempre que haja novos trabalhadores. - Trimestralmente (refrescamento) |
| 3 | Prevenção e controlo de doenças. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras e meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (VIH/SIDA, sífilis, gonorreia); ✓ Regras de prevenção de doenças de veiculação hídrica (malária, diarreia, cólera); ✓ Medidas de prevenção e controlo da COVID-19. | Todos os trabalhadores | Especialista (INCATEMA) | - Trimestralmente (refrescamento) |
| 4 | Postura de trabalho e manipulação de cargas. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Factores de riscos associados à manipulação de cargas. ✓ Lesões associadas à movimentação manual/mecânica de cargas. ✓ Regras de segurança na condução de máquinas. ✓ Medidas preventivas para minimizar riscos associados à manipulação de cargas. | Todos os trabalhadores Sessões específicas para motoristas e operadores de máquinas. | Especialista (INCATEMA) | - Sempre que haja novos trabalhadores. - Trimestralmente (refrescamento) |
| 5 | Sinalização de Segurança. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Sinais de obrigatoriedade; ✓ Sinais de proibição; ✓ Sinais de aviso. ✓ Sinalização de obstáculos e locais perigosos, e produtos químicos. | Todos os trabalhadores | Especialista (INCATEMA) | - Sempre que haja novos trabalhadores. - Trimestralmente (refrescamento) |

| ITEM | Tópico de Formação | Conteúdo Programático | Grupo Alvo | Responsável | Cronograma |
|------|----------------------|---|------------------------------------|-------------------------|---|
| 6 | Segurança rodoviária | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Procedimentos gerais de segurança rodoviária; ✓ Limite de velocidade; ✓ Condução defensiva; ✓ Importância do estado mecânico das viaturas e máquinas para prevenção de acidentes; ✓ Procedimentos de comunicação em caso de acidente. | Condutores de viaturas e máquinas. | Especialista (INCATEMA) | <ul style="list-style-type: none"> - Sempre que haja novos trabalhadores. - Trimestralmente (refrescamento) |
| 7 | Plano de emergência. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Procedimentos de evacuação; ✓ Simulacro; ✓ Prevenção e extinção de incêndio; ✓ Primeiros socorros. | Todos os trabalhadores. | Especialista (INCATEMA) | <ul style="list-style-type: none"> - Sempre que haja novos trabalhadores. - Trimestralmente (refrescamento) |

10. Estimativa do custo para a Implementação das Medidas de Mitigação

Os custos para as medidas de mitigação da **Fazenda Grupo Limbamba**, está orçamentada em 1.000.00,00 kzs.

Tabela 37 Estimativa do Custo

| Medidas de mitigação | Custos (AOA) | Responsabilidade |
|---|---------------------|------------------|
| Área de armazenamento temporário de resíduos (perigosos e não perigosos) | 82 494,00 | Proponente |
| Mudas para arborização da Fazenda | 52 000,00 | Proponente |
| Kit de contenção de Produtos Químicos | 86 000,00 | Proponente |
| Contentores para separação de resíduos na fonte (grades e pequenos) | 275 000,00 | Proponente |
| Botas PVC | 111 506,00 | Proponente |
| Proporcionar treinamento | 48 000,00 | Proponente |
| Fornecer aos trabalhadores equipamentos de protecção individual (EPI) adequados. Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; manter no local material para prestar primeiros socorros e pessoal treinado deve estar disponível. | 112 000,00 | Proponente |
| Adopção de medidas de biossegurança, uso de máscaras, lavagem das mãos com água e sabão, uso de álcool em gel, durante a actividades de capacitação. | 19 500,00 | Proponente |
| Sinalização de emergência. | 40 500,00 | Proponente |
| Extintores (Tipo CO2, Pó, Água) | 135 000,00 | Proponente |
| Kit de primeiros socorros | 38 000,00 | Proponente |
| Total | 1 000 000,00 | |

11. Consulta Pública

A legislação angolana estabelece que, no âmbito de desenvolvimento dos projectos que possam ter impacte ambiental e social devem ser realizados Estudos de Impacte Ambiental (EIA). No processo de desenvolvimento destes estudos, a participação das partes interessadas é considerada relevante e é legislada através do Decreto Executivo no 87/12, de 24 de Fevereiro. Este Diploma legal define a consulta pública como sendo o procedimento, no âmbito da participação pública, que visa a recolha de opiniões, sugestões e outros contributos do público interessado sobre projectos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

Por seu turno, o BM nas políticas operacionais accionadas para o PDAC, define que devem ser realizadas e fornecidas evidências, consultas significativas (ou seja, consultas livres, prévias e informadas) com todas as partes interessadas que possam ser afectadas directa ou indirectamente pelos impactes ambientais e sociais dos projectos.

As consultas devem igualmente ser realizadas em tempo útil no contexto das principais etapas de preparação do projecto, nas principais línguas locais, e de maneira acessível e plenamente informada como resultado da divulgação prévia das informações relevantes do projecto que permitam uma participação plena.

O encontro de auscultação pública foi realizada no dia 03 de Outubro de 2022 pelo INCATEMA, pelas 9:30 horas da manhã, no município de Malanje, no Mediateca de Malanje.

Participaram da consulta pública um total de 51 pessoas, entre:

- ✓ Representante Provincial do PDAC de Malanje;
- ✓ Proponentes do projecto: Conceição Langueca, Coop Valodia, F. Handa Mbuto, F. Ndala Maka, F. Duelia, F. Somakanga, F. Limbamba.
- ✓ Consultores da Incatema respetivamente.

Como resultado das consulta pública participaram 18 mulheres e 33 homens. No anexo I e apresenta-se informação mais desenvolvida da actividade.

Através da discussão racional e pragmática com as partes interessadas foi possível efectuar uma abordagem no âmbito dos subprojecto no sentido de se alcançar o mínimo impacte possível sobre a população e partes potencialmente afectadas.

Os municípios que estiveram envolvidos nos encontros de auscultação, nomeadamente: Malanje, Cacuso, Kalandula, Caculama . O encontro de auscultação pública baseou-se na apresentação do histórico e descrição do projecto, descrição detalhada dos passos do relatório do PGAS. Posteriormente foi realizado um processo de levantamento das questões, preocupações e comentários dos participantes seguido por uma sessão de respostas e/ou comentários por parte da equipa como forma de melhor esclarecer as questões apresentadas.

A Consulta Publica ao longo da implementação será realizada semestralmente na fazenda de forma que a comunidade envolventes a fazenda participe e para facilitar a participação de grupos mais vulneráveis (idosos, pessoas com deficiência, mulheres, etc) tenham conhecimento de todos as actividades que a fazenda realiza.

Anexos

Anexo I Consulta Pública

Guia da Consulta Pública

1. O que é uma consulta Pública;
2. Qual é o objectivo da CP;
3. Porque da informação as comunidades ou partes afectadas;
4. Apresentação do subprojecto;
5. Fornecer informações preliminares sobre o projecto, os potenciais impactes ambientais e socioeconómicos associados ao projecto nas fases de construção e operação;
6. Abordar de forma mais ampla possível, todos os aspectos relevantes sobre os projectos objecto de auscultação pública;
7. Propiciar às partes interessadas e afectadas pelo projecto uma oportunidade para conhecerem o mesmo, seus potenciais impactes e recomendarem medidas de mitigação para a melhoria da sua implementação;
8. Recolher opiniões, sugestões e outros subsídios do público interessado no projecto sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental e Social;

Á seguir apresentam-se registros fotográficos da consulta pública:









Anexo II. Formulário De Reclamação

- **Mecanismos de sugestões e gestão de reclamações**

O objectivo do mecanismo é permitir que as sugestões ou reclamações relacionadas ao PDAC sejam absorvidas e resolvidas, em tempo hábil, de modo a satisfazer tanto as partes externas interessadas (quem faz a reclamação ou dá uma sugestão) como os objectivos de implementação do projecto.

As principais etapas de implementação do MSGR são:

- Divulgar a existência de um MSGR associado ao PDAC;
 - Receber, registar, categorizar e priorizar as reclamações/sugestões;
 - Resolver as reclamações/sugestões;
 - Informar aos interessados sobre as soluções encontradas;
 - Encaminhar os casos não resolvidos para as entidades competentes para o efeito.
- **Níveis de resolução das reclamações:**
 - Nível das comunidades (TSP, Fiscais, Empreiteiros)
 - Nível Municipal e Provincial (Representante provincial, Adm. Municipal, Direcção Provincial de Agricultura, Governo Provincial)
 - Nível Nacional (UIP Central, MINAGRIP)
 - Nível Judicial – A ser evitado de todas as formas

Todas as reclamações apresentadas quer pelos trabalhadores da fazenda contra os proprietários ou destas contra eventuais problemas do projecto, devem ser feitas seguindo os seguintes passos:

- **Deve-se fazer preencher a ficha de reclamação:** a reclamação deve ser feita tendo em conta as informações constantes do formulário de reclamação, deverá fornecer o máximo de informações relevantes possível, incluindo um resumo de sua queixa e detalhes sobre quaisquer medidas tomadas anteriormente para a resolução do caso (se houver). A ficha de reclamação deverá conter a Identificação do(a) queixoso(a) (a pessoa pode optar por manter-se no anonimato) os contactos e a descrição d reclamação (Ver formulário de reclamação em anexo II)
- Esta pode ser entregue em: **uma caixa de reclamação e formulários correspondentes** – onde estarão disponibilizadas nas administrações municipais e comunais onde os subprojectos do PDAC serão implementados. Este método de reclamação exige que o reclamante saiba escrever, mas também permite que se mantenha em anonimato, caso seja a sua vontade; por **uma linhas telefónicas gratuitas** o PDAC irá disponibilizar números de telefone gratuitos; por **via email ou via correios** para emitir as suas sugestões ou reclamações; pelo **website do PDAC** (www.pdac.com) - link: <https://pdac.ao/sugestoes-e-reclamacoes/>
- Após receber a reclamação, regista-se o incidente com a introdução do caso numa base de dados interna do projecto e em seguida encaminha para a UIP central ou provincial que se encarregará da investigação do problema que possa ter causado a reclamação a fim de encontrar a solução ou resposta mais apropriada.
- O reclamante ou queixoso será informado de uma data estimada para a resolução do caso e a pessoa ou entidade responsável por lidar com a sua reclamação. O responsável em questão será o seu ponto de contacto na empresa até que seu caso tenha sido resolvido ou até que mais nenhuma acção possa ser tomada.

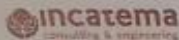

- Devido à complexidade de algumas reclamações, o tempo necessário para resolução pode ser mais ou menos longa. Contudo, o PDAC irá manter, o reclamante sempre informado durante o processo.
- O resultado da investigação poderá eventualmente ser a definição de termos de qualquer acordo que o projecto esteja em condições de assumir para a regularização de sua reclamação, se aplicável.

O MSGR está disponível não só para os trabalhadores e proprietários da fazenda como para qualquer outra parte afetada pelo projecto. Além de caixas e formulário, existem PF do PDAC devidamente seleccionados e formados para a divulgação do MSGR, registo e encaminhamento de reclamações/sugestões.

| Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações - PDAC | | |
|---|---|--|
| 1 | Identificação (a pessoa pode optar por manter-se no anonimato) | Nome: Idade: Desejo manter-me anónimo: sim..... Não..... A minha identidade não poderá ser divulgada sem o meu consentimento: sim..... Não..... |
| 2 | Contactos | Contacte-me por: Telefone..... email..... |
| 3 | Descrição da reclamação | O que aconteceu..... Aonde aconteceu..... Quando aconteceu..... |

| | | |
|--------------------|--|--|
| | | |
| Assinatura: | | |
| Enviado por: | | |
| Data: | | |

Anexo III Listas de presenças dos participantes da consulta pública

REGISTRO DE REUNIÃO


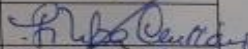
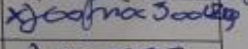

Lugar: Malanje Data: 03/10/2022

Razão: Consulta Pública

Responsável: Edgar Texa

Pontos para discutir: Socialização do plano de Gestão Ambiental e Social
Apresentação das Medidas de Mitigação Ambiental e Social

Participantes:

| N° | NOME | INSTITUIÇÃO | POSIÇÃO | TELEFONE | E-MAIL | ASSINATURA |
|----|-----------------|-------------|---------|-----------|--------|---|
| 1 | Davino Lucas | COMALUNGA | SOGT | 92380299 | |  |
| 2 | Filipa Custódio | SOMATANGA | SOCIA | 923609908 | |  |
| 3 | Jocina Soares | II | | | |  |
| 4 | Justino Alfredo | SOMATANGA | | 92962544 | |  |

LISTA DE PARTICIPANTES DO TREINAMENTO

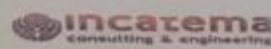
Município: Malanje Data: 03/10/20

| Nº | Nomes e sobrenomes | Organização | Sexo | Idade | Telefone | Assinatura |
|----|------------------------|---------------------|------|-------|-----------|-----------------|
| 5 | MORAIS ALBERTO TECHIA | Somatanga | M | 54 | 951410998 | MORAIS |
| 6 | André Baião | Somatanga | M | 53 | | BAIÃO |
| 7 | Venâncio António | IMAM | M | 20 | 92841645 | Venâncio |
| 8 | Idro Keren Francisco | IMAM | M | 18 | 941860697 | Keren |
| 9 | Helder João Monteiro | IMAM | M | 25 | 934748690 | Helder Monteiro |
| 10 | Amélia Arames Gais | IMAM | F | 20 | 923909338 | Amélia Gais |
| 11 | Minerva Jomelo Miguel | IMAM | F | 19 | 943784077 | Minerva Miguel |
| 12 | Marlene Bustão Miranda | IMAM | F | 20 | 941484547 | Marlene Miranda |
| 13 | Graca Almeida | IMAM | F | 20 | 93050858 | Graca Almeida |
| 14 | Marcos Carlos Goulino | IMAM | M | 20 | 940416160 | Marcos |
| 15 | Filomena José Cornejo | IMAM | F | 36 | 927363875 | Filomena |
| 16 | Rosa Augusto Siqueira | IMAM | F | 39 | 948697888 | Rosa |
| 17 | João Lerdin Ganga | Cooperativa Valódia | M | 39 | 939227919 | João |
| 18 | António Ferreira | Cooperativa Valódia | M | 40 | 948929704 | António |
| 19 | Domingo Vidas Gungo | Handa M. Santa Lda | M | 68 | 923401819 | Domingo |
| 20 | Umbelino Jardim | " " " | F | 65 | 92387815 | Umbelino |
| 21 | Filipe Gacimui Sola | NDALA MATIA | M | 59 | 923209519 | Filipe |

LISTA DE PARTICIPANTES DO TREINAMENTO

Município: Molauze Data: 03/09/2022

| Nº | Nomes e sobrenomes | Organização | Sexo | Idade | Telefone | Assinatura |
|----|-------------------------------|-------------------------|------|-------|-------------|-----------------------|
| 22 | santos caetano jor | Mbala Matia | M | 37 | 925 082 985 | santos e. jor |
| 23 | Acácio da Silva | Ndala MAA | M | 32 | 922 127 874 | Acácio da Silva |
| 24 | Estevão Vainício Jale | NDALA MAA | M | 52 | 925 378 615 | Estevão |
| 25 | Neuimarcia de Alencar | NDALA MAA | F | 28 | 930 759 666 | Neuimarcia |
| 26 | João Manuel | Camboondo | M | 28/19 | 955 702 585 | João Manuel |
| 27 | Maria Teresa de Sales | PDISA | F | 24 | 933 285 070 | Maria Teresa de Sales |
| 28 | Benedicção do Barroso | F. Saugueca | F | 57 | 936 805 992 | Benedicção |
| 29 | Agostina Figueira | F. Saugueca | F | 25 | 983 004 436 | Agostina |
| 30 | Maturo Madalanga | F. Saugueca | F | 36 | 924 104 07 | Maturo |
| 31 | Isombei da Costa | F. Saugueca | F | 46 | 938 407 067 | Isombei |
| 32 | Geremias Teixeira | cooperativa Valinda | M | 46 | 925 054 078 | Geremias |
| 33 | João Carlos Pereira | D'Eulha Comercial | M | 28 | 943 638 468 | João Carlos |
| 34 | Armando de Rodrigues | D'Eulha Comercial | M | 35 | 930 250 686 | Armando |
| 35 | Francisco de Borges Maria | D'Eulha Comercial | M | 45 | 923 629 527 | Francisco |
| 36 | Guimaraes Roberto Manuel Dias | D'Eulha Comercial | M | 28 | 928 066 628 | Guimaraes |
| 37 | Alice Maria B. Morais | F. Saugueca | M | 26 | 923 367 73 | Alice Morais |
| 38 | Henrique Luis Gomes | Molauze Grupo Comercial | M | 62 | 923 049 892 | Henrique |



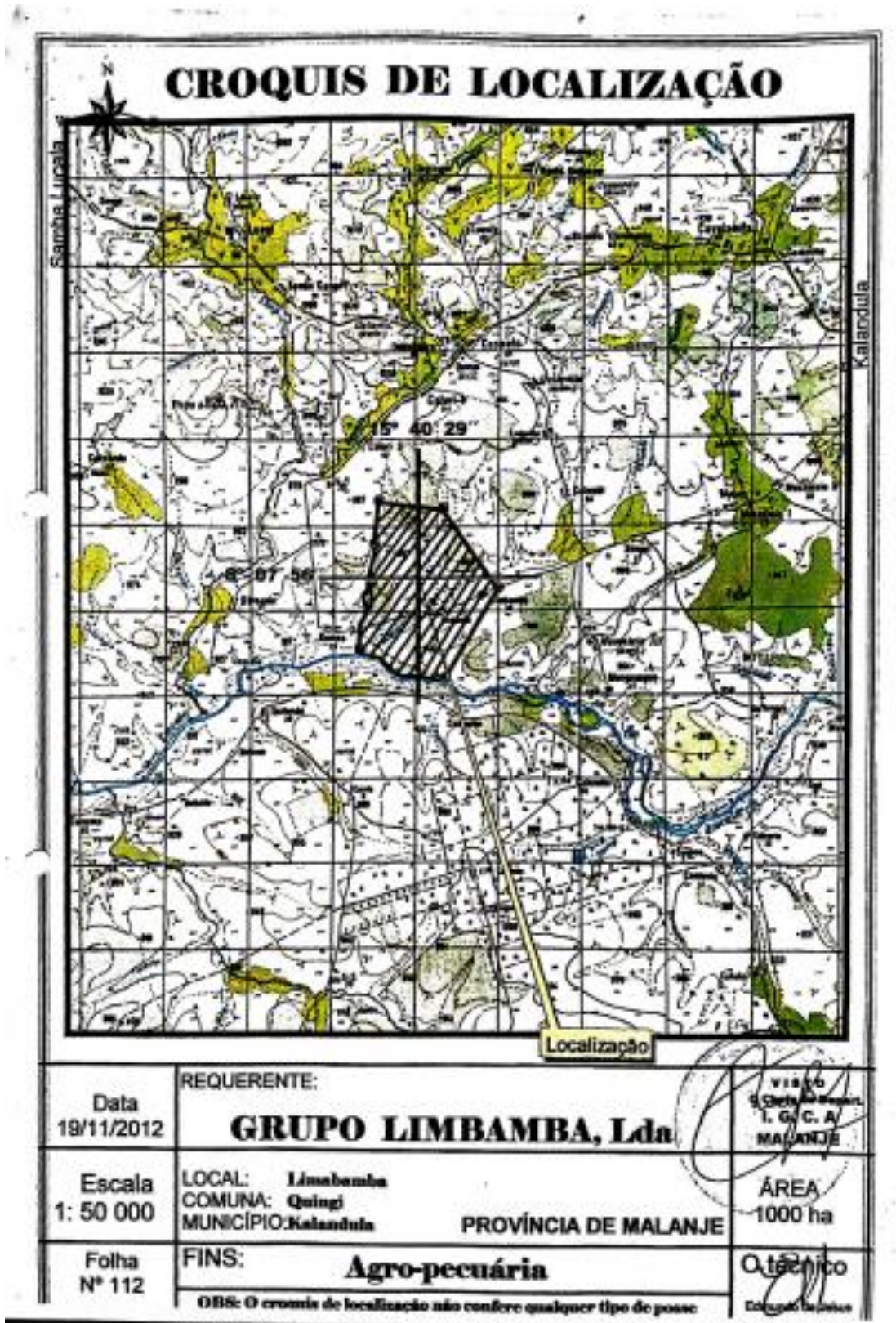
PROJECT INTERVENTIONS FOR BUSINESS PLANS
IMPLEMENTACION-CORRIDOR

LISTA DE PARTICIPANTES DO TREINAMENTO

Município: Mabonje Data: 03/10/2022

| Nº | Nomes e sobrenomes | Organização | Sexo | Idade | Telefone | Assinatura |
|----|---------------------------|------------------------|------|-------|-----------|--------------------|
| 39 | Nelson Diara | Fazenda Ndala MAFB | M | 37 | 924858529 | Nelson Diara |
| 40 | Osana G. Vira | J.J.R. LDA | H | 54 | 924540778 | Osana |
| 41 | Luísa Jimara Ferreira | Coop. J.-Pb | H | 26 | 949152726 | Luísa Ferreira |
| 42 | Julia da Conceição | B. J.-J.-RL | M | 40 | 923737180 | Julia |
| 43 | Alto de O.R. Leira Junior | Fazenda L. Aruica | M | 51 | 904222980 | Alto de O.R. Leira |
| 44 | Isomanda Y.M. Baugo | Fazenda X.X.R.L | F | 53 | 923388125 | Isomanda |
| 45 | Constanine Lourenço | Fazenda Henrique Kopas | M | 65 | 926126894 | Constanine |
| 46 | Teromina Mendes | J.M.M. | F | 49 | 928405714 | Teromina Mendes |
| 47 | Alvaro Benjamim Vieira | Fazenda Nova B | M | 54 | 923251322 | Alvaro |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

Anexo IV. Croquis de localização do projecto



Anexo V. Titulo de concessão de terras

Anexo VI. Registo fotográfico da fazenda antes do financiamento

| | |
|--|---|
|  |  |
| <p>Foto 1: Residência dos trabalhadores</p> | <p>Foto 2: Residência dos trabalhadores</p> |
|  |  |
| <p>Foto 3: Parte interna da nave</p> | <p>Foto 4: Reservatório de Combustível</p> |
|  | |
| <p>Foto 5: Plantação de Mandioca</p> | |

Figura 2 Registo fotográfico da fazenda

Anexo XI. Código de Conduta



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

CÓDIGO DE CONDUTA INDIVIDUAL**1. OBJETIVOS**

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de Desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres e/ou em situação de vulnerabilidade, através de Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial intervém em zonas críticas que clamam por investimentos públicos, de modo a aumentar a oferta dos serviços sociais básicos e aliviar as carências a nível das comunidades.

O presente código de conduta tem como objectivo assegurar que todos os colaboradores envolvidos em Programas/Projectos implementados pelo PDAC assumam o compromisso de salvaguardar os valores, princípios éticos e normas de conduta adoptadas pela instituição, a serem preservados no seu relacionamento com as Administrações Municipais, empresas, prestadores de serviços, parceiros e a comunidade em geral, por via da observância de valores, princípios e práticas institucionais alicerçadas na: (i) aplicação das normas ambientais, sociais, de saúde e de segurança no trabalho (NASSS) do projecto e de saúde e segurança ocupacional (SSO); (ii) prevenção, reportagem e resposta a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC) no local de trabalho, nas comunidades circundantes imediatas e nos municípios, bairros/aldeias alvo da intervenção do PDAC.

As diretrizes deste Código permitem avaliar e minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre valores e princípios éticos, mas não detalham, necessariamente, todas as situações que possam surgir no dia-a-dia.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o seu incumprimento do código de conduta na sua generalidade e, em particular a participação em actos de Violência Baseada no Género (VBG) ou Violência Contra Crianças, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria sujeito à aplicação de sanções que podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

DEFINIÇÕES

No âmbito da aplicação do presente código de conduta tem-se em consideração as seguintes definições:

PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial: É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de

desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres ou em condições de vulnerabilidade, através Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

Normas de Ambientais, Sociais, Saúde e Segurança (NASSS): É um termo que abrange questões relacionadas com o impacto do projecto no ambiente, nas comunidades e nos trabalhadores.

Saúde e Segurança Ocupacional (SSO): A saúde e a segurança ocupacional foca-se na protecção da segurança, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. A fruição destes padrões ao mais alto nível é um direito humano básico que deve ser acessível a todos os trabalhadores.

Violência Baseada no Género (VBG): É um termo que engloba qualquer acto prejudicial que seja perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se **baseie em diferenças socialmente atribuídas (ou seja, género) entre homens e mulheres**. Inclui ameaças ou actos que inflijam danos físicos, sexuais ou mentais ou sofrimento, coacção e outras privações de liberdade. Estes actos podem ocorrer em público ou em privado. O termo VBG é usado para sublinhar a desigualdade sistémica entre homens e mulheres (que existe em todas as sociedades do mundo) e actua como uma característica unificadora e fundamental da maioria das formas de violência perpetradas contra mulheres e raparigas. A Declaração das Nações Unidas de 1993 sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres define a violência contra as mulheres como "qualquer acto de violência baseada no género que resulte ou seja susceptível de resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento às mulheres".

Os seis tipos principais de VBG são:

- **Violação:** Penetração não consensual (ainda que ligeira) da vagina, ânus ou boca com o órgão sexual masculino, com outra parte do corpo ou um objecto.
- **Agressão Sexual:** Qualquer forma de contacto sexual não consensual que não resulte ou inclua penetração. Exemplos incluem: tentativa de violação, bem como beijos indesejados, acariciamentos ou toques de genitais e nádegas.

Assédio Sexual: São avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual. O assédio sexual nem sempre é explícito ou óbvio, pode incluir actos implícitos e subtis, mas envolve sempre uma dinâmica de poder e género em que uma pessoa no poder usa a sua posição para assediar outra com base no seu género. A conduta sexual não é bem-vinda sempre que a pessoa sujeita a ela considera indesejável (por exemplo, olhar alguém de cima a baixo; beijar; uivar ou fazer sons inapropriados; andar à volta de alguém; assobiar; em alguns casos, dar presentes pessoais).

Favores Sexuais: É uma forma de assédio sexual e inclui fazer promessas de tratamento favorável (por exemplo, promoção) ou ameaças de tratamento desfavorável (por exemplo, perda de emprego) dependentes de actos sexuais — ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador.

- **Agressão Física:** Um acto de violência física que não é de natureza sexual. Exemplos incluem: bater, dar estalos, sufocar, cortar, empurrar, queimar, disparar ou usar qualquer arma, ataques com ácidos ou actos que resultem em dor, desconforto, ferimentos ou morte.
- **Casamento Forçado:** O casamento de uma pessoa contra a sua vontade.
- **Negação de Recursos, Oportunidades ou Serviços:** Negação do legítimo acesso a recursos económicos/ativos ou oportunidades de subsistência, educação, saúde ou

outros serviços sociais (por exemplo, uma viúva impedida de receber uma herança, rendimentos retirados à força por um parceiro íntimo ou membro da família, uma mulher impedida de usar contraceptivos, uma rapariga impedida de frequentar a escola, etc.).

- **Abuso Psicológico/Emocional:** Acto de infligir dor ou lesão mental ou emocional. Exemplos incluem: ameaças de violência física ou sexual, intimidação, humilhação, isolamento forçado, perseguição, assédio, atenção indesejada, observações, gestos ou palavras escritas de natureza sexual e/ou ameaçadora, destruição de coisas acarinhadas, etc.

Violência Contra Crianças (VCC): É definido como danos físicos, sexuais, emocionais e/ou psicológicos, negligência ou tratamento negligente de crianças menores de 18 anos, incluindo a exposição a tais danos, que resultem em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Isto inclui o uso de crianças para fins lucrativos, trabalho, gratificação sexual, ou alguma outra vantagem pessoal ou financeira. Isto também inclui outras actividades, como o uso de computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil.

Aliciamento: São comportamentos que facilitam a procura de uma criança para actividade sexual. Por exemplo, um agressor pode construir uma relação de confiança com a criança, e depois procurar sexualizar essa relação (por exemplo, encorajando sentimentos românticos ou expõe a criança a conceitos sexuais através da pornografia). Este aliciamento pode ser feito presencialmente ou com recurso a dispositivos electrónicos.

Criança: Termo utilizado quando nos referimos a um «menor», isto é uma pessoa com menos de 18 anos de idade. Esta definição está em conformidade com o artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Consentimento: É a escolha informada subjacente à intenção livre e voluntária de um indivíduo, aceitação ou acordo para fazer algo. Não é considerado consentimento quando tal aceitação ou acordo é obtido através do uso de ameaças, força ou outras formas de coacção, rapto, fraude, engano ou deturpação. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o Banco Mundial considera que o consentimento não pode ser dado por crianças menores de 18 anos, mesmo que a legislação nacional do país em que o Código de Conduta é aplicado preveja uma idade inferior. A crença errada sobre a idade da criança e o consentimento da criança não é uma defesa.

3 Termo de compromisso

Eu _____ [escrever o nome], exercendo a função de _____ [escrever a função], na Província de _____, declaro que li o código de conduta da instituição e reconheço que é importante subscrever as normas ambientais, sociais, de saúde e segurança no trabalho (MASSS) e os requisitos de saúde e segurança ocupacional (SSO), bem como prevenir a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC).

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o incumprimento do código de conduta, na sua generalidade, e, em particular a realização de actos de VBG ou VCC, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria, sujeito à aplicação de sanções que

podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

Concordo que enquanto estiver a trabalhar em projectos implementados pelo FAS:

1. Participarei nos cursos de formação relacionados com NASSS, SSO, VIH/SIDA, VBG e VCC, proporcionados pela instituição;
2. Usarei o meu equipamento de protecção individual (EPI) e de identificação sempre que estiver a trabalhar ou estiver envolvido em actividades relacionadas com Projectos e Programas do PDAC;
3. Não usarei trajes inadequados para o ambiente de trabalho;
4. Não farei uso de álcool durante o período de trabalho, nem de estupefacientes ou outras substâncias que possam prejudicar as minhas faculdades;
5. Autorizarei a verificação dos meus antecedentes criminais;
6. Tratarei as mulheres, crianças (pessoas com menos de 18 anos) e homens com respeito, independentemente da raça, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, deficiência, nascimento ou outro estatuto;
7. Não usarei linguagem inapropriada ou terei comportamentos inapropriados, (assédio, abuso sexual) que sejam humilhantes ou culturalmente inapropriados com mulheres, crianças ou homens;
8. Não praticarei actos de assédio sexual, como sejam avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual, incluindo actos subtis de tal comportamento (por exemplo, olhar alguém de cima abaixo; beijar, ulvar ou emitir sons desapropriado; andar à volta de alguém; assobiar; dar presentes pessoais; fazer comentários sobre a vida sexual de alguém; etc.);
9. Não me envolverei em favores sexuais, por exemplo, fazer promessas ou tratamento favorável dependente de actos sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador;
10. Não encetarei contactos sexuais ou actividade com beneficiário(a)s do Projecto, seus dependentes, incluindo o aliciamento, ou contacto através de meios digitais. A crença errada sobre a idade de uma criança não será considerada como defesa. O consentimento da criança também não poderá ser usado como defesa ou desculpa.
11. A menos que haja o consentimento total de todas as partes envolvidas, não terei interações sexuais com membros das comunidades em que trabalho ou nas comunidades circundantes. Isto inclui relações que envolvam a retenção ou a promessa de prestação efectiva de benefícios (monetários ou não monetários) aos membros da comunidade em troca de sexo. Tal actividade sexual é considerada "não consensual" no âmbito do presente Código;
12. Denunciarei às instâncias superiores do PDAC quaisquer actos de VBG ou VCC suspeitos ou reais cometidos por um colega de trabalho, seja ele funcionário de base, com cargos de chefia, quer seja ou não do PDAC, ou quaisquer violações deste Código de Conduta;
13. Manterei informado o PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial sobre as questões que afectam as comunidades.

Sempre que realizar visitas domiciliares e tiver necessidade de me dirigir ou dialogar com crianças menores de 18 anos:

14. Certificar-me-ei que outro adulto está presente, enquanto estiver a trabalhar na proximidade das crianças;

15. Não convidarei crianças desacompanhadas não relacionadas com a minha família para a minha casa, a não ser que estejam em risco imediato de ferimentos ou em perigo físico;
16. Não utilizarei computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil (ver também "Uso de imagens infantis para fins de trabalho" abaixo);
17. Não aplicarei punição física ou disciplinar a crianças;
18. Abster-me-ei de contratar crianças com idade inferior a 14 anos¹ (ou outra idade mais elevada que seja referida na legislação nacional) para realizar trabalho doméstico ou outro, ou qualquer trabalho que as coloque em risco significativo de lesão;
19. Cumprirei todas as disposições legais relevantes, incluindo as leis laborais em relação ao trabalho infantil, e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial sobre o trabalho infantil e a idade mínima.
20. Terei os devidos cuidados ao fotografar ou filmar crianças para fins profissionais.

Utilização de Imagens Infantis para Fins Relacionados com o Trabalho

Ao fotografar ou filmar uma criança para fins relacionados com o trabalho, devo:

21. Antes de fotografar ou filmar uma criança, avaliar e esforçar-me por cumprir as tradições locais ou as restrições de reprodução de imagens pessoais;
22. Antes de fotografar ou filmar uma criança, obter o consentimento informado da criança e do seu progenitor ou tutor. Como parte disto, devo explicar como a fotografia ou filme será usado;
23. Garantir que fotografias, filmes, vídeos e DVDs apresentam as crianças de forma digna e respeitosa e não de forma vulnerável ou submissa. As crianças devem estar adequadamente vestidas e não estar em poses que possam ser consideradas como sexualmente sugestivas;
24. Certificar-me-ei que as imagens são representações honestas do contexto e dos factos;
25. Certificar-me-ei que as etiquetas de ficheiros digitais para envio por via electrónica não revelam informações sobre a identidade da criança.

Sanções

Entendo que se eu violar este Código de Conduta Individual, o meu empregador tomará medidas disciplinares que podem incluir:

1. Aviso informal.
2. Aviso formal.
3. Treino adicional.
4. Perda de até uma semana de subsídio.
5. Suspensão do emprego (sem pagamento de salário), por um período mínimo de 1 mês até um máximo de 6 meses.
6. Cessação do vínculo laboral/contratual.
7. Denúncia à polícia, se necessário. Abertura de processo-crime junto das entidades judiciais.

¹ Lei sobre a protecção e desenvolvimento integral da Criança (Lei nº 15/12)

Compreendo que é minha responsabilidade assegurar que as normas ambientais, sociais, e de saúde e segurança sejam cumpridas. Que vou aderir ao plano de gestão da saúde e ocupacional. Que evitarei ações ou comportamentos que possam ser interpretados como VBG ou VCC. Tais ações serão uma violação deste Código de Conduta Individual. Reconheço, por este meio, que li o código de conduta individual acima, aceito cumprir as disposições nele contidas e compreendo as minhas funções e responsabilidades para prevenir e responder às questões ASSS, SSD, VBG e VCC. Compreendo que qualquer ação incompatível com este Código de Conduta Individual ou a ausência de ação mandatada por este Código de Conduta Individual pode resultar em ações disciplinares e podem afectar o meu actual e futuros empregos.

Assinatura: _____

Nome (letra de imprensa):

Função:

Data:
